

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

184 jul./set. 2014

ISSN 1413-1536

Entrevista: **Manuel Ribeiro Filho**

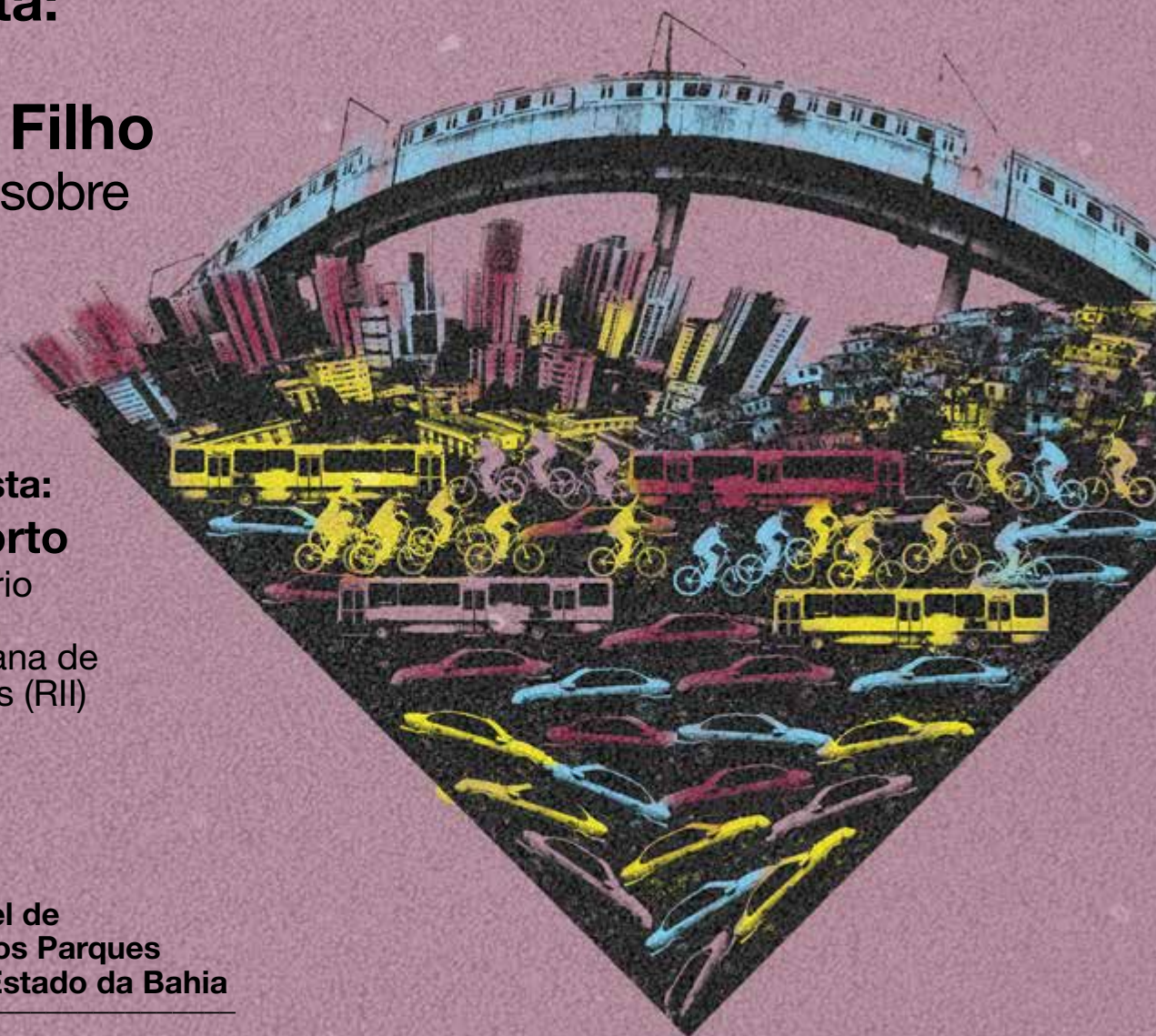
Um olhar sobre
a cidade

Ponto de vista: **Edgard Porto**

O XIII seminário
da Rede
Ibero-Americana de
Investigadores (RII)

Análise do nível de
implantação dos Parques
Nacionais no Estado da Bahia

Desindustrialização e
impactos regionais no Brasil:
uma análise preliminar





PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE
RÔMULO ALMEIDA



O Encontro de Economia Baiana incentiva pesquisadores e presta homenagem aos premiados na sua 10ª edição

Área de Financiamento do Desenvolvimento

Marta Rossi e Felipe Campos

Artigo:

Foreign Direct Investment and spatial linkages

Área de Economia Baiana

Helcio Júnior e Laumar Neves

Artigo:

Mudanças de estado e comportamento da oferta e ocupação no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador

Área de Economia Regional

**Marcos Falcão Gonçalves, Mateus Carvalho Reis Neves,
João Eustáquio de Lima e Januzia Souza Mendes**

Artigo:

Determinantes da decisão entre trabalhar e estudar para crianças e adolescentes da Região Nordeste do Brasil: 2002 e 2011

Área de Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento

Alexandre de Freitas Barbosa

Artigo:

Pensando, planejando e executando o desenvolvimento: a trajetória de Rômulo Almeida

Acesse os artigos premiados no www.eeb.sei.ba.gov.br

PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



Programa de Pós-Graduação em Economia
Universidade Federal da Bahia



Desenbahia

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

SECRETARIA
DA FAZENDA



Governo do
Estado da Bahia

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

184 jul./set. 2014

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

7

Desempenho da economia baiana no primeiro semestre e perspectivas

Bruno Neiva, Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Jorge Caffé

Entrevista

23

Um olhar sobre a cidade

Manuel Ribeiro Filho

Artigos

31

Uma análise da oferta de banda larga na Bahia no contexto do setor de telecomunicações brasileiro

Manoel Justiniano Melo da Fonseca, Ana Maria Ferreira Menezes

49

Desindustrialização e impactos regionais no Brasil: uma análise preliminar

Daniel Pereira Sampaio, Fernando Cezar de Macedo

39

Perspectivas para a produção de biocombustíveis na microrregião de Paulo Afonso (BA)

Patrícia da Silva Cerqueira, Ricardo Augusto Nink, Francisco Jadilson Santos Araújo

59

Reconfiguração logística de Feira de Santana (BA): consolidando a multimodalidade?

André Silva Pomponet

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOSÉ SERGIO GABRIELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góis
Thaís Raiana Pires Silva (estagiária)
Thiago Lima Silva (estagiário)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa
Isabel Dino Almeida

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ana Paula Porto

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Luara F. Dantas (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

FOTOS

Secom/ba, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 800

69

**Análise do nível de
implantação dos
parques nacionais
no estado da
Bahia**

Carolina de Andrade
Spinola, Ive Lima Leal,
Naira Brandão Silvério

81

**Uma proposta de
estratégia para o
setor energético do
estado da Bahia**

Roberto Antônio Fortuna
Carneiro

Ponto de vista

94

**O XIII seminário
da Rede Ibero-
Americana de
Investigadores (RII)**

Edgard Porto

**Investimentos
na Bahia**

96

**O estado da Bahia
deverá gerar cerca
de R\$ 45 bilhões em
investimentos até
2016**

Fabiana Karine Santos de
Andrade

100
Livros

102
**Conjuntura
econômica
baiana**

**Indicadores
conjunturais**

115
**Indicadores
econômicos**

123
**Indicadores
sociais**

133
**Finanças
públicas**

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) – Salvador: SEI, 2014.
n. 184
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria do Planejamento

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Publique
seu artigo



BAHIA ANÁLISE & DADOS

Tema | RETROSPECTIVA 2014 E PERSPECTIVAS:
OS NOVOS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO

PRAZO PARA ENTREGA
DOS ARTIGOS
27 de novembro de 2014
INFORMAÇÕES
(71) 3115 4848

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS
aedretrospectiva@sei.ba.gov.br
COORDENAÇÃO EDITORIAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira
Pedro Marques de Santana

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



Carta do editor

O primeiro semestre de 2014 foi marcado por uma dinâmica moderada, com tendências de arrefecimento, das economias brasileira e baiana. As expectativas de redução no ritmo da atividade econômica foram confirmadas com os resultados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando divulgou um recuo de 0,6% no segundo trimestre ante o trimestre anterior. Nessa conjuntura, a edição 184 da revista Conjuntura & Planejamento (C&P) traz, subjacente a essa discussão, as variáveis que contribuíram para o tímido desempenho registrado por essas economias.

Nesse aspecto, a equipe de acompanhamento conjuntural apresenta, em suas análises, fatores que justificam o comportamento dessas economias nos primeiros seis meses de 2014. Para esses técnicos, o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) é reflexo do fraco nível de investimento do setor privado e de consumo do país, com destaque para a queda de 1,5% da produção industrial e 0,5% do setor de serviços. Segundo os analistas, na Bahia, diferente do observado para o cenário nacional, verificou-se um crescimento de 0,5%, na comparação do segundo trimestre com o primeiro trimestre de 2014, com destaque para Agropecuária e Serviços, que registraram a expansão de 14,0% e 0,5%, respectivamente. Na comparação com o mesmo período anterior, a atividade econômica na Bahia registrou expansão de 1,64% no primeiro semestre.

Entre os colaboradores, a edição 184 da C&P traz, na seção Ponto de Vista, a percepção de Edgard Porto, diretor de Estudos da SEI, e pesquisador associado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA), acerca do XIII Seminário da Rede Ibero-Americana de Investigadores (RII) realizado em Salvador (BA), entre os dias 1º e 4 de setembro de 2014. Para ele, os temas tratados nesse seminário se adéquam à realidade de vários países, incluindo o Brasil, bem como são fortemente relacionados com questões discutidas no Nordeste do Brasil e na Bahia, objetivando compreender como os processos globais se manifestam de forma diferenciada e, de maneira incisiva, sobre o desenvolvimento territorial em distintos países. Na seção Entrevista, tem-se a contribuição de Manuel Ribeiro Filho, engenheiro civil com extensão em Desenvolvimento Econômico e especialização em Engenharia Econômica. Na sua explanação, dentre várias outras questões, ele analisa, na nova conformação das cidades, o papel da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur) no planejamento urbano. Na sua avaliação, a Sedur é uma secretaria de cidades, sendo o planejamento, portanto, feito de maneira integrada.

Na seção Artigos, o trabalho de Carolina de Andrade Spinola, Ive Lima Leal e Naira Brandão Silvério, intitulado *Análise do nível de implantação dos parques nacionais no estado da Bahia*, chama a atenção para o risco ambiental que as Unidades de Conservação de Proteção Integral correm no Brasil. Para tanto, busca mapear em que condição se encontra a implantação dos Parques Nacionais (Parnas) na Bahia. Em outro artigo, *Desindustrialização e impactos regionais no Brasil: uma análise preliminar*, os autores Daniel Pereira Sampaio e Fernando Cezar de Macedo discutem os impactos da reestruturação produtiva e a possível desindustrialização sobre a dinâmica regional e urbana no Brasil.

Assim, a edição 184 da C&P traz discussões de caráter conjuntural e perspectivas para as economias brasileira e baiana. Nesse aspecto, a SEI, sem pretensões de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, esboça, através da sua publicação, um panorama do primeiro semestre de 2014, bem como convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis econômicas que determinarão o desempenho das economias brasileira e baiana a curto e longo prazo.





Desempenho da economia baiana no primeiro semestre e perspectivas

Bruno Neiva*
Carla do Nascimento**
Elissandra Britto***
Jorge Caffé****

A perspectiva para a economia global é de uma recuperação gradual no segundo semestre de 2014, puxada principalmente pela retomada do crescimento nos países desenvolvidos, que tiveram um fraco desempenho no início do ano. Para a economia americana, a primeira estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) para o segundo trimestre de 2014 aponta crescimento anualizado de 4%, refletindo as contribuições positivas dos investimentos privados, das exportações e dos gastos pessoais com consumo. O banco central americano estima para 2014 um crescimento do PIB entre 2,1% e 2,3%.

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Salvador (Unifacs). Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). brunoneiva@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

*** Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

**** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). tadeu@sei.ba.gov.br

Na Zona do Euro, os indicadores divulgados no segundo trimestre apontam para a necessidade de medidas que elevem o crescimento e impeçam a queda do bloco monetário à deflação. O PIB da região não avançou no segundo trimestre de 2014, ante um crescimento de 0,2% no trimestre anterior, praticamente no mesmo patamar do crescimento de 0,3% observado no quarto trimestre de 2013. Entre os países membros, a Alemanha registrou recuo de 0,2% em seu PIB. Por sua vez, a França registrou crescimento zero e a Itália entrou na sua terceira recessão desde 2008. Os países que tiveram melhor desempenho foram os que enfrentaram graves dificuldades, como Espanha e Portugal, onde o crescimento atingiu 0,6%. O PIB holandês também registrou um aumento de 0,5% depois de uma queda de 0,4% entre janeiro e março. A previsão do Banco Central Europeu (BCE) é de um crescimento da economia na região de 0,9% em 2014 e 1,6% em 2015.

Após sinais de uma desaceleração no início do ano, o governo chinês implementou novas medidas de estímulo à economia. Indicadores recentes sugerem que tais ações estão trazendo resultados positivos. Dados preliminares do segundo trimestre de 2014, divulgados pelo Bureau de Estatísticas da China, apontam para o crescimento de 7,5% do PIB da China, comparado ao mesmo período do ano anterior, e de 2% sobre o primeiro trimestre de 2014. Neste cenário, o governo manteve a meta de crescimento da economia de 7,5% para 2014.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu para 3,4% a projeção de crescimento mundial para 2014, 0,3 p.p. inferior à projeção anterior, refletindo o fraco desempenho no primeiro trimestre deste ano e as perspectivas menos otimistas em algumas economias emergentes. Para 2015, o FMI manteve a projeção de crescimento de 4% da economia global (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014).

A economia brasileira apresentou sinais de arrefecimento no segundo trimestre, com queda da atividade econômica e redução da produção industrial, impactando diretamente no consumo de bens e serviços. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), com ajuste sazonal, utilizado como uma referência

para o PIB, que vinha mantendo-se no mesmo patamar ao longo de 2014, recuou 1,48% em junho sobre maio, fechando o segundo trimestre deste ano com queda de 1,20% e indicando que a economia brasileira pode ter entrado em recessão no primeiro semestre do ano. Nos últimos 12 meses, entretanto, o IBC-Br registrou crescimento de 1,41%. As projeções do Boletim Focus do Banco Central são de crescimentos do PIB de 0,90% para 2014 e de 1,50% para 2015.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou um avanço de 0,4% em junho, acumulando uma alta de 3,75% no primeiro semestre de 2014 e de 6,52% nos 12 meses encerrados em junho, ultrapassando o limite superior da meta de inflação de 6,5% a.a. No entanto, em julho o IPCA registrou variação próxima de zero, mas a taxa em 12 meses se manteve em 6,5%. Tal resultado foi explicado pela reversão da alta de alguns serviços ligados ao turismo durante a Copa do Mundo e também a queda nos preços de alimentos in natura e combustíveis. O relatório Focus prevê para 2014 uma inflação de 6,41%, com uma taxa de juros de 11,0% ao final do ano.

Nesse ambiente, mesmo com a inflação elevada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central interrompeu a sequência de aumentos da taxa básica de juros (Selic), mantendo-a em 11,0% ao ano nas últimas reuniões.

Os resultados do PIB nacional divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o segundo trimestre de 2014 confirmaram as expectativas de redução de ritmo da atividade econômica por parte dos analistas econômicos. O PIB do segundo trimestre recuou 0,6% ante o trimestre anterior, refletindo o fraco nível de investimento do setor privado e de consumo do país. Destaque para a queda de 1,5% da produção industrial e para a queda de 0,5% do setor de serviços. Houve recuo no consumo do governo (-0,7%) e na formação bruta de capital fixo (-5,3%) em relação ao trimestre anterior. No acumulado do primeiro semestre, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,5%, taxa menor que a observada no acumulado até o primeiro trimestre (1,9%) (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2014).

O PIB do segundo trimestre recuou 0,6% ante o trimestre anterior, refletindo o fraco nível de investimento do setor privado e de consumo do país

Nesse contexto, o cenário macroeconômico interno e internacional continua demonstrando incertezas, com uma inflação prevista no topo da meta estabelecida pelo governo, de 6,46%, e os indicadores gerais de consumo retraídos.

Na Bahia, a atividade econômica no segundo trimestre de 2014 aumentou 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Na comparação do segundo trimestre com o primeiro trimestre de 2014, o PIB estadual apresentou crescimento de 0,5%, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. A *Agropecuária* apresentou expansão de 14,0% e o setor de *Serviços* cresceu 0,5%, com altas no *Comércio* (2,2%) e *Transporte* (2,9%). Por sua vez, a *Indústria* apresentou queda de 1,7%, puxada pela retração da *Indústria de transformação* (-5,8%) e da *Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana* (-0,6%). No primeiro semestre, a atividade econômica baiana registrou expansão de 1,64%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O destaque entre os grandes setores econômicos ficou por conta da *Agropecuária*, acumulando, no período, expansão de 14,9%. A *Indústria* recuou 0,8% e os *Serviços* cresceram 1,5% (ATIVIDADE..., 2014).

As próximas seções apresentam o desempenho setorial da economia baiana no primeiro trimestre de 2014.

SAFRA DE INVERNO NA BAHIA VAI DIRECIONAR O TAMANHO DA EXPANSÃO NA PRODUÇÃO DE GRÃOS EM 2014

Na Bahia, a safra de grãos apresenta perspectiva de alta de 43,8%, o que corresponde a uma produção de 8,8 milhões de toneladas ante as 6,1 milhões de toneladas em 2013, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE. A safra de soja tem sido a principal cultura para o bom desempenho dos grãos na Bahia, pois está perto de fechar com quase quatro milhões de toneladas, 1,2 milhão a mais que em 2013. O milho apresenta um incremento de 50% em relação a 2013, o que equivale a cerca de um milhão de toneladas a mais e que pode ainda aumentar, dependendo de como for o resultado da segunda safra.

Outro destaque positivo fica a cargo da segunda safra de milho e da terceira safra de feijão que apresentam dados otimistas, com crescimento de 1,8% e de 8,1% respectivamente, entretanto podem sofrer alterações, colaborando para a elevação ou diminuição da taxa. O ponto negativo fica a cargo da safra de cana-de-açúcar, pois é a única cultura, dentre as mais importantes para o estado, que apresenta estimativas negativas, conforme a Tabela 1.

A safra de soja tem sido a principal cultura para o bom desempenho dos grãos na Bahia, pois está perto de fechar com quase quatro milhões de toneladas, 1,2 milhão a mais que em 2013

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento – Bahia – 2013/2014

Produtos/ safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) (3)		
	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)
Mandioca	1.852	2.088	12,7	183	266	45,1	178	178	-0,1	10.404	11.743	12,9
Cana-de-açúcar	6.754	6.690	-0,9	124	122	-2,3	118	114	-2,9	57.455	58.638	2,1
Cacau	158	165	4,1	551	573	4,1	533	552	3,5	297	298	0,6
Café	162	181	11,7	179	176	-2,0	160	167	4,4	1.015	1.086	7,0
Grãos	6.101	8.774	43,8	2.745	3.129	14,0	2.544	3.084	21,2	2.399	2.923	21,9
Algodão	925	1.216	31,4	296	336	13,7	294	335	13,9	3.141	3.624	15,4
Feijão	248	317	27,9	460	486	5,5	374	466	24,4	663	681	2,8
Milho	2.115	3.183	50,5	678	793	17,0	571	768	34,6	3.706	4.143	11,8
Soja	2.766	3.982	44,0	1.211	1.412	16,6	1.211	1.412	16,6	2.283	2.821	23,5
Sorgo	47	76	60,2	99	103	3,5	93	103	10,5	509	738	44,9
Total	-	-	-	3.783	4.266	12,8	3.532	4.095	15,9	-	-	-

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) LSPA/IBGE previsão de safra 2013.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2014 (Jul/14).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

Na produção de algodão no estado, que encerra colheita no mês de agosto, é esperada alta de 31,4% em comparação ao ano anterior. Após dois anos seguidos de queda e de perda de um patamar de produção na casa de 1,5 milhão de toneladas em 2011, o algodão teve uma recuperação significativa, embora ainda esteja abaixo do patamar registrado naquele ano. A melhora na produção, com o bom rendimento de 15,4%, juntamente com maior área reservada para a cultura, contribuiu para a alta, em razão dos preços elevados e mercado aquecido.

O feijão apresenta uma expectativa de 317 mil toneladas, chegando a 27,9% de crescimento perante 2013, ano que apresentou forte período de seca, mas, mesmo assim, registrou alta na produção. A primeira safra deste ano apresentou resultado positivo com crescimento de 131%, chegando a 92 mil toneladas. A segunda safra de feijão, que é considerada terceira safra comparando ao calendário nacional (a Bahia só planta primeira e terceira safra), ocorreu sem nenhum percalço e apresenta expectativa de grande expansão, chegando a 224 mil toneladas. As chuvas de abril animaram os produtores que apostaram na safra de inverno e estão colhendo os frutos da persistência. O bom preço do produto e as atuais condições de demanda do mercado promovem um bônus de remuneração ao produtor e já podem influenciar os preparos da primeira safra do feijão para 2015.

O bom preço do produto e as atuais condições de demanda do mercado promovem um bônus de remuneração ao produtor e já podem influenciar os preparos da primeira safra do feijão para 2015

Para o milho, o cenário é parecido. Uma primeira safra com 74,2% de variação positiva e a produção da segunda safra com expansão 1,8% e chegando a 705 mil toneladas, totalizando 3,1 milhões de toneladas na produção total da cultura, ou seja, 50,5% de incremento. É importante notar que tanto o milho quanto o feijão apresentam forte expansão também devido à base depreciada do ano passado, porém, a recuperação da safra de verão está aliada ao bom desempenho da safra de inverno.

A produção de mandioca parece ter recuperado dois anos seguidos de queda. Essa cultura apresenta alta

Tabela 2
Estimativa de área plantada, rendimento e produção física – Bahia – 2013/2014

Produtos/safras	Área plantada (mil ha)			Rendimento (kg/ha)			Produção física (mil t)		
	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)
Grãos	2.725	3.031	11,24	2.098	2.656	26,59	5.717	8.050	40,81
Algodão	271	319	17,7	3.330	3.900	17,1	904	1.246	37,8
Feijão	456	465	1,90	415	556	34,10	189	259	36,60
Feijão 1ª safra	229	252	9,90	229	375	63,80	53	95	80,00
Feijão 3ª safra	227	213	-6,20	603	771	27,90	137	164	20,00
Milho	628	813	29,30	3.022	3.917	29,60	1.899	3.182	67,60
Milho 1ª safra	387	545	40,70	3.616	4.550	25,80	1.399	2.478	77,00
Milho 2ª safra	241	268	11,00	2.071	2.630	27,00	500	705	41,00
Soja	1.282	1.313	2,40	2.100	2.460	17,10	2.692	3.229	20,00
Sorgo	87	122	39,70	371	1.100	196,50	32	134	314,60

Fonte: Acompanhamento de Safras de grãos do Brasil (2013-2014).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Décimo-segundo levantamento da safra de grãos (set. 2013).

(2) Décimo Primeiro levantamento da safra de grãos (agosto 2014).

de 12,7% no estado. As boas chuvas nas áreas produtoras fizeram os produtores aumentarem a área plantada visando recuperar as perdas dos anos anteriores.

O café apresenta dados de expansão na produção em 11,7%, uma boa recuperação em relação à safra 2013. O mercado desse produto que apresentou preços elevados, em razão da quebra de safra em países produtores da África, auferiu ganhos maiores ao produtor.

A produção de cacau está recuperando-se aos poucos da grande queda ocorrida nos anos 90; a safra de 2014 registra alta de 4,1% ante ao ano anterior. Os preços elevados são um atrativo e um grande estímulo para a produção, porém a dificuldade de cultivo dessa cultura, que necessita de clima e solo favoráveis ainda parece restringir o aumento da produção.

A produção da cana-de-açúcar aponta para uma retração de 0,9%, chegando a 6,7 milhões de toneladas. Esta expectativa de queda se justifica pela pequena redução na área plantada no ano passado. O mercado para as usinas está num período-chave, em que são necessárias melhores práticas para redução de custos de produção. Esse decréscimo também vem influenciando a queda na geração de empregos nessa cultura, pois, no acumulado do ano, foram destruídos 371 postos de trabalho no cultivo da cana no estado, queda que

foi amenizada pela criação de mais de 600 postos de trabalho em Lajedão, em virtude do início da produção de álcool na região.

Por fim, a soja desponta como o melhor desempenho dentre as principais culturas do estado. Os números da soja estão melhores até mesmo que os do ano de 2012, quando se registrou safra recorde. A safra atual está muito próxima dos quatro milhões de toneladas, representando aumento de 1,2 milhão de toneladas, ou alta de 44%, em relação ao ano de 2013. Para tanto, foram determinantes o bom rendimento dessa cultura (23,5%), maior dentre todas, e o aumento de sua área plantada (16,6%), segunda maior.

Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também confirmam o bom momento da safra este ano.

Na Bahia, os dados da soja, fornecidos pelo IBGE, apontam alta de 44%, com quatro milhões de toneladas, e os dados da Conab¹ registram crescimento na mesma direção. O aumento da produção de soja é de 20% a mais que o ano passado, o que representa

¹ Os dados da Conab seguem metodologia diversa da adotada pelo IBGE, uma vez que são considerados em relação ao ano safra, que vai de outubro de 2012 a setembro de 2013. O IBGE considera o ano civil.

um total de 3,2 milhões de toneladas. Apesar de elevar em apenas 2,4% a área plantada, o rendimento foi alto, atingindo 17% no período.

Já o milho mostra que seu crescimento já está garantido pela primeira safra. A segunda irá apenas dimensionar o tamanho dessa expansão. O milho, juntando-se as duas safras, tem um incremento de 67%, o que representa 1,2 milhão de toneladas a mais que a quantidade produzida em 2013.

O algodão mostra que, após um ano trágico marcado pela falta de chuvas e principalmente pela praga da lagarta do milho, se recuperou no ano de 2014, com crescimento de 37,8%.

O feijão mostra que seu crescimento continuará por mais um ano. Após ter uma excelente arrancada na segunda safra do ano passado, esta cultura apresentou ótimo resultado (80%) na primeira safra e tem uma excelente expectativa para a terceira safra (+20%). Isso totalizaria 259 mil toneladas de produção e um incremento de 36,6%.

ATIVIDADE INDUSTRIAL E EXPORTAÇÕES RECUAM NO PRIMEIRO SEMESTRE

Com as vendas externas prejudicadas e a redução no consumo de bens duráveis, a produção industrial baiana retraiu-se no primeiro semestre do ano. A produção física da *Indústria (transformação e Extrativa mineral)* na Bahia apresentou decréscimo de 4,5% quando comparada com a do mesmo período de 2013. O país e o Nordeste também apresentaram taxas negativas, de 2,6% e 0,1%, respectivamente, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2014) do IBGE. A queda, tanto no Nordeste como no país, pode ser atribuída, principalmente, à redução na fabricação do setor automotivo. Outros fatores contribuíram para o recuo da produção industrial: estoques elevados de bens duráveis; baixa confiança dos empresários; alta nos custos de energia elétrica; maior presença de importados no mercado doméstico; dificuldade de colocação de produtos nacionais no mercado internacional; menor demanda das famílias e inadimplência elevada; encarecimento e maior restrição ao crédito.

O segundo trimestre foi marcado por nova retração da produção de Veículos atribuída, sobretudo, à queda na demanda externa da Argentina, mas também ao alto volume dos estoques das montadoras e concessionárias de veículos, que resultou em diversas paradas de montadoras, e ao evento Copa do Mundo, quando foram decretados diversos feriados municipais

A análise setorial evidencia que o desempenho da produção industrial baiana no primeiro semestre de 2014 foi influenciado, principalmente, pelos resultados negativos apresentados pelos segmentos *Veículos* (-34,3%), *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-43,2%), *Metalurgia* (-5,3%) e *Couros, artigos para viagem e calçados* (-7,4%). Em sentido contrário, contribuíram positivamente para o resultado da produção industrial *Coque, produtos do petróleo e biocombustíveis* (3,2%) e *Outros produtos químicos* (4,5%).

O segundo trimestre foi marcado por nova retração da produção de *Veículos* atribuída, sobretudo, à queda na demanda externa da Argentina, mas também ao alto volume dos estoques das montadoras e concessionárias de veículos, que resultou em diversas paradas de montadoras, e ao evento Copa do Mundo, quando foram decretados diversos feriados municipais. De janeiro a junho deste ano, a Bahia vendeu US\$ 258,89 milhões em veículos, queda de 30,2% ante o mesmo período do ano passado. Soma-se a queda anualizada de 9,3% até junho nas vendas de automóveis no mercado interno,

segundo dados da Fenabreve (2014), o que contribuiu para a ampliação dos estoques do setor. O recuo dessa atividade também prejudicou a performance de outros segmentos, como o de *Borracha e plástico* que cresceu apenas 0,5% no período.

O segmento de *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* apresentou significativa queda no período em razão do fechamento de uma importante unidade de produção de empresa fabricante de *notebooks e desktops* no estado no quarto trimestre de 2013.

O decréscimo na produção de *Metalurgia* respondeu, principalmente, à desaceleração da economia chinesa e ao recuo na demanda de importantes setores da economia brasileira. O mercado doméstico não está aquecido, e o internacional ainda se mostra acanhado, com preços deprimidos, quadro agravado com a relativa apreciação do câmbio.

O setor de *Couros, artigos para viagem e calçados* também registrou queda no período, em decorrência do encerramento das atividades de uma empresa do ramo no interior baiano. No entanto, novas indústrias calçadistas estão sendo instaladas no estado, o que deverá impulsionar o setor ainda em 2014.

A produção de *Bebidas*, que caiu 6,2% no período – ao contrário do que ocorreu no país, com crescimento de 3,2% –, apresentou comportamento não esperado, uma vez que foram instaladas novas indústrias no estado, e era de se esperar a ampliação da formação de estoque, diante de uma expectativa do aumento de consumo de bebidas durante a Copa do Mundo.

A principal contribuição positiva no período coube ao segmento de *Refino de petróleo*, que, no primeiro semestre, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (2014), processou 8,6 bilhões de metros cúbicos de derivados de petróleo, volume superior em 4,4% ao processado no mesmo período de 2013. Outro segmento que apresentou desempenho positivo no período foi o de *Produtos químicos*, beneficiado pela demanda externa e doméstica por petroquímicos, sendo a última influenciada pelo bom desempenho

de atividades relacionadas a bens de consumo não duráveis – como bebidas – e pelo setor de infraestrutura.

Com o intuito de impulsionar a indústria nacional, no mês de junho, o governo federal anunciou diversas iniciativas para beneficiar o setor industrial. Tais reforços incluem o retorno do programa Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); a decisão de tornar permanente o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) zero para caminhões e ônibus; e a prorrogação do Programa de Sustentação de Investimento (PSI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até 2015. No entanto, não foram reveladas as condições nem a verba a ser destinada ao PSI, que tem sido importante financiamento para o setor automotivo, financiando veículos comerciais, semirreboques e maquinário agrícola. Por sua vez, a possível recuperação da demanda externa poderá impulsionar positivamente o setor.

Por sua vez, o comércio exterior baiano continua atravessando período difícil em 2014. No primeiro semestre deste ano, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de apenas US\$ 187 milhões, ante US\$ 649 milhões no ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (BRASIL, 2014a), divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2014). No país, foi observado um déficit de US\$ 2,49 bilhões no

O comércio exterior baiano continua atravessando período difícil em 2014. No primeiro semestre deste ano, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de apenas US\$ 187 milhões, ante US\$ 649 milhões no ano anterior

período, resultado da queda de 3,4% nas exportações e do decréscimo de 3,8% nas importações. A queda nos preços das commodities no mercado internacional e a retração dos embarques de manufaturados contribuíram fortemente para esse desempenho do comércio exterior.

No estado, as exportações alcançaram US\$ 4,3 bilhões no primeiro semestre de 2014, com decréscimo de 5,6% comparado com o mesmo período de 2013, quando apresentou redução de 8,6% em relação ao mesmo período de 2012. Entre os motivos que contribuíram para essa queda destacam-se a redução de vendas de carros para a Argentina, petroquímicos para os EUA e metalúrgicos para a China.

A queda nas vendas foi evidenciada basicamente nos segmentos *Papel e celulose* (-1,3%), *Químicos e petroquímicos* (-11,2%), *Soja* (-0,9%), *Metalúrgicos* (-39,8%) e *Automotivo* (-30,2%). Em sentido contrário, com taxas positivas, destacaram-se os segmentos *Petróleo e derivados* (31,4%), *Cacau* (1,9%) e *Café* (77,4%).

Considerando-se os blocos econômicos de destino, ocorreu queda nas vendas externas para todas as áreas: Ásia (-6,4%), Nafta (-8,2%), União Europeia (-3,2%), Mercosul (-17,9%), entre outras.

Em sentido contrário ao das exportações, as importações registraram acréscimo de 4,9%, o equivalente

a US\$ 4,24 bilhões, e a corrente de comércio (exportações mais importações) reduziu 0,7% no período considerado. Em termos de participação, as compras de *Intermediários* representaram 38,4% da pauta total, e as de *Combustíveis e lubrificantes*, 28,8%. As importações de *Bens de capital* representaram 18,1%, e as de *Bens de consumo*, 14,7%. Em termos de variação, no primeiro semestre de 2014 houve crescimento nas categorias *Combustíveis e lubrificantes* (36,1%), *Bens de consumo duráveis* (16,3%) e *Bens de capital* (2,8%), enquanto as categorias *Bens intermediários* e *Bens de consumo não duráveis* apresentaram decréscimo de, respectivamente, 11,3% e 19,2%.

CRESCIMENTO MODERADO NAS VENDAS VAREJISTAS

O crescimento do comércio varejista no primeiro semestre de 2014 foi moderado. Quando observado o comportamento desse setor na Bahia, verifica-se uma melhoria nas taxas mensais registradas em relação a igual período do ano anterior, mesmo com a conjuntura adversa, reflexo do maior comprometimento da renda do trabalhador, dos juros elevados, da restrição de crédito e da reduzida confiança do consumidor.

A fraca base de comparação pode explicar o desempenho do varejo baiano no primeiro semestre de 2014.

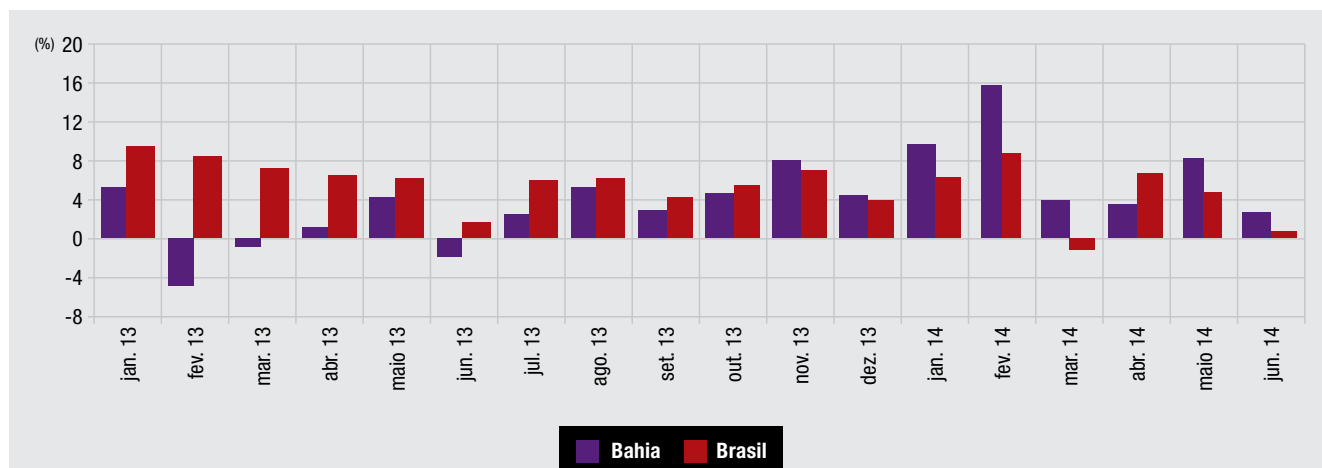


Gráfico 1

Variação mensal do volume de vendas do comércio varejista – Bahia e Brasil – jan. 2013-jun. 2014

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2014).
Elaboração: SEI/CAC.

Com exceção do mês de maio, que registrou taxa de 7,9% em relação a igual mês do ano de 2013. Nesse último, o comportamento do setor foi atribuído à redução dos preços dos alimentos ao longo do mês.

Nos primeiros seis meses do ano de 2014, o comércio varejista na Bahia superou as taxas registradas no país, registrando em junho crescimento de 2,7% nas vendas. Nesse mês, os segmentos que se destacaram foram *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, *Hipermercados*, *supermercados*, *produtos alimentícios*, *bebidas e fumo* e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*.

No primeiro semestre de 2014, as atividades que impulsionaram o Indicador de Volume de Vendas para o acumulado do ano foram *Hipermercados*, *supermercados*, *produtos alimentícios*, *bebidas e fumo*, *Combustíveis e lubrificantes* e *Móveis e eletrodomésticos*. O comportamento dessas atividades ao longo dos quatro últimos anos ratifica a percepção de recuperação do Indicador de Comércio na Bahia entre 2013 e 2014.

O crescimento de *Combustíveis e lubrificantes* pode ser explicado pelo efeito base, uma vez que por 12 meses consecutivos, outubro/2012-setembro/2013, o segmento registrou taxas negativas. Outro aspecto é que, em 2013, a competição entre os postos resultou na redução dos preços dos combustíveis, aplicada

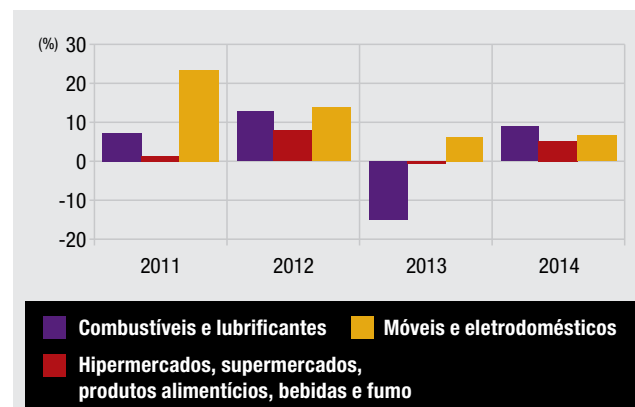


Gráfico 2
Comportamento das principais atividades do comércio varejista – Bahia – 1º semestre

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2014).
Elaboração: SEI/CAC.

Tabela 3
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – abr.-jun. 2014

Atividade	Mensal (1)			Acum. no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
	Abr.	Maio	Jun.		
Comércio varejista	3,6	8,3	2,7	7,1	5,8
1 - Combustíveis e lubrificantes	-2,7	6,7	3,4	9,1	3,5
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,8	7,5	3,5	5,0	4,0
2.1 - Hipermercados e supermercados	8,4	7,7	3,3	6,1	5,7
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-6,8	-1,9	-6,5	-2,0	0,6
4 - Móveis e eletrodomésticos	1,0	16,0	1,1	6,6	10,0
4.1 - Móveis	-2,8	6,6	7,1	1,4	6,0
4.2 - Eletrodomésticos	4,2	20,4	-1,4	9,9	13,4
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	2,2	11,0	10,8	20,7	19,0
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	11,5	15,0	11,8	-14,8	-18,5
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-15,4	-26,3	-31,4	18,5	20,0
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	18,9	19,6	19,9	17,6	13,5
Comércio Varejista Ampliado (4)	0,4	4,0	-4,1	2,8	2,5
9 - Veículos, motos, partes e peças	-3,8	-3,9	-19,4	-5,7	-5,2
10 - Material de construção	-10,1	-1,2	-4,9	-0,7	5,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio (2014)

(1) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.

(2) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(3) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(4) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

No caso do segmento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, a atividade foi comprometida pela elevação dos preços nos principais produtos comercializados no setor durante o semestre

pelos postos das principais bandeiras instalados no estado, o que associado ao crescimento da frota estadual de veículos, determinou o aumento das vendas de combustíveis.

No caso do segmento de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, a atividade foi comprometida pela elevação dos preços nos principais produtos comercializados no setor durante

o semestre, com exceção do mês de maio em função do alívio da inflação em alguns produtos.

Quanto ao segmento de *Móveis e eletrodomésticos*, observa-se que a política de incentivo do governo ao consumo, através da manutenção de alíquotas de IPI reduzidas para os produtos comercializados nesse ramo, bem como o programa Minha Casa Melhor, foi determinante para justificar o comportamento desse segmento no ano de 2013. No ano seguinte, esse último continuou a influenciar a atividade, mesmo com o fim da alíquota de IPI reduzida para a linha branca.

Assim, o comportamento do comércio varejista no primeiro semestre de 2014 permite inferir que as vendas no setor passam por um período de acomodação. Apesar do volume de vendas na Bahia (7,1%) superar o nacional (4,2%), considerando-se a mesma base de comparação, as taxas registradas revelam que há uma leve perda de ritmo.

Nesse aspecto, as expectativas quanto ao comportamento do comércio varejista são de contidos crescimentos nos próximos meses, diante de uma conjuntura incerta, marcada pela presença da inflação, a elevação da taxa de juros e o comprometimento do nível de atividade da economia, agravada pela queda de confiança dos consumidores.

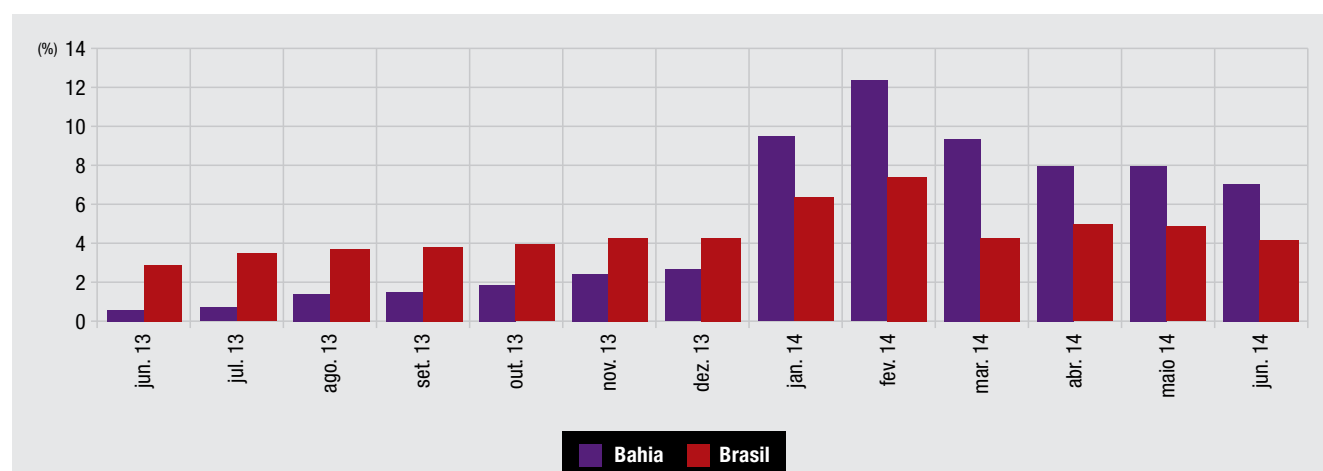


Gráfico 3
Variação acumulada no ano do volume de vendas do comércio varejista – Bahia e Brasil – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2014).
Elaboração: SEI/CAC.

MERCADO DE TRABALHO ACUMULOU RESULTADOS POSITIVOS, PORÉM SINALIZOU TENDÊNCIA DE DESAQUECIMENTO NO FINAL DO SEMESTRE

A evolução do emprego formal foi positiva no mercado de trabalho do país no primeiro semestre de 2014. Foram admitidas 11.278.299 pessoas e desligadas 10.689.628, gerando um saldo ajustado de 588.671 postos de trabalho, com expansão do estoque de 1,45%. A dinâmica do mercado de trabalho foi acentuada pelo desempenho dos setores de *Serviços*, *Agricultura* e *Construção civil* na ocupação de mão de obra com carteira assinada (CLT) nesse período. Já os setores da *Indústria de transformação*, *Extrativa mineral*, *Serviços de utilidade pública* e *Administração pública* tiveram performances moderadas na geração de saldos de ocupação. Contrariamente, o setor do *Comércio* foi o único que apresentou saldo negativo de ocupação, especialmente o *Comércio varejista* (Gráfico 4).

Findo o primeiro semestre, o mês de junho expôs um saldo de ocupação de 25.363 no país, alcançando um crescimento relativo modestíssimo de 0,06%. Excetuando-se os setores da *Agricultura*, dos *Serviços* e da *Administração pública*, os demais setores exibiram saldos negativos de ocupação de mão de obra. Principalmente a *Indústria de transformação*, que se sobressaiu como o setor que desligou mais do que admitiu trabalhadores em todas as atividades de sua estrutura produtiva – sobretudo nas indústrias de *Materiais de transporte*; *Metalúrgica*; *Mecânica*; *Calçados*; *Materiais elétricos e comunicações*; *Borracha, fumo, couros* –, cujo saldo negativo de ocupação foi de 28.553 ou -0,34%. Agregando-se à conjuntura contracionista do mercado de trabalho nacional, a *Indústria extrativa mineral*, os *Serviços industriais de utilidade pública*, a *Construção civil* e o *Comércio* também seguiram o mesmo caminho de descenso da ocupação de mão de obra percorrido pela *Indústria de transformação*. Diante dessa realidade estatística, parece que a dinâmica da *Indústria* vem determinando o nível de atividade dos demais setores da economia brasileira.

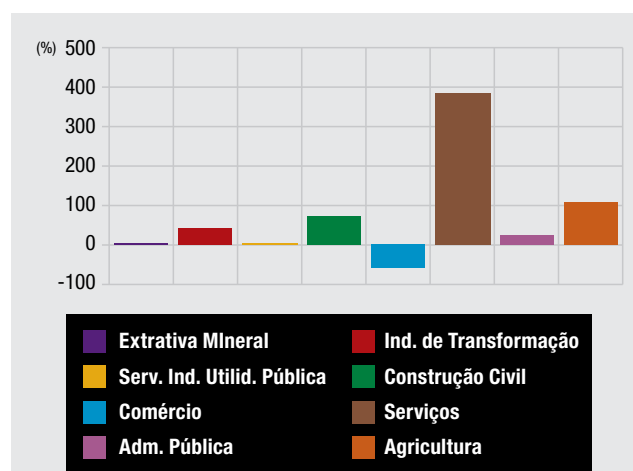


Gráfico 4
Distribuição do emprego formal por setor de atividade econômica – Brasil – jan.-jun. 2014

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2014).

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostraram que a dinâmica da ocupação no mercado de trabalho formal da Bahia foi positiva, tanto em termos de saldo de empregos gerados como de crescimento relativo do estoque de ocupação, cujos valores atingiram, respectivamente, 24.605 e 1,37%, no semestre em apreço. Setorialmente, esse desempenho foi estimulado, sobretudo, pelos saldos dos *Serviços* (16.431), da *Agricultura* (9.092) e da *Indústria de transformação* (3.180), além da *Administração pública* (940). Inversamente, os setores que não conjuraram para obtenção de melhores resultados no mercado de trabalho com carteira assinada foram o da *Construção civil* (-4.042), *Serviços industriais de utilidade pública* (-474), *Extrativa vegetal* (-307) e *Comércio* (-215).

Territorialmente, o interior do estado vem liderando o mercado de trabalho formal, consignando o maior saldo de ocupação de mão de obra no primeiro semestre (21.522 ou 87,47%) e a Região Metropolitana de Salvador (RMS), o menor (3.083 ou 12,53%).

Em junho, o mercado de trabalho baiano, a exemplo do que ocorreu em âmbito nacional, também sentiu os efeitos nefastos da queda dos saldos de ocupação da *Indústria de transformação* (-877) em quase todas as suas frentes de atividades, excetuando-se a *Indústria*

Tabela 4
Saldo de emprego celetista – Bahia, RMS e Interior – 2014

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	1º Semestre
Bahia	3.994	7.420	631	882	8.205	-2.564	24.605
RMS	1.769	3.634	-1.551	-1.626	1.888	-4.078	3.083
Interior	2.225	3.786	2.182	2.508	6.317	1.514	21.522

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2014).
Nota: dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2014.

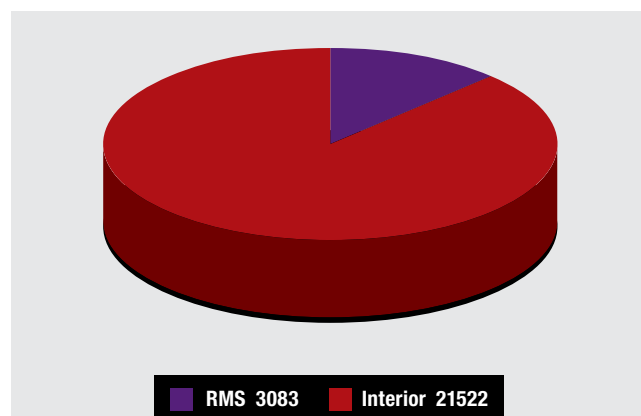


Gráfico 5
Saldo de emprego celetista – Bahia – jan.-jun. 2014

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2014)

têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (272), a Indústria mecânica (25) e a Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica (19). Contrapuseram-se à conjuntura de queda dos empregos da Indústria de transformação na Bahia, os setores da Agricultura (1.162), Serviços (279), Comércio (191), Administração pública (96) e Serviços industriais de utilidade pública (43).

Especialmente o mercado de trabalho no interior da Bahia mostrou-se mais dinâmico do que o da RMS em junho, pois apresentou saldo positivo de ocupação de 1.514, enquanto a região em referência apresentou saldo negativo de ocupação de 2.564. As atividades que vêm impulsionando conjuntamente o mercado de trabalho do interior da Bahia estão voltadas principalmente aos variados cultivos agrícolas, à criação de rebanhos e aos serviços de apoio às atividades agropecuárias.

Referente à análise do mercado de trabalho formal e informal para o agregado das seis regiões metropolitanas

As atividades que vêm impulsionando conjuntamente o mercado de trabalho do interior da Bahia estão voltadas principalmente aos variados cultivos agrícolas, à criação de rebanhos e aos serviços de apoio às atividades agropecuárias

(RMs)², os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostraram que os desempregados totalizaram 2.253 mil pessoas em junho, 14 mil a menos do que em maio. A taxa de desemprego total ficou relativamente estável no conjunto das seis RMs, pois passou de 10,9%, em maio, para 10,8%, em junho. Colaboraram para esse resultado a taxa de desemprego aberto, que variou de 8,8% para 8,7%, e a de desemprego oculto, que se manteve estável em 2,1%.

Conforme os setores de atividades analisados no âmbito das RMs, o nível ocupacional elevou-se nos Serviços (criação de 34 mil postos de trabalho ou 0,3%) e na Indústria de transformação (29 mil ou 1,1%), contraiu-se no Comércio e na reparação de veículos automotores e motocicletas (eliminação de 41 mil postos de trabalho ou -1,2%) e manteve-se inalterável na Construção civil.

Tomando-se as RMs de per si, a taxa de desemprego total aumentou em Salvador, passando de 17,5%, em maio, para 18,2% em junho, cujo contingente foi estimado em 342 mil pessoas (aumento de 13 mil); diminuiu em Porto Alegre e Belo Horizonte e permaneceu

² Refere-se às regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

estável em Fortaleza, São Paulo e Recife. Já o nível de ocupação reduziu em Salvador (0,6%), cresceu em Fortaleza (1,4%), Belo Horizonte (0,9%) e Recife (0,4%) e permaneceu relativamente estável em Porto Alegre (-0,1%) e São Paulo (-0,1%).

Quanto ao rendimento médio real dos ocupados, o indicador cresceu em Fortaleza (3,8%, passando a equivaler a R\$ 1.205), Recife (1,6%, R\$ 1.235) e Salvador (0,8%, R\$1.222) e reduziu-se em São Paulo (-1,7%, R\$ 1.907), Porto Alegre (-1,1%, R\$ 1.842) e Belo Horizonte (-0,9%, ou R\$ 1.944).

O contingente de trabalhadores assalariados ficou relativamente estável na RMS em junho (dois mil ou 0,2%). O nível ocupacional no setor privado teve leve aumento (cinco mil ou 0,5%), enquanto reduziu no setor público (dois mil ou 1,3%). Assinalou-se declínio no contingente de empregados domésticos (seis mil ou 4,8%), de trabalhadores autônomos (cinco mil ou 1,7%) e de outras posições ocupacionais, que incluem empregadores, trabalhadores familiares e donos de negócio familiar, entre outros (24 mil ou 48,0%).

Não obstante o baixo crescimento da economia brasileira no primeiro semestre, a taxa de desemprego continua baixa e os ganhos reais de salário ainda estão em elevação. Ao mesmo tempo, observa-se que o desemprego industrial vem acentuando-se juntamente com a perda de produtividade. Assim, as perspectivas para o mercado de trabalho nesse cenário, no segundo

semestre, deverão seguir a tendência de rebaixamento do emprego na *Indústria de transformação*, crescimento sazonal no *Comércio varejista* e fortalecimento no setor *Agropecuário*.

Com relação ao cenário da economia brasileira no ano em curso, o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) adverte que uma política monetária mais apertada (aumentos na taxa básica de juros, a Selic), uma menor demanda externa e as incertezas na política nacional decorrentes das eleições majoritárias irão influenciar inevitavelmente no nível da atividade econômica e no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira moveu-se em ritmo lento neste segundo trimestre de 2014, principalmente no mês de junho, em parte devido à redução temporária dos dias úteis durante a realização da Copa do Mundo. Esse evento causou uma forte parada da indústria, que já estava em trajetória de desaceleração desde o início do ano, e também afetou o desempenho do comércio e dos serviços. Além do mais, contribuíram fortemente para o desempenho pífio, a baixa demanda do setor automotivo, o menor dinamismo da construção civil, as expectativas quanto às eleições e a queda dos indicadores de confiança dos mais variados segmentos de atividade.

O primeiro semestre de 2014 evidenciou para a economia baiana perspectivas desfavoráveis para o crescimento anual, pautadas principalmente no desempenho negativo da *Indústria* e no baixo ritmo do *Comércio exterior*. O setor de *Serviços* apresenta desempenho modesto, ancorado no *Comércio varejista*, que tem mostrado bom ritmo de crescimento no estado, apesar da pouca confiança do consumidor e das incertezas do mercado quanto à atividade econômica de modo geral.

Positivamente, aparecem os resultados do setor *Agropecuário*, que tem apresentado estimativas bastante significativas de produção de grãos para a

Não obstante o baixo crescimento da economia brasileira no primeiro semestre, a taxa de desemprego continua baixa e os ganhos reais de salário ainda estão em elevação

safrade 2014, bem acima das esperadas no início das plantações, que tem se beneficiado dos preços no mercado internacional. Em resposta a esse cenário, o mercado de trabalho apresenta-se com perspectivas de estabilidade tanto para o nível de emprego como para a ocupação, enquanto os salários reais ainda encontram-se elevados.

O Índice do Banco Central Regional (IBCR) registrou para a Bahia acréscimo de 3,5% no primeiro semestre de 2014 em relação ao ano anterior. Para o Nordeste, a elevação foi de 4,2%, enquanto para o país ficou em apenas 0,1% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014). Esses resultados evidenciam que a Bahia e o Nordeste mostram desempenho favorável e acima do observado para a economia nacional.

Neste contexto, considerando-se os fatores positivos para a retomada da atividade no segundo semestre, tem-se a recuperação dos EUA, que apresentou acréscimo anualizado de 4% no PIB do segundo trimestre; estabilidade no crescimento da China; redução nos preços dos alimentos; entre outros. Por outro lado, como entraves à recuperação observa-se o fraco desempenho na economia da América Latina; tendência de aumento do desemprego nas regiões metropolitanas; ausência da confiança empresarial e de investimentos; alta dos juros; menor dinamismo do consumo das famílias.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2013/14. Brasília: CONAB, v. 1, n. 11, p. 1-96, ago. 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_05_08_10_11_00_boletim_graos_agosto_2014.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos mensais*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1381866081745>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

ATIVIDADE econômica baiana cresce 1,56% no segundo trimestre. *Informativo PIB Trimestral*, Salvador, v. 5, n. 2, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2014_2.pdf>. Acesso em: 1 set. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR)*. [Brasília]: BACEN, jun. 2014. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, jun. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_jun_2014.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, jun. 2014a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, jun. 2014b. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/caged-junho-2014.htm>. Acesso em: 25 ago. 2014.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 2º trimestre de 2014: visão geral*. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 2014. 20 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201402caderno.pdf>. Acesso em: 1 set. 2014.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Índices e números: emplacamentos. São Paulo: FENABRAVE, jun. 2014. Disponível em: <<http://www3.fenabreve.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=1&layout=indices-e-numeros>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201405comentarios.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2014.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World Economic Outlook – Jul. 2014. An Uneven Global Recovery Continues*. Washington, DC: International Monetary Fund, 2014. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/update/02/pdf/0714.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, ago. 2014. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *OCDE reduz projeção de crescimento da economia em 2014 e 2015*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-05/ocde-reduz-projecao-de-crescimento-da-economia-em-2014-e-2015>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

PARA ANALISTAS, PIB encolheu 0,4% no 2º tri. *Valor Econômico*, São Paulo, 28 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3670922/para-analistas-pib-encolheu-04-no-2>>. Acesso em: 3 set. 2014.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, jun. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_jun14.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/comerc/default.asp>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

PIB pode ter recuado 0,8% no 2º trimestre, afirma Figueiredo. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3658768/pib-pode-ter-recuado-08-no-2>>. Acesso em: 25 ago. 2014.



Um olhar sobre a cidade

**Manuel
Ribeiro Filho**
Secretário de
Desenvolvimento
Urbano da Bahia

Questão central nos debates sobre os centros urbanos nos dias atuais, a mobilidade é um dos temas desta entrevista concedida pelo secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, o engenheiro Manuel Ribeiro Filho, à SEI. Com uma visão sistêmica sobre o assunto, o secretário falou sobre a importância de um planejamento que integre as várias demandas nos centros urbanos, sendo imprescindível regular o uso e ordenação do solo: “se a prefeitura não adotar uma lei, um PDDU, que faça com que as pessoas se desloquem menos, que regule uma verticalização cuidadosa, não resolve”, comentou. Engenheiro civil com extensão em Desenvolvimento Econômico e especialização em Engenharia Econômica, Ribeiro Filho atuou no setor privado nas áreas de engenharia, financeira e de estruturação de negócios. No setor público, foi coordenador de projetos na Companhia de Renovação Urbana de Salvador (Renurb) e ocupou o cargo de Secretário de Finanças de Salvador e de Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder). Participou da execução de grandes obras e da viabilização de empreendimentos público-privados em todo o país. Nesta entrevista, realizada em setembro de 2014, ele fala ainda sobre questões como habitação, água e esgoto, resíduo sólido, além de refletir sobre o futuro das cidades.

SEI – A Sedur é uma secretaria que se pode dizer que é nova, criada no governo Wagner. Qual é o papel da Secretaria no contexto do planejamento urbano, nessa nova conformação das cidades?

Manuel Ribeiro Filho – A Sedur, na realidade, é uma secretaria de cidades. Então, a função precípua dela é a cidade, principalmente no que tange habitação, mobilidade, gestão territorial e saneamento. Na realidade, com o tamanho das nossas cidades, não existe possibilidade de não ter um planejamento integrado. Por exemplo, mobilidade é muito dependente do uso e ordenação do solo. Quanto mais você faz com que as pessoas se desloquem, mais você vai ter problemas de mobilidade urbana. Tudo está interligado. Hoje, em Salvador e outras capitais brasileiras, você já tem que olhar não mais o urbano, mas o aspecto metropolitano, porque o indivíduo, dentro de uma área metropolitana, passa tanto tempo na cidade em que

trabalha quanto na outra cidade onde ele dorme. Existe um deslocamento constante, e esse planejamento tem que ser de ordem metropolitana. A Sedur tem atuado em praticamente todos os municípios do estado – também com o braço executivo dela, que é a Conder, e a Embasa –, sem descuidar do planejamento, principalmente do planejamento das médias e grandes cidades do estado.

SEI – O senhor citou a questão da mobilidade. Nós sabemos hoje que essa é uma discussão de âmbito nacional. Como a Sedur está enfrentado esse problema na Bahia, principalmente em Salvador?

MRF – Em primeiro lugar, mobilidade urbana não é uma coisa isolada, não é uma via, é um sistema integrado, é um conjunto de leis de ordenamento e uso do solo. Então, por mais que você faça obra de mobilidade, se a prefeitura não adotar uma lei, um PDDU, que faça com que as pessoas se desloquem menos, que regule uma verticalização cuidadosa, não resolve. Só um exemplo de uso do solo: em 50, 60 metros quadrados, você consegue colocar 10 carros; então, ao implantar uma série de universidades em uma via, você acaba fazendo com que a via sature muito rapidamente, porque todo mundo vai de carro para a universidade. O governo do estado fez agora um sistema baseado no princípio de que Salvador é uma península, um triângulo, com algumas vias longitudinais que já existem há bastante tempo, que é a Suburbana, a BR-324 e a Paralela. Todas, exceto a Suburbana – mas de qualquer maneira, pela San Martin, se interliga –, têm que passar

Nós estamos construindo essas vias transversais que vão permitir a ligação do Subúrbio Ferroviário direto com a orla oceânica em dois pontos, como se fosse uma continuação da Av. Orlando Gomes e uma continuação da Av. Pinto de Aguiar

em um ponto chamado Iguatemi. Então, hoje, quem vem de Paripe para ir para o CAB, normalmente tem que fazer toda a volta, pegar a Suburbana, depois pega a Antônio Carlos e vai pela Paralela. Todo mundo tem que passar nos mesmos lugares. Qual foi o primeiro raciocínio? Salvador precisava de vias transversais. Essas vias transversais já estavam previstas desde a década de 80, com o nome de vias estruturais do miolo, e isso não foi posto em prática. Foi posto apenas na Luís Eduardo, que é a menor delas e, mesmo assim, com defeitos nas pontas, porque não dava para fazer o trevo completo de modo que a pessoa se locomovesse para qualquer sentido quando chegasse. Então, são vias projetadas, na época, inclusive, com financiamento do Banco Mundial, e que ninguém fez. Nós estamos construindo essas vias transversais que vão permitir a ligação do Subúrbio Ferroviário direto com a orla oceânica em dois pontos, como se fosse uma continuação da Av. Orlando Gomes e uma continuação da Av. Pinto de Aguiar. Nós projetamos também um

Com o tamanho das nossas cidades, não existe possibilidade de não ter um planejamento integrado. Por exemplo, mobilidade é muito dependente do uso e ordenação do solo. Quanto mais você faz com que as pessoas se desloquem, mais você vai ter problemas de mobilidade urbana

sistema troncal, que é um sistema de metrô, fundamental para o deslombamento das pessoas porque não depende de engarrafamento – você marca hora e chega na hora certa; e por ser troncal, precisa de alimentação de ônibus, mas também vai tirar todos os ônibus da Paralela. O ônibus só entra na Paralela para alimentar as estações de metrô. Então, isso já melhora. Fizemos pistas marginais e mais viadutos no início da avenida, que já desafogaram tremendamente a Paralela. Isso não quer dizer que ela continue durante muito tempo. As obras têm efeito, mas se não houver obediência ao uso do solo, os problemas voltam. Por exemplo, o que o prefeito está fazendo, eu acho um absurdo: a redução do preço da outorga, que é o solo criado, sem ter um PDDU novo. Quando você deixa criar solo, você precisa de mais infraestrutura naquele bairro, e é preciso dizer onde é que gasta e ter algum papel que seja custodiado – não só em Salvador, mas em qualquer sistema –, um papel custodiado, que nós chamamos no mercado de “cetipado”, ou seja, ele passa pelo Cetip. Todos os Cepacs do Rio de Janeiro, do Porto Maravilha, os Cepacs de São Paulo, que são títulos característicos do solo criado, eles passam por um sistema de liquidação e custódia, coisa que aqui o Transcon não passou, e ninguém está falando novamente em passar por um sistema de liquidação e custódia. E o que é pior: é uma verticalização indiscriminada, porque nós não temos PDDU. Então, dessa forma, nós não vamos nunca chegar a ter mobilidade, porque vai fazer a obra, e o uso do solo vai criar problemas e vai novamente ter sérios problemas.

SEI – O senhor falou a respeito da retirada dos ônibus. E em relação à retirada do automóvel? Ou seja, essa mobilidade não prevê a redução da circulação de automóveis, com o surgimento do metrô de integração, para que as pessoas possam realmente deixar de usar o transporte individual em favor do transporte coletivo?

MRF – Mas é exatamente isso. Quando eu falei da retirada dos ônibus, é em função do metrô. Essas vias transversais que eu falei terão faixas exclusivas de ônibus. O metrô é como se fosse um ônibus com muito maior capacidade. Então, quando você tem um ônibus com maior capacidade, você tira o ônibus – e com mais conforto, porque o metrô é climatizado e tem um nível de ruído muito menor. O governo está fazendo a parte dele no sentido de proporcionar a quem tem carro outra alternativa de transporte. Já hoje, muitos advogados estacionam no Shopping Bela Vista e vão de metrô para o Fórum Ruy Barbosa. Agora, tem uma coisa que a Sedur não pode fazer, que é operação de tráfego. O município tem sua autonomia. Eu acho que Salvador já começa a precisar estudar pelo menos um rodízio. É preciso que a prefeitura defina claramente sua opção no transporte urbano. Se vai engarrafar o transporte individual, não tem nenhum problema. Quem quer usar o transporte individual, use, ligue seu ar-condicionado, ouça seu som e fique no engarrafamento. Agora, não pode o ônibus, onde estão as pessoas que vão gerar produtividade para o país, levar duas, três horas no percurso. Eu queria que tivesse um estudo de impacto da mobilidade sobre a produtividade, porque se o

sujeito que acorda às quatro horas para estar às sete ou oito horas no trabalho, a produtividade dele cai sensivelmente.

SEI – Bom, vamos falar agora sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, que vem se mostrando exitoso. Eu queria que o senhor falasse a respeito do que já foi realizado e as metas para os próximos anos.

MRF – São 130 mil habitações, mais ou menos, que existem hoje. Cerca de 100 mil estão em execução, e nós vamos fechar mais umas 10 ou 15 mil. Isso é importante para a oferta de habitação. Agora, me preocupa muito o aspecto qualitativo, que são as 800 mil pessoas que moram em assentamentos subnormais de ocupação espontânea. Aqui na Sedur, fizemos um concurso público de urbanismo e arquitetura exatamente para fazer um piloto para uma área favelada, para que essa área vire efetivamente um bairro, ou seja, tenha acessibilidade, serviços públicos, equipamentos comunitários. Nós tivemos a felicidade de abrir os envelopes das propostas ganhadoras – tudo é codificado, para

O governo está fazendo a parte dele no sentido de proporcionar a quem tem carro outra alternativa de transporte. Já hoje, muitos advogados estacionam no Shopping Bela Vista e vão de metrô para o Fórum Ruy Barbosa

evitar a personalização do ganhador –, e já existe um resultado. Eu acho que, no caso de Salvador, a preocupação tem que ser tão grande com a oferta novas de casas, o Minha Casa, Minha Vida, quanto com o Bairro da Gente, que é a transformação de favela em bairro, e evidentemente ter algum auxílio para que as pessoas possam melhorar a qualidade habitacional, porque existe o déficit habitacional quantitativo e o qualitativo.

SEI – Em relação a essa questão qualitativa, a gente sabe que, nos últimos anos, a Bahia também avançou muito no seu programa de canalização de água. Dados do IBGE mostram que nós passamos de 77% para 90% entre 2006 e 2012. Porém, a rede coletora de esgoto ainda é um grande gargalo, porque nós passamos apenas de 40% para 50% no mesmo período. Quais são as dificuldades para elevar esse percentual em relação ao saneamento básico?

MRF – Nas grandes cidades, o maior problema está nos locais de ocupação espontânea. Sem nenhum ordenamento urbano, o esgoto teria que passar de uma casa por dentro da outra. Então, é muito difícil de se fazer a coleta do esgoto. Em Salvador, você tem emissário, mas precisa fazer as ligações domiciliares dessa população de 800 mil pessoas que está em lugares ocupados espontaneamente, sem nenhuma organização. É muito complicado, tinha que ser um mutirão do serviço público, do poder público, envolver as associações de bairro, para que se conseguisse fazer a coleta do esgoto. E isso acontece em todos os lugares. No interior, há

difficuldade de manutenção das redes. Fora também o problema do pagamento de tarifas, porque as pessoas não gostam de pagar o esgoto, então, mesmo tendo uma obrigatoriedade, tendo o interceptor na rua, as pessoas acabam não querendo utilizar a parte de esgoto. Outra coisa que tem que se raciocinar é que a Bahia tem uma área muito grande de semiárido, e no semiárido se poderia utilizar o chamado modelo unitário, porque chove pouco, então você faz a parte de esgoto junto com a de drenagem. Claro que em Salvador você tem que usar o separador absoluto, em Ilhéus você tem que usar o separador absoluto, porque você tem muita chuva, mas no semiárido facilitaria muito se se pudesse usar o sistema unitário. Hoje, o sistema unitário virou, no Brasil, um palavrão. Em uma série de países mais avançados do que o Brasil se usa o sistema unitário, principalmente em locais em que não tem muita chuva, tem um índice baixo de pluviometria. Além do mais, tem outra coisa, a política de saneamento tem que ser redirecionada. No saneamento sempre sobram recursos no país, quando a gente sabe que o saneamento deixa a desejar. Então,

Você faz um aterro, e três meses depois o aterro vira um lixão, porque não tem como operar, porque os municípios receberam o encargo e não receberam nenhuma fonte de recursos para isso

acho que a lei atual de saneamento, apesar de ter sido uma evolução, não definiu quem são os titulares, qual é o papel real das empresas estaduais de saneamento, o planejamento metropolitano das empresas de saneamento. Então, isso tudo cria empecilhos para o desenvolvimento do esgotamento sanitário.

SEI – Recentemente, os municípios brasileiros foram chamados a substituir os lixões por aterros sanitários, em cumprimento a uma lei federal, com prazo até agosto deste ano, e a gente vê que poucos cumpriram essa determinação federal. Qual é a situação dos municípios baianos? Quais são as perspectivas para que realmente essa lei seja implementada nos municípios da Bahia?

MRF – Esse é outro problema. Você tem sempre como financiar o investimento. Então, o investimento em aterro, seja por consórcio público, seja pelo município, não é a dificuldade. Porém, para o manuseio diário, para a operação do sistema referente ao resíduo sólido, se gasta muito dinheiro e é despesa corrente. E o município não pode receber transferências para despesas correntes. Então, os municípios do interior da Bahia e do Nordeste de modo geral, que são municípios pobres, não têm condição, mesmo com consórcio público, de fazer uma operação como deve ser feita. Então, você faz um aterro, e três meses depois o aterro vira um lixão, porque não tem como operar, porque os municípios receberam o encargo e não receberam nenhuma fonte de recursos para isso. A Sedur irá lançar, ainda este mês (setembro de 2014), um PMI (Procedimento de

Manifestação de Interesse) – a política já foi definida pelo governo –, exatamente para que alguém proponha, talvez via uma PPP (Parceria Público-Privada), uma modelagem para o estado resolver o problema de resíduos sólidos, porque as prefeituras sozinhas não irão resolver. Claro que prefeituras como Salvador, como Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista podem resolver, mas os pequenos municípios não resolverão sozinhos. Não adianta a gente tentar mudar a realidade. O problema é que os técnicos de Brasília normalmente enxergam muito o Brasil de Brasília para baixo e não de Brasília para cima, que é onde está grande parte da população e que tem muitas dificuldades.

SEI – Olhando o mapa, nós vemos Salvador, que é realmente uma cidade especial, que tem esse formato de península, tem um patrimônio histórico riquíssimo, tem um centro histórico maravilhoso, tem uma orla fantástica também. Quais são os planos da Sedur para melhorar Salvador? Será que nós poderíamos esperar que ela volte a ser a terra da magia e do encanto?

MRF – Eu acho que a gente tem que começar olhando o poder público municipal. O mínimo do poder público municipal é asfalto e coleta de lixo. No passado, nem isso tivemos. Agora, estamos tendo esse mínimo. Não temos ainda as obras, porque as obras estruturantes estão sendo feitas pelo estado e não pelo município. O município me decepcionou muito quando fez as obras da Barra, porque é um projeto belíssimo, de um arquiteto de primeiro nível, mas

Nós estamos preocupados e achamos que é o momento de intervir. A ideia é descentralizar a própria Sedur no sentido de criar pontos em polos de desenvolvimento em cidades como Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus etc., para que se possa acompanhar mais de perto essas regiões

a implantação foi péssima, porque a primeira coisa que se tinha que fazer eram os estacionamentos subterrâneos. Então, acabaram transformando as ruas da Barra em vielas sem saída. O pessoal que não mora por perto não está indo mais para a Barra, porque ele não consegue estacionar. Então, isso é um absurdo e vai deteriorar o bairro sob o aspecto econômico. E eu faço uma previsão de que ou fazem o estacionamento ou vai acontecer como no centro do Rio de Janeiro: fizeram calçada para todo lado e hoje voltou a ser ruas estreitas. Um dos secretários disse: “a gente tem que andar como na Europa”. Andar como na Europa é meio complicado, porque você tem aspectos peculiares, inclusive de clima. Eu quero ver alguém de paletó sair andando no sol ou na chuva – são quase 1.800 milímetros por ano. Cabe à Secretaria de Desenvolvimento Urbano ajudar os municípios, participar com os municípios no planejamento urbano, mas o PDDU é característico do município, a Lei de Ocupação e Uso do Solo é

do município. Então, o que a Sedur faz é ajudar os municípios, através de convênios – exceto Salvador, onde estamos também executando obras, de modo integrado; se você observar, nesse governo, nós fizemos a rótula do aeroporto, que era um grande nó, a Via Expressa, metrô, obras estruturantes da Paralela, e por aí vai. Nós estamos fazendo uma parte que não é nossa. Salvador não tem espaço para indústrias, tem que viver de serviços, entre os quais, turismo. E aí entra de novo o projeto da Barra. Os hoteleiros estão com medo de quebrar. Salvador tem que ter um incentivo para serviços, inclusive tem um polo tecnológico que eu acho que tem que ser melhor ocupado, porque a indústria de inteligência, de tecnologia, Salvador pode ter, complementando a parte de prestação de serviços e turismo. Hoje, o turista passa um dia em Salvador. Vai ao Elevador Lacerda, olha o Pelourinho e depois vai embora para Itacaré ou outro local. Então, a secretaria apenas dá apoio a esses municípios no seu desenvolvimento urbano. Nós também definimos diretrizes gerais de planejamento, além de um papel metropolitano.

SEI – O senhor, no início, falou da questão das médias cidades. A gente está observando um processo ainda lento de desconcentração. A secretaria tem alguma preocupação com esse processo de crescimento dessas pequenas cidades para que não ocorra um processo de inchaço, de maneira que possa provocar um crescimento desordenado?

MRF – Nós estamos preocupados e achamos que é o momento de intervir.

A ideia é descentralizar a própria Sedur no sentido de criar pontos em polos de desenvolvimento em cidades como Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus etc., para que se possa acompanhar mais de perto essas regiões. Acho que as partes de habitação, transporte e saneamento são fundamentais, e a parte de desenvolvimento econômico a gente tem que agir também com os municípios menores, que estão orbitando em relação a cidades maiores. A SGT, que é a Superintendência de Gestão Territorial, tem buscado estudar. Nós temos feito diversos convênios para estudo. Intervenção direta nós não temos, mas estamos nos preparando para ajudar os municípios a buscarem captação de recursos para investimentos em mobilidade; como já estamos fazendo na parte de habitação, porque o Minha Casa, Minha Vida no interior é uma realidade; saneamento nós estamos fazendo, é uma realidade; estamos presentes em grande parte do estado. Estamos preocupados em dar uma solução perene para o abastecimento de água desses municípios. A gente não pode esquecer que água no Nordeste é uma coisa rara, é um insumo raro. A Embasa está procurando estudar soluções perenes e definitivas para

O processo de urbanização pode se dar dentro das cidades, independentemente do porte, desde que haja crescimento econômico. De outro modo, vamos tornar a inchar as cidades

o abastecimento de água nessas cidades. Em Vitória da Conquista, por exemplo, nós encontramos uma situação absolutamente caótica sob o aspecto de abastecimento de água. Hoje ainda temos uma situação difícil, mas já reforçamos, fazendo uma intervenção emergencial na Barragem de Catolé, e estamos começando a estudar uma solução definitiva.

SEI – Qual o futuro das cidades nesse mundo do globalizado?

MRF – O futuro é um futuro de urbanização. Isso é uma coisa muito dependente do aspecto econômico. Se você olhar, por exemplo, o estado de São Paulo, que tem uma economia maior do que a da Argentina, você tem cidades pequenas em que ninguém pensa absolutamente em morar na capital. Você tem seu emprego ali. Ao contrário, você precisa importar quem trabalhe, como, por exemplo, Birigui, Bauru e outras. Ou seja, ela tem e ela não leva para São Paulo. Tanto que em São Paulo caiu muito a migração, tanto do Nordeste – que ficaram muito em Salvador, em Recife – como do interior do próprio estado. Então, o processo de urbanização pode se dar dentro das cidades, independentemente do porte, desde que haja crescimento econômico. De outro modo, vamos tornar a inchar as cidades. E não tem outra alternativa: vamos ter sempre que verticalizar. Salvador, por exemplo, a não ser alguma região aqui da Paralela, por exemplo, para habitação popular, o último espaço é a Cassange. Não tem mais lugar nenhum para você colocar habitação popular. Mesmo você olhando o Horto, a Graça, que eram bairros de casas, Vitória, Pituba, todos verticalizando e sem a devida infraestrutura,

O futuro das cidades vai depender muito da economia e também do meio ambiente. Eu sou daqueles que vêem que o mundo não sustenta ficar crescendo às taxas que ele está crescendo. Nós somos 7 bilhões. Daqui a pouco estamos em 10 bilhões, e não vai ter como manter esse crescimento

o que é complicado porque depois alguém vai ter que pagar a conta para melhorar a infraestrutura da cidade. Então, o futuro das cidades vai depender muito da economia e também do meio ambiente. Eu sou daqueles que vêem que o mundo não sustenta ficar crescendo às taxas que ele está crescendo. Nós somos 7 bilhões. Daqui a pouco estamos em 10 bilhões, e não vai ter como manter esse crescimento. Desde a Revolução Industrial nós experimentamos um crescimento exponencial, até ajudado pela moeda fiduciária, em vez da moeda de lastro. Então, é uma exponencial o crescimento. Mas se não houver alguma outra coisa semelhante à Revolução Industrial e que permita diminuir a extração do que a gente tira do planeta, nós vamos ter crescimentos baixos – já existe uma série de economistas que acham que a fase exuberante do crescimento acabou. Nós vamos ter crescimentos mais baixos e mais planejados. Quer dizer, podemos prever que daqui a 50, 60 anos dificilmente se tenha um apartamento

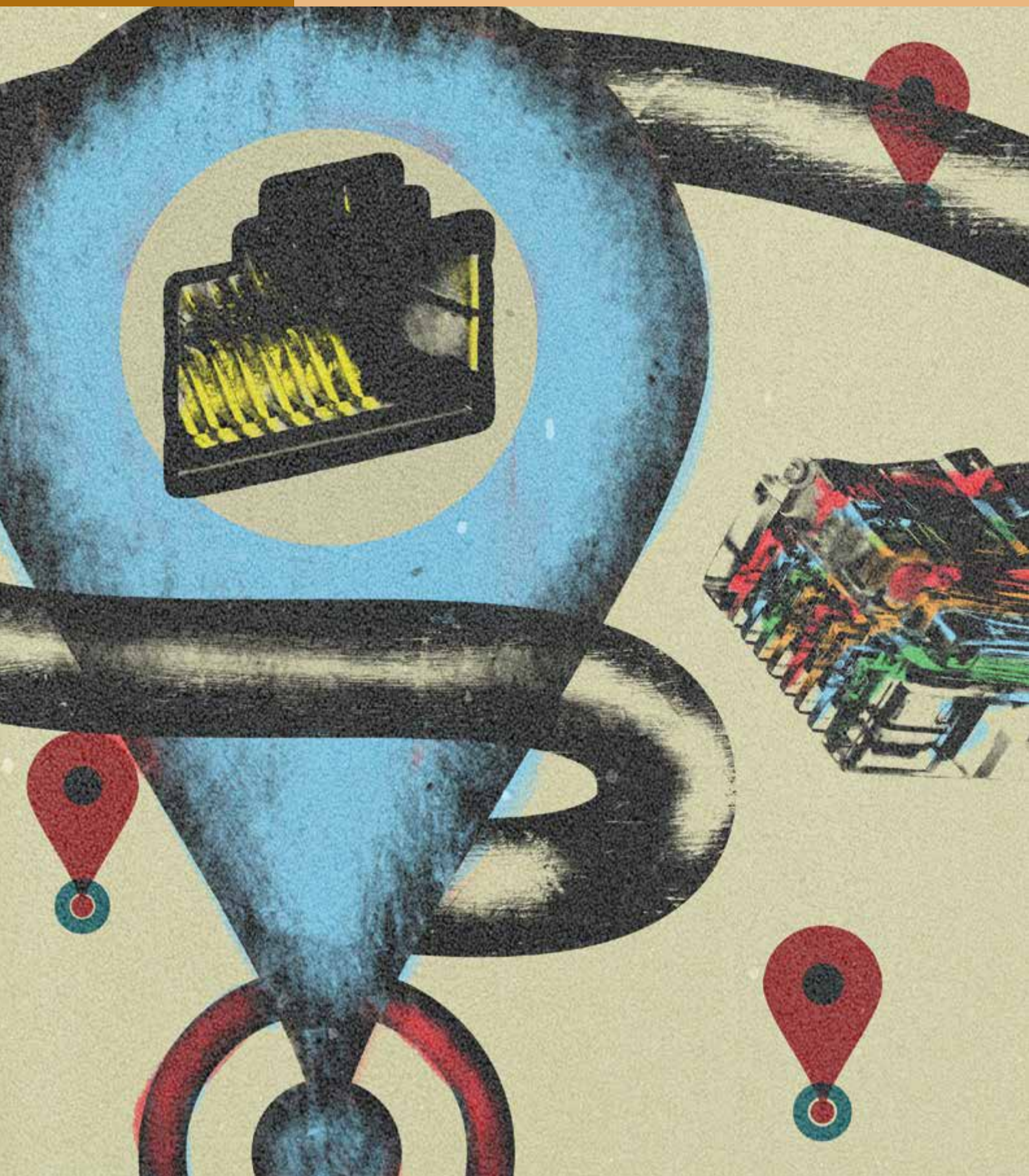
de 300 metros quadrados, que uma casa tenha cinco veículos individuais, o que hoje é normal. Tem o pai, a mãe, três filhos e tem cinco veículos em casa. Isso tudo eu acho que o mundo não vai comportar, a não ser que se invente alguma outra coisa que a gente não esteja visualizando. Antigamente a gente falava da União Soviética e dizia o diabo da Gosplan; não vamos ter jeito porque a própria Terra, o meio ambiente, vai fazer com que nós tenhamos uma nova Gosplan. E a elite vai se definir não pela casa, pela mansão, que não vai ter mais, mas pelo fato de poder usar um brilhante, que não polui muito, alguma joia, algum vinho de safra espetacular. Então, isso tudo é uma

especulação, mas o fato é que o mundo não comporta mais, com seus 7 bilhões de pessoas, o crescimento econômico como a gente conheceu. Então, o pessoal todo que está criticando o PIB se prepare porque o mundo vai ter “pibinho”.

SEI – Mas aí de maneira mais sustentável, o senhor não acha?

MRF – Sim, de maneira mais sustentável, mas aí você precisa do planejamento. Por exemplo, um sujeito rico no Japão tem um apartamento de no máximo 100 metros quadrados. Então eu não acredito, francamente, que, daqui a 50 anos, um casal com dois filhos tenha uma casa com 400 metros quadrados. Isso não vai

existir. Não vai existir o veículo individual. Isso é patente porque você não tem mais o que extrair da Terra, com 10 bilhões. Você se lembra de Malthus, que falava que a população cresce geometricamente e a produção de alimentos, aritmeticamente. Aí nós conseguimos fazer um controle da natalidade e diminuiu muito a razão geométrica; conseguimos transgênicos etc. e aumentamos a produtividade; mas chega um ponto que não tem mais como crescer nesses níveis. O crescimento médio mundial de 6%, 7% esqueça porque não vai existir mais. Então, a cidade vai ser em função desse novo mundo, da economia desse novo mundo.





Uma análise da oferta de banda larga na Bahia no contexto do setor de telecomunicações brasileiro

Manoel Justiniano Melo da Fonseca*
Ana Maria Ferreira Menezes**

A automação, o surgimento de um desenvolvimento intensivo e a predominância das atividades científicas puras para assegurar o desenvolvimento revolucionaram a estrutura do emprego na direção de uma diminuição dos produtores diretos, levando ainda à ampliação dos trabalhadores de serviço, particularmente aqueles ligados à produção, ao armazenamento e à difusão do conhecimento e do lazer. Nesse contexto, as telecomunicações vêm desempenhando papel de fundamental importância, pois, a um só tempo, são geradoras e beneficiárias do novo paradigma tecnológico.

* Doutor em Sociologia Econômica e das Organizações e mestre em Economia Internacional pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Analista de processos organizacionais da Companhia de Governança Eletrônica do Salvador à disposição da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). manoeljmfonseca@hotmail.com

** Doutora em Administração Pública e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora plena do Curso de Administração, coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e professora permanente do Doutorado Multi-Institucional, Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento da UFBA. ana_mmenezes@hotmail.com

Nesta perspectiva, a ampliação e a melhoria dos produtos e serviços de infraestrutura das telecomunicações – com a expansão da tecnologia digital e da fibra ótica que formam as *infovias* por onde trafegam informações, utilizando-se de computadores cada vez mais poderosos e capazes – podem contribuir decisivamente para a promoção de um desenvolvimento inclusivo, no qual estão contempladas questões relativas a meio ambiente, saúde e educação, entre outras.

O século XXI tem sido caracterizado como a “Era do Conhecimento” (CASTELLS, 1999) na medida em que este passou a ser considerado como central na obtenção de riquezas e melhoria do bem-estar da sociedade, pois o que agrega valor a bens e serviços baseia-se crescentemente em ativos intangíveis e dinâmicos, tais como informação e conhecimento, comunicação e cooperação, inovação e rapidez. Para que se alcance esse bem-estar, através de um desenvolvimento inclusivo voltado para a cidadania, é de fundamental importância que se ampliem as possibilidades de inclusão digital, haja vista ser esta uma das formas mais democráticas de se obter conhecimento. Para isto é necessário que se massifique o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga, visando acelerar o desenvolvimento econômico e social.

Desta forma, o objetivo do presente trabalho é analisar a oferta de banda larga na Bahia no contexto do setor de telecomunicações brasileiro. Para atingir este objetivo percorreu-se o seguinte caminho: em primeiro lugar, desenvolveu-se uma análise acerca do setor de telecomunicações no Brasil, salientando a questão da oferta de banda larga; em seguida, realizou-se um cotejamento sobre a oferta de banda larga na Bahia pelas operadoras nacionais, identificando a precariedade do serviço; por fim, apresentaram-se as considerações finais, nas quais foram salientados os principais argumentos levantados.

O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA OFERTA DE BANDA LARGA

Ao se falar em banda larga no Brasil é necessário que se caracterize primeiro o mercado brasileiro de telecomunicações. O modelo das telecomunicações definido

O modelo das telecomunicações definido no Brasil em 1997, apesar de estar baseado no tripé universalização, competição e qualidade, introduziu uma estrutura de mercado oligopolista

no Brasil em 1997, apesar de estar baseado no tripé universalização, competição e qualidade, introduziu uma estrutura de mercado oligopolista, posto que a estruturação atual pode ser caracterizada pela existência de um pequeno número de vendedores concorrentes e que controla a oferta de um produto ou serviço, homogêneo ou diferenciado.

Privilegiar a universalização significou, sobretudo, dar prioridade para os segmentos menos favorecidos da população, que, no caso brasileiro, possui um poder aquisitivo bastante diminuto. Entretanto, graças às alterações na política econômica, que ocorreram a partir de 2003, no governo Lula, e induziu o desenvolvimento recente da economia brasileira, a aposta na universalização dos serviços de telecomunicações foi acertada, haja vista o exponencial crescimento do serviço de telefonia móvel, bem como a duplicação da telefonia fixa do país nos últimos anos. O mercado de banda larga, atualmente o mais promissor das telecomunicações no Brasil, desde o processo de privatização, teve uma evolução modesta junto ao seu potencial de crescimento e às necessidades do país (FONSECA, 2012).

No que diz respeito à competição, observa-se que, como já apontado acima, o setor das telecomunicações brasileiro possui todas as características de oligopólio, sendo que, atualmente, os sete principais grupos da Telecom do Brasil são: Telefônica/VIVO, Oi/PT, Claro/Embratel/Net, Tim, Vivendi, Nextel e Sky. Em termos de clientes

Tabela 1
Número de acessos dos cinco maiores grupos do mercado brasileiro de telecomunicações em 2013

(em milhares)

Grupo	Telefonia fixa	Telefonia celular	Banda larga	TV por assinatura	Total
Telefônica/VIVO	10.312	77.245	3.922	594	92.073
Oi/PT (1)	17.775	50.216	5.888	829	74.708
Claro/Embratel/Net	10.641	68.704	6.371	9.658	95.374
TIM	662	73.431	89	-	74.182
GVT	4.103	-	2.621	678	7.402
Outros	1.348	1.504	2.377	6.262	11.491
Total	44.841	271.100	21.268	18.021	355.230

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Teleco Inteligência em Telecomunicações (2013).

(1) A fusão da Oi com a Portugal Telecom deverá ser concluída no segundo semestre de 2014.

e faturamento, este setor é dominado por apenas três grandes grupos econômicos, ou seja, Telefônica/VIVO, Oi/PT e Claro/Embratel/Net, demonstrando a concentração do capital no segmento. O mercado móvel brasileiro também é dominado por apenas quatro operadoras: VIVO (28,78%), TIM (26,91%), CLARO (24,95%) e Oi (18,53%) que, juntas, detinham, em junho de 2014, 99,17% deste mercado. Independentemente da concorrência entre elas, o oligopólio formado por essas quatro operadoras tem impulsionado práticas anticompetitivas (FONSECA, 2012).

Na Tabela 1 tem-se o número de acessos dos cinco maiores grupos do mercado brasileiro de telecomunicações em 2013, realçando os líderes por tipo de mercado. Como se pode observar, o grupo Claro/Embratel/Net é o líder em quantidade de acessos totais, com 95,4 milhões, seguido pela Telefônica/VIVO com 92,0 milhões e pela Oi/PT com 74,7 milhões. Observa-se também que a TIM, segunda posição no mercado móvel brasileiro, com 73,4 milhões de celulares ativos em 2013, começa a deslocar-se para a oferta dos serviços de telefonia fixa e banda larga fixa, ficando na quarta posição, com 74,2 milhões de acessos.

No Gráfico 1 visualiza-se a participação percentual do número de acessos de cada grupo por tipo de mercado no setor de telecomunicações brasileiro em 2013, destacando-se o peso do mercado móvel na TIM, grupo que começa a atuar nos mercados fixo e de banda larga somente a partir de 2010. É importante salientar que, no Gráfico 1, há somente a participação por tipo de mercado; por exemplo, a GVT apesar de ainda ser pouco expressiva em número de acessos, como se pode observar

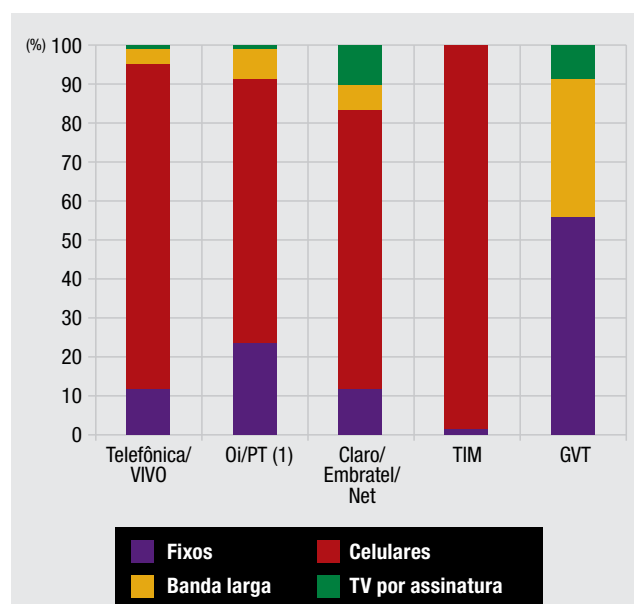


Gráfico 1
Participação do número de acessos dos cinco maiores grupos de telecomunicações do mercado brasileiro em 2013

Fonte: Elaborado a partir da Tabela 1.

(1) A fusão da Oi com a Portugal Telecom deverá ser concluída no segundo semestre de 2014.

na Tabela 1, atua nos mercados fixo, banda larga fixa e TV por assinatura. Assim, dentre os serviços ofertados pelas operadoras, pode-se constatar, em termos proporcionais, no ano de 2013, a pequena oferta do serviço de banda larga fixa no Brasil, realizada por quatro dos cinco maiores grupos de telecomunicações, ou seja, Telefônica/VIVO, Oi/PT, Claro/Embratel/Net e TIM.

Ao se analisar a questão da qualidade observa-se que esta deixa a desejar, pois, segundo notícia do Caderno Economia & Negócios do Jornal Estado Economia (2014), o setor de telecomunicações foi o maior responsável

pelo descontentamento dos consumidores do Estado de São Paulo no último ano. O segmento liderou o *ranking* de reclamações em 2013 da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) de São Paulo. Ao todo, foram 75,4 mil queixas atribuídas às empresas da área. A empresa líder da lista de reclamações foi o Grupo Telefônica/Vivo, acerca do qual foram registrados 11,8 mil problemas.

Em relação aos preços praticados no Brasil, a notícia intitulada “Brasil apresenta melhoria no índice da UIT (...) (2013)” coloca que o Relatório da UIT, edição 2013, apresenta uma cesta de preços de TIC, formada pela composição de preços de telefonia fixa, móvel e internet banda larga fixa, calculados como um percentual do Produto Nacional Bruto per capita. Esta cesta de preços, que inclui tributos, fornece um comparativo internacional e avalia o quanto os referidos serviços estão acessíveis, tanto em valores absolutos quanto relativamente à paridade do poder de compra nacional – *Purchasing Power Parity*. O referido relatório coloca que as três primeiras posições no *ranking* de menores custos dos serviços estão ocupadas por Macau, Catar e Hong Kong, onde os usuários gastam, respectivamente, 0,2%, 0,4% e 0,4% de suas rendas com a cesta de serviços de telefonia fixa, móvel e banda larga. O Brasil aparece em 93º lugar entre os 161 países comparados, sendo que, aqui, 4,0% da renda do brasileiro é consumida pela cesta de serviços medida pela UIT.

Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, com uma população de aproximadamente 200 milhões de

pessoas, marcado por imensas desigualdades sociais e regionais, o nível de renda da população brasileira determina a oferta e a qualidade da banda larga, pois é fácil constatar que a distribuição geográfica da densidade da internet em banda larga no país acompanha a distribuição da renda regional. A título de exemplo, de acordo com o documento Brasil Conectado ao Programa Nacional de Banda Larga (2010), dados apresentados pela consultoria IDC Brasil, do Barômetro CISCO de banda larga Brasil 2005-2010, indicam que somente o estado de São Paulo possui 42% das conexões em banda larga do país, enquanto todo o Nordeste brasileiro detém apenas 6% do total de conexões do Brasil.

A OFERTA DE BANDA LARGA NA BAHIA PELAS OPERADORAS NACIONAIS

O Decreto nº 7.171/2010 (BRASIL, 2010), da Presidência da República, instituiu o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação. Sendo que a meta básica é proporcionar o acesso à banda larga a 40 milhões de domicílios brasileiros até 2014 à velocidade de, no mínimo, 1 Mbps.

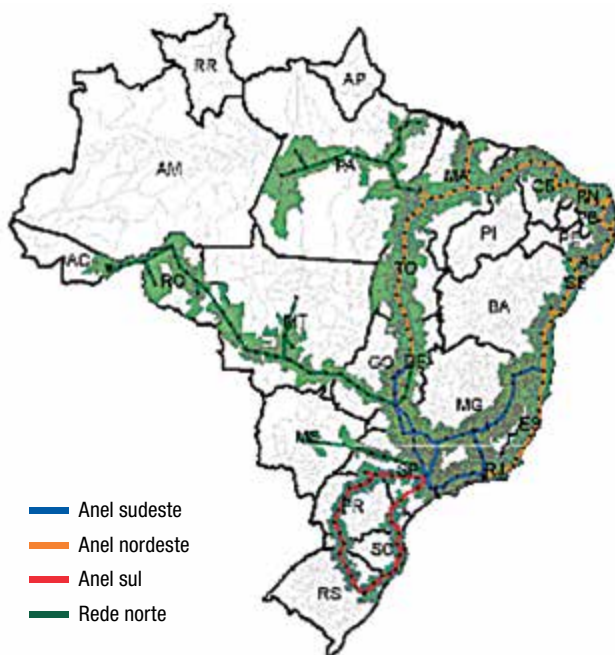
O governo fez acordo com as operadoras, através do Termo de Compromisso de Adesão ao PNBL, firmados por estas a partir de 2011, junto ao Ministério das Comunicações (MC) e à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para que elas ofertem banda larga com velocidade de 1 Mbps ao preço de R\$ 35,00 por mês, e de R\$ 29,90 mensais nos estados em que foi concedida isenção de ICMS para serviços de banda larga, de forma a massificar o acesso à internet em banda larga.

A despeito de o estado da Bahia ainda não ter aderido à isenção de ICMS, constatou-se que, em maio de 2014, segundo dados obtidos no site do documento Banda Larga Popular - Cidades Atendidas (BRASIL, 2014), 414 municípios baianos, representando praticamente 100% do total dos municípios do estado, são atendidos pelo PNBL, tanto pela Telebras e parceiros – com 16 municípios –, quanto pela concessionária Oi. No caso da Oi é ofertado o serviço de banda larga Velox nos moldes do PNBL.

O Brasil aparece em 93º lugar entre os 161 países comparados, sendo que, aqui, 4,0% da renda do brasileiro é consumida pela cesta de serviços medida pela UIT

Segundo o Documento Rede Nacional do Governo Federal para o PNBL, (TELEBRAS, 2011, p. 5), o Anel Nordeste se estenderá por 5.941 Km, contará com 73 pontos de presença (PoPs), e atenderá, potencialmente, municípios com distância de até 50 Km do *backbone*. Analisando-se o Mapa 1 do *backbone* Telebras, pode-se constatar a quase totalidade do vasto território baiano completamente isolado da rede de alta velocidade da empresa, de forma que o Anel Nordeste passa pela borda marítima, próximo ao litoral, deixando, nesta etapa da construção da rede, a Bahia sem alternativas de interiorização da banda larga.

Em relação à infraestrutura de telecomunicações existente no território baiano, a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), com a colaboração dos agentes de desenvolvimento territorial, realizou em março de 2013 uma pesquisa nos seus 27 territórios de identidade para levantar o número de operadoras de telecomunicações que estão prestando serviços de telefonia fixa e móvel e de banda larga fixa e móvel. O resultado será apresentado resumidamente a seguir.



Mapa 1
Backbone Telebras – Rede nacional – Resumo dos pregões

Fonte: Telebras (2011).

A oferta de telefonia fixa na Bahia é feita com uma estrutura de mercado monopolística, haja vista que 318 municípios, representando 76% dos municípios baianos, possuem apenas uma única operadora ofertando este serviço e, no potencial do serviço de banda larga fixa, em mais de 3/4 dos municípios da Bahia. Constatou-se ainda que somente em sete municípios, os quais representam apenas 2% do total dos municípios baianos, existe um mínimo de concorrência, com três operadoras (Oi, GVT e Embratel/NET) ofertando serviços de telefonia fixa.

Em relação à oferta de telefonia móvel na Bahia, que a partir da tecnologia 2G é portadora de internet em banda larga móvel, foi constatado que 144 municípios, representando 35% dos municípios baianos, possuem apenas uma única operadora ofertando o serviço móvel celular, identificando-se também uma situação de monopólio na telefonia móvel e no potencial do serviço de banda larga móvel em mais de 1/3 dos municípios da Bahia.

Seguindo a mesma tendência nacional das redes de comunicação, constata-se também na Bahia um aumento da concorrência nos serviços de telefonia móvel em relação aos serviços de telefonia fixa ofertados pelas grandes operadoras de telecomunicações, de forma que, na telefonia móvel, existem quatro operadoras (VIVO, Oi, TIM e CLARO) prestando esses serviços em 110 municípios, os quais representam 26% do total dos municípios baianos.

Já em relação à oferta de banda larga fixa na Bahia, no Gráfico 2 tem-se a quantidade e o percentual de municípios por número de operadoras de banda larga fixa que estão atualmente presentes nestes. Como se pode observar, a Bahia ainda possui 75 municípios, que representam 18% do total, sem oferta dos serviços de banda larga fixa realizada pelas grandes operadoras nacionais. Ressalta-se que esta informação contrasta com a do Ministério das Comunicações, apresentada anteriormente, que indica que a Bahia possui 414 municípios atendidos pelo PNBL. Assim, acreditando-se na veracidade da informação do MC sobre a oferta do serviço de banda larga nos moldes do PNBL, pode-se deduzir que esteja ocorrendo uma falta de informação por parte dos potenciais usuários – que não sabem que o serviço está sendo ofertado em decorrência do desinteresse na divulgação do PNBL pela Oi.



Gráfico 2
Quantidade e percentual de municípios por número de operadoras de banda larga fixa – Bahia – 2013

Fonte: Bahia (2013).

Constatou-se também uma situação de monopólio dos serviços de banda larga fixa em 63% dos municípios baianos, resultante da rede de telefonia fixa da Oi, através da infraestrutura herdada da antiga Telebahia, a qual presta esses serviços, inclusive os de banda larga Velox, nos moldes do PNBL, através da ultrapassada e limitada tecnologia de circuitos ADSL.

Constata-se ainda no Gráfico 2, seguindo uma tendência nacional, que à medida que o número de operadoras aumenta, tornando maior a concorrência na oferta desses serviços, reduz-se o número de municípios em que eles são ofertados, de forma que somente nas maiores cidades baianas, de maior densidade demográfica e renda, bem como na capital, onde existe um nível maior de concorrência na oferta de banda larga fixa, com respectiva redução de preços, utilizam-se as novas tecnologias de rede de comunicação. Assim, no Gráfico 2, pode-se observar que somente em quatro municípios baianos, 1% do total, estão presentes quatro grandes operadoras (Oi, Oi PNBL, GVT, NET).

A oferta de banda larga móvel na Bahia está refletida no Gráfico 3, no qual tem-se a quantidade e o percentual de municípios por número de operadoras de banda larga móvel que estão presentes nestes. Assim, considerando a tecnologia 2G portadora de internet em banda larga móvel, tem-se que, em 64 municípios, 15% do total, não são ofertados os serviços de banda larga móvel, ou

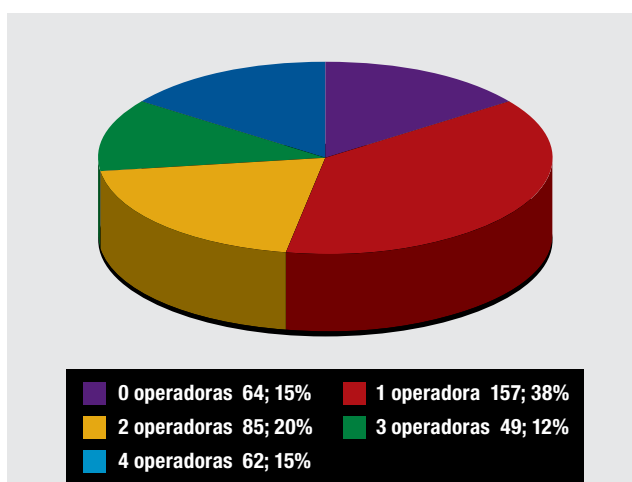


Gráfico 3
Quantidade e percentual de municípios por número de operadoras de banda larga móvel – Bahia – 2013

Fonte: Bahia (2013).

seja, ocorre a indisponibilidade da tecnologia 2G, pelas grandes operadoras nacionais. Nos demais municípios, a oferta vai do monopólio, em 157 municípios, 38% do total, ao oligopólio, máximo de quatro operadoras (VIVO, Oi, TIM e CLARO), em 62 municípios, 15% do total, com uma maior concorrência e, acredita-se, com um nível menor de preços praticados nesses municípios, mesmo que a qualidade/velocidade da banda larga móvel na maioria desses municípios seja precária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para efeito de se reconhecer o problema da banda larga fixa na Bahia, os argumentos levantados serão sintetizados. Apesar da existência da oferta dos serviços de banda larga fixa, realizada, muitas vezes precariamente, por provedores locais, pode-se constatar que 75 municípios baianos, 18% do total, não são atendidos diretamente pelas grandes operadoras nacionais. Há também uma situação de monopólio na oferta desse serviço em 265 municípios, que representam 63% do total. Esta situação por si só demonstra a precariedade da oferta desse serviço no interior do estado.

Outra observação está relacionada com o Anel Nordeste da Telebras, que passa somente próximo ao litoral baiano, o que constata, mais uma vez, a urgente necessidade de

uma política que venha a prover o estado da Bahia de uma infraestrutura de rede de alta velocidade, visando realmente massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga, acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital e reduzir as desigualdades social e regional.

Assim, a implantação de infraestrutura e de redes de suporte a serviços de telecomunicações, além de permitir a efetiva implementação da rede privativa da administração estadual, tirando proveito da convergência tecnológica com efetiva redução de gastos na contratação dos serviços de telefonia e de comunicação de dados, possibilitará a sua utilização por operadoras e provedores locais, de maneira complementar ao PNBL, com o mesmo objetivo de promover o acesso à banda larga com melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL apresenta melhoria no índice da UIT que mede acesso à internet e à telefonia. 07 out. 2013. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=31021>>. Acesso em: 9 maio 2014.
- BRASIL Conectado: Programa Nacional de Banda Larga. [Brasília]: CGPID, 2010. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/component/docman/doc_download/591-documento-base-do-programa-nacional-de-banda-larga?Itemid=13217>. Acesso em: 1 dez. 2012.
- BRASIL. Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010. Institui o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL; dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão; altera o Anexo II ao Decreto nº 6.188, de 17 de agosto de 2007; altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.948, de 25 de agosto de 2009, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 maio de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7175.htm>. Acesso em: 1 dez. 2012.
- BRASIL. Ministério das Telecomunicações. *Banda larga popular: cidades atendidas*. 2014. Disponível em: <<http://www.comunicacoes.gov.br/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl/banda-larga-popular/cidades-atendidas>>. Acesso em: 9 maio 2014.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Pesquisa direta nos 27 territórios de identidade para levantar o número de operadoras de telecomunicações que estão prestando serviços de telefonia fixa e móvel e de banda larga fixa e móvel*. Salvador: Seplan, 2013.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).
- ESTADO ECONOMIA. *Telecomunicação lidera ranking de reclamações do Procon-SP em 2013*. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,telecomunicacao-lidera-ranking-de-reclamacoes-do-procon-sp-em-2013,176991,0.htm>>. Acesso em: 9 maio 2014.
- FONSECA, Manoel Justiniano Melo da. *Investimento português no Brasil: uma análise do processo de internacionalização da Portugal Telecom, da sua estrutura organizacional e seus resultados financeiros*. 2012. 256 f. Tese (Doutorado)-Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2012.
- TELEBRAS. *Documento Rede Nacional do Governo Federal para o PNBL*. Brasília, 27 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/05/TELEBR%C3%81S-Rede-Nacional-do-Governo-Federal-para-o-PNBL-C%C3%A2mara-27042011-v6.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2012.
- TELECO INTELIGÊNCIA EM TELECOMUNICAÇÕES. *Estatísticas do Brasil: geral*. 2013. Disponível em: <www.teleco.com.br>. Acesso em: 9 maio 2014.





Perspectivas para a produção de biocombustíveis na microrregião de Paulo Afonso (BA)¹

Patrícia da Silva Cerqueira*

Ricardo Augusto Nink**

Francisco Jadilson Santos Araújo***

Os biocombustíveis são derivados de biomassa e podem ser utilizados na substituição, parcial ou total, de combustíveis derivados de petróleo e gás natural. A importância de estudos e pesquisas relacionados com o tema cresce a cada dia devido à expectativa de escassez de recursos energéticos do atual padrão produtivo. Adicionalmente, as preocupações com o meio ambiente trazem à tona a necessidade de alternativas para o uso de energia, instigando a busca de fontes renováveis.

* Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs) e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Energia do IFBA. patriciacerq@yahoo.com.br

** Mestre em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e doutorando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e pesquisador do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Energia do IFBA. ricardo.nink@ifba.edu.br

*** Graduando em Engenharia Elétrica pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA). Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). franciscojadilson@gmail.com

¹ Os autores agradecem a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPGI) pelo apoio financeiro concedido mediante os editais 05/2014 e 07/2014, ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da PRPGI/IFBA e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

Os impactos ambientais do atual modelo de produção, que se alimenta de combustíveis derivados do petróleo, levam ao seguinte questionamento: o padrão atual de fonte de energia tem condições de suportar, alimentar e projetar novos processos produtivos daqui por diante? Este, sem dúvida, é um dos problemas mais importantes do século XXI. E, antes de um problema, um desafio.

O Protocolo de Quioto, acordo internacional com compromissos rígidos para a redução da emissão de gases que agravam o efeito estufa, que teve a sua origem no fórum ambiental conhecido como ECO-92, vem promovendo a sensibilização e mobilização da sociedade para a promoção de uma ação conjunta com a intenção de reduzir e controlar os impactos desses gases poluentes da atmosfera, que interferem no equilíbrio do sistema climático global.

O governo brasileiro, compreendendo a importância deste acordo, e na tentativa de cumprir as metas estabelecidas, vem promovendo ações para o atendimento das novas demandas da sociedade. Os biocombustíveis aparecem como uma fonte de energia alternativa ao modelo padrão energético e podem ser produzidos a partir da biomassa, fortalecendo a perspectiva de que é possível se pensar um modelo energético para o país diferente do atual, que tem como base uma fonte não renovável.

Assim, levando-se em consideração a relevância do tema para o desenvolvimento sustentável de regiões periféricas, e na tentativa de contribuir com informações para subsidiar políticas, projetos e tomadas de

decisão, o presente artigo tem por objetivo efetuar uma breve discussão sobre a cadeia produtiva dos biocombustíveis e suas perspectivas na microrregião de Paulo Afonso (BA), descrevendo o atual panorama da agricultura e refletindo sobre as questões do zoneamento agrícola.

A metodologia para o desenvolvimento da pesquisa foi dividida em duas fases: a) investigação; b) sistematização e análise dos resultados. Na fase de investigação foi realizada a pesquisa exploratória através do levantamento de material bibliográfico, artigos científicos e dados de fontes oficiais. Na fase de sistematização e análise foram realizadas a caracterização e a quantificação da produção agrícola na microrregião de Paulo Afonso, utilizando a base de dados SIDRA sobre Produção Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações qualitativas sobre a agricultura e perspectivas para a microrregião foram obtidas através de reuniões e entrevistas com os gestores locais da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), gerência regional de Paulo Afonso.

REFERENCIAL TEÓRICO

As questões ambientais entram no século XXI como primeiro ponto de pauta nos inúmeros fóruns de discussão sobre o desenvolvimento, nas agendas de políticas e programas dos governos e das organizações em todo o mundo. O risco de um colapso ecológico, somado aos problemas decorrentes dos impactos do modelo de acumulação capitalista, faz com que as pessoas pensem em novos modelos, novos processos produtivos, novas formas de fazer, novas perspectivas, uma verdadeira fase de ruptura de paradigmas.

O atual modelo energético de produção que vem alimentando e impulsionando o crescimento econômico já demonstra sinais de desgastes; diante disso, a sustentabilidade tornou-se o tema do século XXI. O conceito de sustentabilidade propõe uma contraposição à racionalidade econômica vigente, que excluiu a natureza da esfera produtiva, contribuindo para a destruição ecológica e a degradação ambiental (LEFF, 2001).

Os biocombustíveis aparecem como uma fonte de energia alternativa ao modelo padrão energético e podem ser produzidos a partir da biomassa

As distorções da busca a qualquer preço do crescimento econômico e os problemas com o meio ambiente começaram a ganhar destaque no cenário mundial a partir da década de 1960, período em que os impactos das técnicas e padrões dominantes de produção e consumo começaram a apresentar os primeiros sinais de desgaste. Foi iniciado, assim, um debate teórico e político para a valorização da natureza, na tentativa de inseri-la ao sistema econômico.

A partir da década de 1990, mais precisamente no ano de 1992, o discurso do desenvolvimento sustentável ganhou uma amplitude maior com a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, também conhecida como ECO-92, que reforçou os limites da racionalidade econômica e desafios da degradação ambiental para a preservação da civilização.

A ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, no período de 3 a 12 de junho de 1992, consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conscientização de que é necessária a mudança de paradigma energético, principalmente para os países desenvolvidos, principais responsáveis pelos danos ao meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável amadurecido nessa conferência atende às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender a suas próprias necessidades (esse

conceito foi popularizado pelo Relatório Brundtland e amadurecido e difundido na ECO-92).

Nessa conferência foi produzido um documento conhecido como Agenda 21, no qual foi estabelecido um programa de ação para a viabilização de um novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A problemática ambiental ganhou força nas discussões nas últimas décadas do século XX até os dias atuais, como uma consequência da crise entre a racionalidade econômica que conduzia, até então, o processo de modernização (crescimento econômico), configurando uma nova racionalidade: a racionalidade ambiental. Segundo Leff (2001), a crise ambiental nos anos 70 colocou em destaque a necessidade de frear o crescimento diante da iminência do colapso ecológico.

Desde o ano de 1975, o Brasil vem oferecendo sua contribuição nestes esforços, quando lançou o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool). Este foi um programa de substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool. O Pró-Álcool foi financiado pelo governo do Brasil e motivado devido ao primeiro choque do petróleo em 1973, situação que se agravou depois da crise de 1979. Apesar de ser um programa governamental de uso de fontes renováveis que vem obtendo a atenção de vários países, universidades e centros de pesquisas, pelo fato de sua motivação básica ter sido de natureza econômica e energética, os seus desdobramentos sociais são questionados por alguns governos e pesquisadores.

Passadas três décadas, as necessidades econômicas e energéticas persistem em outra escala e associam-se às questões socioambientais, colocadas em postos privilegiados das agendas governamentais e global. Diante deste novo quadro, o Brasil lançou em dezembro de 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), programa interministerial do governo federal que objetiva implementar de forma sustentável, tanto técnica como economicamente, a produção e o uso do biodiesel, tendo como enfoques a inclusão social e o desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda.

A partir da década de 1990, mais precisamente no ano de 1992, o discurso do desenvolvimento sustentável ganhou uma amplitude maior com a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente

O marco regulatório da política de biocombustíveis no Brasil está na Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências (BRASIL, 2011). Essa lei estabelece que as políticas nacionais para o aproveitamento das fontes energéticas devem, dentre outras finalidades, proteger o meio ambiente, identificar soluções adequadas para o suprimento de energia elétrica e utilizar fontes alternativas de energia mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

De acordo com Leff (2001), o Brasil tem todas as condições para se tornar um país líder na geração de uma nova civilização industrial do trópico ou do aproveitamento energético industrial da biomassa. Sachs (2011) afirma que, em algumas décadas, será possível fazer a substituição da gasolina pelo etanol, e também uma substituição parcial do diesel pelo biodiesel, devido à expansão do mercado global desses novos produtos, deixando assim as reservas de petróleo como fonte de matéria-prima para as indústrias petroquímicas.

Nesse contexto, devido ao estado da Bahia apresentar grande potencial agrícola, expressivo contingente de trabalhadores rurais, muitos deles ligados às atividades da agricultura familiar, e enormes desigualdades socioeconômicas, vem-se tentando integrar os objetivos e as ações do governo federal estabelecidos no âmbito do

desenvolvimento de fontes renováveis de energia e, em particular, no PNPB. Desta maneira, o Governo do Estado da Bahia lançou, em dezembro de 2007, o Programa Estadual de Bioenergia (Bahiabio), com a finalidade de gerir e fomentar ações, desenvolvimento, aplicações e uso de biomassa no território baiano, bem como implantar no estado o biodiesel, como um biocombustível adicional à matriz energética, além de estimular pesquisas relacionadas ao programa.

Os biocombustíveis podem ser produzidos empregando-se uma variedade de matérias-primas, que vão desde óleos vegetais, gorduras de origem animal ou ainda óleos de descarte (KNOTHE et al., 2006). Assim, o estado da Bahia tem atendido ao chamado mundial para produzir combustíveis renováveis e de menor impacto ambiental, uma vez que possui uma oferta de recursos naturais, além de condição tropical e clima que atendem às necessidades das principais culturas para a produção em massa de oleaginosas. Tais fatores colocam a Bahia numa posição de liderança na capacidade de produção de oleaginosas no contexto nacional, contando com extensão territorial que permite a expansão da fronteira agrícola, altos índices de insolação e grande laboratório de fotossíntese (BAHIABIO, 2011).

PANORAMA DA MICRORREGIÃO DE PAULO AFONSO

A microrregião de Paulo Afonso, que pertence à mesorregião Vale do São Francisco, está localizada no norte do estado da Bahia, compreendendo uma área de 12.171 km² e está dividida em seis municípios: Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas. Possui clima semiárido e vegetação típica de caatinga. Do ponto de vista climático, as chuvas são concentradas em algumas áreas onde a pluviosidade é mais bem distribuída (SILVA et al., 2012).

O município de Paulo Afonso destaca-se na microrregião, já que nele se localiza um dos principais reservatórios do Rio São Francisco, além de abrigar o complexo hidroelétrico da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF). O Rio São Francisco tem grande importância regional e é considerado um dos principais fatores de desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

O marco regulatório da política de biocombustíveis no Brasil está na Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo

No que diz respeito à produção agrícola, o cenário da microrregião de Paulo Afonso é de baixa utilização de tecnologia, com reduzida área plantada e baixa diversificação da produção, caracterizando uma agricultura de subsistência com venda de excedente de produção.

A produção está concentrada em poucas culturas, sendo os destaques: mandioca, milho, feijão, cebola, banana, coco-da-baía, manga e melancia. Em 2012, os problemas relacionados com a seca levaram a perdas de algumas safras, a exemplo de cebola, feijão e mandioca. Os períodos de estiagem cada vez mais longos estão desestimulando os agricultores que buscam alternativas em substituição aos cultivos (Tabela 1).

Ao longo do período analisado houve uma significativa ampliação da área plantada na microrregião, passando de 4.746 hectares no ano de 2005 para 12.294 hectares em 2011, apresentando crescimento de pouco menos que 259%. No ano de 2012, devido aos problemas relacionados com a seca, houve retração da área. As maiores áreas plantadas da microrregião são de feijão e milho, chegando a 9.500 hectares em 2011, representando aproximadamente 76,6% da área total cultivada (Tabela 2).

O valor bruto da produção também cresceu ao longo do período, passando de R\$ 10,4 milhões em 2005 para R\$ 23,3 milhões em 2012. Apesar dos problemas relacionados com a seca e as perdas de safra das culturas tradicionais neste ano, este valor aumentou significativamente

Tabela 1
Quantidade produzida das principais lavouras temporárias e permanentes da Microrregião de Paulo Afonso-BA

Lavouras	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Cebola (Toneladas)	4.984	4.712	3.379	2.857	1.686	1.806	2.325	-
Feijão (em grão) (Toneladas)	719	2.988	1.357	1.730	1.890	1.620	11	-
Mandioca (Toneladas)	3.377	8.615	6.758	7.169	6.425	7.044	5.828	-
Melancia (Toneladas)	2.460	3.145	2.476	2.655	2.331	2.660	3.514	10.020
Milho (em grão) (Toneladas)	512	2.181	1.401	1.380	2.780	1.821	15	85
Tomate (Toneladas)	1.760	1.006	464	550	472	500	349	684
Banana (cacho) (Toneladas)	6.870	6.122	7.276	8.236	6.577	6.442	7.002	3.730
Coco-da-baía (Mil frutos)	1.849	3.398	2.137	3.397	4.075	4.110	7.295	38.316
Goiaba (Toneladas)	1.160	747	858	634	633	678	485	144
Mamão (Toneladas)	534	340	539	1.194	954	986	780	150
Manga (Toneladas)	4.879	4.704	4.631	4.116	4.870	5.400	3.360	1.448
Uva (Toneladas)	210	110	115	100	176	176	170	170

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Tabela 2
Área plantada e área destinada a colheita das principais lavouras temporárias e permanentes da Microrregião de Paulo Afonso-BA
(em Hectares)

Lavouras	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Cebola	295	256	214	173	107	108	142	-
Feijão (em grão)	1.552	6.113	2.562	3.660	3.800	3.335	5.064	2.250
Mandioca	342	695	576	669	560	587	534	517
Melancia	114	161	123	145	136	133	124	340
Milho (em grão)	1.080	4.110	2.720	3.230	3.141	3.085	4.436	2.181
Tomate	62	42	20	22	20	20	15	33
Banana (cacho)	392	352	365	427	438	438	475	210
Coco-da-baía	433	627	792	635	685	685	1.223	650
Goiaba	85	56	74	61	51	51	35	11
Mamão	30	37	31	48	39	39	48	6
Manga	351	338	351	336	360	360	190	72
Uva	10	5	5	5	8	8	8	8
Total	4.746	12.792	7.833	9.411	9.345	8.849	12.294	6.278

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Tabela 3

Valor bruto da produção das principais lavouras temporárias e permanentes da microrregião de Paulo Afonso - BA

(em Mil Reais)

Lavouras	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Cebola	1.447	1.347	929	721	1.180	1.354	1.730	-
Feijão (em grão)	634	2.482	2.649	3.226	1.686	1.749	10	-
Mandioca	344	862	814	909	933	986	824	-
Melancia	696	865	622	685	699	798	1.058	3.427
Milho (em grão)	199	832	584	582	1.340	819	6	48
Tomate	591	341	148	137	330	375	270	550
Banana (cacho)	3.317	2.928	3.586	4.151	3.289	3.221	3.600	2.209
Coco-da-baía	514	917	597	987	1.223	1.315	2.770	15.858
Goiaba	291	183	208	153	411	454	363	93
Mamão	181	107	176	351	716	745	575	95
Manga	2.053	1.957	1.734	1.394	1.948	2.241	1.445	547
Uva	138	88	98	90	299	308	298	459
Total	10.405	12.909	12.145	13.386	14.054	14.365	12.949	23.286

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

em função da ampliação da produção do coco-da-baía. As culturas com o maior valor bruto da produção no ano de 2012 foram as frutas melancia e coco-da-baía (Tabela 3).

O feijão apresentou, nos anos 2006, 2007 e 2008, participação significativa no montante total da microrregião, chegando a R\$ 3,2 milhões em 2008.

QUESTÕES RELACIONADAS AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA

No contexto de produção de biocombustíveis, através da inclusão dos agricultores na cadeia produtiva, muito deve ser feito para transformar o atual cenário.

Segundo dados da Rede Baiana de Biocombustíveis, as seguintes oleaginosas tem-se destacado no cenário da cadeia produtiva de biocombustíveis na Bahia (REDE BAIANA DE BIOCOMBUSTÍVEIS, 2011): o algodão, o dendê, o girassol, a mamona e a soja. Nenhum desses cultivos, até o momento, foi observado nas plantações da microrregião em estudo e também não estão zoneados para os municípios componentes da microrregião em análise.

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático apresenta os resultados de análises e modelagem de dados de clima e informações fenológicas, constituindo-se em um

instrumento de política agrícola e de gestão de riscos na agricultura. Os parâmetros indicados são adotados pelos produtores rurais e agentes financeiros e são publicados em portarias no Diário Oficial da União e no site do Ministério da Agricultura (BRASIL, 2012b).

A mamona é uma importante alternativa de cultivo para a região do semiárido nordestino já que tem fácil condução e é resistente à seca. Cultivada comercialmente em quase todos os estados da Região Nordeste, principal produtora nacional de bagas, não está zoneada para a microrregião de Paulo Afonso (ZONEAMENTO..., 2012). O zoneamento agrícola visa à identificação de áreas aptas e épocas de plantio apropriadas para o cultivo da mamoneira. A falta do zoneamento implica em dificuldades de implantação de projetos e obtenção de financiamento e crédito através de programas governamentais ou bancos públicos e privados.

A mamona é uma importante alternativa de cultivo para a região do semiárido nordestino já que tem fácil condução e é resistente à seca

A cultura do girassol tem ampla adaptação a diferentes condições climáticas, o que permite o seu plantio em regiões e épocas marginais para outras culturas, sendo muito utilizada em esquemas de sucessão e consorciação entre culturas, principalmente com as leguminosas. Com o aumento da demanda por óleo vegetal para a produção de biodiesel, o girassol, que já foi cultivado no passado em algumas regiões do estado da Bahia, apresenta-se como uma boa opção para a agricultura, podendo ser cultivado em sistemas de integração agricultura-pecuária. O cultivo do girassol já obteve financiamento para a microrregião de Paulo Afonso, mas não foi adiante e também não está zoneado para os municípios que a compõem (BRASIL, 2012a).

A MANDIOCA

A cultura da mandioca apresenta ampla adaptação a diferentes condições edafoclimáticas e é cultivada em todos os ecossistemas do país, sendo a Bahia um dos estados que se destacam na sua produção. Além de utilizada no setor de alimentos, para a fabricação de farinha e fécula, também é empregada na produção de bioetanol, sendo o amido uma matéria-prima promissora em detrimento da cana-de-açúcar, o que representa uma alternativa para o incremento na produtividade e agregação de valor à mandioca.

A manicultura, entre os anos de 2005 e 2012, respondeu por uma área cultivada de 4.480 hectares. Foi colhida uma área equivalente à plantada, resultando em uma quantidade de mandioca produzida igual a 45.216 toneladas. Assim, a produtividade média de mandioca foi de 10.093 kg/ha. Essa produtividade está abaixo da média da cultura para outras regiões do estado da Bahia, cujos índices alcançam 38 mil kg/ha (GOMES et al., 1983).

A baixa produtividade da mandioca na microrregião pode ser um reflexo da falta de mecanização e manejo agrônomo correto da cultura, uma vez que o modelo de agricultura de subsistência predomina. Em outras regiões do país, cujo preparo do solo, a escolha das variedades de mandioca e o método de colheita empregaram técnicas agrônomicas modernas, o rendimento mínimo foi de 23 t/ha e o máximo, superior a 40 t/ha (MODESTO JUNIOR et al., 2010).

Apesar de o cultivo da mandioca apresentar ainda baixos índices de produtividade, oferece vantagens para a microrregião de Paulo Afonso. A principal identificada é a tradição no cultivo da agricultura do sertão, no qual os agricultores já dominam as técnicas de manejo. Outro aspecto em destaque é a resistência da mandioca a períodos de estiagem. De acordo com Fukuda e Iglesias (2003), a mandioca apresenta ampla adaptação a diferentes condições edafoclimáticas, sendo cultivada em todos os ecossistemas do país. Uma de suas vantagens é a capacidade de sobreviver a prolongados períodos de seca. Para os agricultores do Nordeste, esta é uma das características mais importantes deste cultivo.

Considerando-se a produção atual de mandioca na microrregião de Paulo Afonso e as informações disponíveis na literatura especializada acerca do rendimento médio da produção de etanol a partir dessa matéria-prima (Quadro 1), pode-se concluir que a produtividade em açúcares totais seria de 3,53 t/ha.ano, resultando em 2,53 m³/ha.ano de etanol. Dados esses índices de produtividade, torna-se prioritário um forte investimento prévio no aumento da produção de mandioca, a fim de tornar a microrregião de Paulo Afonso um centro atrativo para a indústria sucroalcooleira.

Componente	Mandioca
Produtividade Agrícola (t / ha.ano)	30
Açúcares totais (%)	35
Produtividade em açúcares (t / ha.ano)	10,5
Conversão teórica (m ³ / t açúcares)	0,718
Produtividade de etanol (m ³ / ha.ano)	7,54
Preço CIF matéria prima (R\$ / t)	122
Custo unitário etanol (R\$ / m ³)	590,32
Quadro 1 Valores para a produtividade de etanol a partir do amido de mandioca	

Fonte: modificado de Saito e Cabello (2006).

CONCLUSÕES

As alternativas de fontes energéticas aparecem na problemática ambiental como uma estratégia para a superação dos desafios impostos pelo atual sistema de acumulação capitalista, modelo que tem foco nas altas taxas de consumo (aumento da produtividade a todo o custo). Os biocombustíveis são, portanto, apontados como

alternativas viáveis de fonte energética, em consonância com o meio ambiente. A segurança no suprimento energético de longo prazo, a modicidade dos preços em relação ao atual padrão energético, a competitividade da indústria local, as mudanças climáticas e o meio ambiente são os desafios para a política pública relacionada à energia em todo o mundo.

O atual cenário da produção agrícola da microrregião de Paulo Afonso ainda não apresenta condições para suportar o desenvolvimento de uma cadeia produtiva de biocombustíveis, visto que caracteriza-se por uma agricultura de subsistência com venda do excedente. A baixa diversificação da produção, a falta de articulação com o mercado, a falta de incentivo e direcionamento de políticas públicas, a falta de capacitação e qualificação profissional, o baixo nível tecnológico e de acesso ao crédito, a precária assistência técnica e baixo nível de organização social ainda são entraves para a construção deste novo cenário.

Além disso, a ausência de zoneamento agrícola das principais oleaginosas da cadeia produtiva dos biocombustíveis para os municípios componentes da microrregião dificulta a implementação de projetos, o acesso ao crédito e a participação dos produtores em programas governamentais.

Em contraponto, as oportunidades oferecem uma nova ordem para as agendas em todo o mundo e, em especial, para o Brasil, a Bahia e a microrregião de Paulo Afonso, já que as exigências do mercado consumidor não param de crescer e impulsionam o desenvolvimento de novos produtos. As mudanças e exigências da legislação ambiental favorecem o segmento da energia renovável, e a perspectiva de esgotamento das fontes não renováveis de energia reforça o atual cenário favorável para o desenvolvimento de novas tecnologias de produção.

A microrregião de Paulo Afonso apresenta potencial para produzir variedade de matérias-primas para biocombustíveis, já que possui uma extensa área territorial – o que possibilita a expansão da fronteira agrícola –, altos índices de insolação e clima que atende às necessidades de algumas oleaginosas. O que está faltando para dar início à formação de um cenário promissor para o desenvolvimento e a consolidação de uma cadeia produtiva

para os biocombustíveis é o direcionamento de políticas públicas associadas ao planejamento regional de ações, de produção e de consumo.

Segundo informações obtidas na EBDA, os principais problemas para a implantação da cadeia produtiva dos biocombustíveis na microrregião são: falta de zoneamento agrícola para as principais oleaginosas que se destacam na cadeia produtiva dos biocombustíveis para os municípios componentes da microrregião; falta de logística; precária assistência técnica, e baixo preço de mercado dos produtos. Para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva sustentável seria necessária uma boa articulação entre o produtor e o mercado, além de suporte e assistência técnica.

REFERÊNCIAS

- BAHIABIO. *Programa de bioenergia*. Edição Revisada. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf/>>. Acesso em: 28 set. 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.478/97 de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 07 ago. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm>. Acesso em: 9 jun. 2011.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. Portaria nº 152 de 11 de julho de 2012. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 jul. 2012. Disponível em: <http://sisistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=821076688>>. Acesso em: 21 out. 2012.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Portarias segmentadas por UF*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola/portarias-segmentadas-por-uf>>. Acesso em: 21 out. 2012.
- FUKUDA, W. M.; IGLESIAS, C. *Melhoramento de mandioca*. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2003. 53p. (Documentos, 104).
- GOMES, J. de C. et al. Adubação orgânica na recuperação de solos de baixa fertilidade com o cultivo da mandioca. *Revista Brasileira de Mandioca*, Cruz das Almas, v.2, n. 2, p. 63-76, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção Agrícola Municipal*. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

KNOTHE, G. et al. *Manual de Biodiesel*. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MODESTO JUNIOR, M. S. et al. Produtividade de mandioca cultivada por agricultores familiares na Região dos Lagos, município de Tracuateua, Estado do Pará. *Ciência & Desenvolvimento*, Amazônia, v. 6, n. 12, p. 57:67, 2010.

REDE BAIANA DE BIOCOMBUSTÍVEIS. *Oleaginosas na Bahia*. Disponível em: <<http://www.rbb.ba.gov.br/>>. Acesso em: 26 set. 2011.

SACHS, I. *Sociedade, cultura e meio ambiente*. Disponível em: <[http://professor-ruas.yolasite.com/resources/Sociedade,%20cultura%20e%20meio%20ambiente,%20MV1\(1-2\)07-13.pdf](http://professor-ruas.yolasite.com/resources/Sociedade,%20cultura%20e%20meio%20ambiente,%20MV1(1-2)07-13.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2011.

SAITO, I. M.; CABELLO, C. Produção de etanol a partir de hidrolisado obtido por tratamento hidrotérmico de farelo de mandioca. *Energia na Agricultura*, Botucatu, SP, v. 21, n. 3, p. 34-44, 2006.

SILVA, L. A. S. et al. *Dinâmica territorial e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no semiárido baiano: análise das microrregiões geográficas de Paulo Afonso e Juazeiro*. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area05/5846_Alves_da_Silva_e_Silva_Livia.pdf>. Acesso em: 21 out. 2012.

ZONEAMENTO da mamona no Nordeste. Disponível em: <http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/mamona/zoneamento_ba.PDF>. Acesso em: 21 out. 2012.



Desindustrialização e impactos regionais no Brasil: uma análise preliminar

Daniel Pereira Sampaio*
Fernando Cezar de Macedo**

O processo de reestruturação produtiva ocorrido no Brasil a partir da segunda metade dos anos 80 do século XX – particularmente após a adoção do conjunto de reformas de corte neoliberal, das transformações do modo de organização da grande empresa capitalista e de uma maior abertura (comercial e financeira) – foi decisivo para sua economia, tanto em relação à estrutura produtiva quanto à dinâmica urbano-regional. Nos anos 2000, o debate sobre o processo de desindustrialização no Brasil – que teria sido desencadeado por aqueles movimentos da década anterior – ganhou novo impulso com a divulgação do World Development Report (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2003). As análises de Akyuz (2005) contribuíram para reforçar o debate. As primeiras abordagens no país sobre o tema foram realizadas pelo Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial (2005) e Bresser Pereira (2005), e, uma década após a divulgação do relatório da UNCTAD, o tema permanece nas agendas de pesquisa e continua a gerar ampla controvérsia acerca da ocorrência ou não do fenômeno no país.

* Mestre e doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). danielpereirasampaio@gmail.com

** Doutorado em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor doutor do Instituto de Economia, pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) da Unicamp e bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). fernando.cezar.macedo@gmail.com

Autores de diversas matrizes teóricas têm se posicionado sobre o assunto e buscam compreender suas possíveis implicações para o desenvolvimento do país. Não é tarefa simples agrupar abordagens tão díspares, mas, entre as correntes interpretativas sobre a ocorrência ou não do processo, seria possível, preliminarmente, destacar os seguintes agrupamentos: a) autores contra a ideia de desindustrialização (NASSIF, 2008); b) leitura ortodoxa do processo (BACHA; DE BOLLE, 2013); c) interpretação a partir da ideia da doença holandesa (BRESSER PEREIRA, 2005; BRESSER PEREIRA; MARCONI, 2008; AZEVEDO; FEIJÓ; CORONEL, 2013); d) interpretações heterodoxas de caráter estruturalista (INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2005; INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2007; CANO, 2012; COMIN, 2010; CARNEIRO, 2008; DESINDUSTRIALIZAÇÃO..., 2011)¹.

Estas distintas leituras sobre o processo de desindustrialização no Brasil privilegiam o diagnóstico macroeconômico, com diferentes posicionamentos sobre os rumos da política econômica e do perfil da inserção externa do país a partir das mudanças em sua estrutura produtiva. Contudo, estas correntes carecem de uma abordagem que integre os diferentes aspectos macro e microeconômicos aos processos de organização espacial, o que necessariamente conduziria a uma reflexão da dimensão regional da (des)industrialização brasileira.

O objetivo deste artigo é justamente discutir os impactos da reestruturação produtiva e de uma possível desindustrialização sobre a dinâmica regional e urbana no Brasil. Para atingir tal propósito, na seção seguinte realiza-se uma revisão bibliográfica na qual se busca elucidar o conceito de desindustrialização e suas implicações para o desenvolvimento econômico, a partir de uma visão que se aproxima dos autores do quarto grupo, particularmente em sua vertente estruturalista. Na seção subsequente, apresentam-se o significado da

A desindustrialização pode ser definida como a queda na participação relativa da indústria de transformação ou do emprego industrial em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao emprego total, respectivamente

desindustrialização para o Brasil e as possíveis formas de mensuração, bastante controversas entre os analistas. Na terceira, apresentam-se uma abordagem regionalizada e as possíveis interações entre a desindustrialização e a desconcentração produtiva no país.

PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO E CONDICIONANTES

A desindustrialização pode ser definida como a queda na participação relativa da indústria de transformação ou do emprego industrial em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao emprego total, respectivamente. Nos países desenvolvidos, o processo teve origem nos anos 70 do século XX e pode ser entendido como uma mudança decorrente tanto do aumento da produtividade do setor manufatureiro *vis-à-vis* o setor de serviços quanto do efeito renda que teria provocado maior crescimento das atividades terciárias, ampliando-lhe sua participação no PIB². Estes fatores, juntamente à liderança de países desenvolvidos no processo de financeirização e de transformações na organização produtiva pela Terceira Revolução Industrial, levaram a um ciclo de maior taxa de crescimento de suas rendas *per capita*.

¹ A classificação acima apresentada é uma tentativa de organização do debate, porém esta apresenta variações ao longo do tempo. Por exemplo, Nassif (2008) argumenta que o Brasil não passa por um processo de desindustrialização porque a indústria de transformação não deixou de crescer e não são observadas alterações substantivas nas estruturas produtivas, mas, no futuro, poderão ocorrer. O mesmo autor reposiciona a análise em artigo (NASSIF; FEIJÓ; ARAÚJO, 2013), aproximando-se da análise da doença holandesa.

² Rowthorn (1999) argumenta que, nos países desenvolvidos, dois terços do setor de serviços estão ligados à indústria, o que não indica uma mudança para uma sociedade pós-industrial.

A partir dos anos 1980, a produção industrial liderada por grandes corporações dos países desenvolvidos iniciou um processo de mudança na sua forma de organização para aquela entendida como as cadeias globais de valor

Por sua vez, em países subdesenvolvidos, particularmente da América Latina, o processo de desindustrialização tem relação com as crises fiscais e financeiras dos anos 1980, com a saída do Estado como agente coordenador do desenvolvimento econômico, com a abertura comercial e financeira e também com os efeitos do Plano Real sobre a estrutura produtiva. Estes fatores estão ligados ao papel que desempenha o Brasil na divisão internacional do trabalho, qual seja: o de amplo mercado consumidor para a realização da (super)produção mundial; o de plataforma de valorização do capital financeiro por meio de elevadas taxas de juros; modernização conservadora por meio de transformações do capital mercantil, e, por fim, uma plataforma de exportação de *commodities* agrícolas e minerais que lhe define o tipo de inserção no mercado internacional.

A partir dos anos 1980, a produção industrial liderada por grandes corporações dos países desenvolvidos iniciou um processo de mudança na sua forma de organização para aquela entendida como as cadeias globais de valor³. Esta alteração microeconômica na forma de produção de mercadorias teve efeitos importantes sobre as dinâmicas de investimento e de comércio exterior em escala global e afetou a organização mundial da indústria de transformação, com alterações tanto setoriais quanto territoriais.

Em outras palavras, as estratégias de redução de custos das grandes corporações globais promoveram interações distintas, mas específicas em cada país, entre a indústria e o território, aumentando a concentração e a centralização do capital. Este movimento, que foi marcado por uma realocação de empresas, redefiniu o papel das economias nacionais no ciclo global de valorização da riqueza (produtiva e financeira) e provocou importantes processos de ajustes socioespaciais planetariamente.

Dessa forma, há uma clara distinção entre o sentido da desindustrialização nas economias desenvolvidas que comandam as transformações produtivas e os países subdesenvolvidos que se adaptam às exigências dessas transformações. Há distintas implicações, tanto macroeconômicas que se expressam nas políticas econômicas aplicadas em respostas às exigências do capital globalizado, quanto microeconômicas relativas ao comando do capital, às formas de produção e de organização industrial e de sua articulação com o território. Nesse sentido, entende-se que a desindustrialização dos países desenvolvidos está ligada ao maior controle das relações capitalistas de produção, enquanto que, para os demais países, esse processo está ligado às novas formas de dependência e submissão ao capital estrangeiro, embora com especificidades em cada caso.

A literatura especializada aponta distintas fontes de desindustrialização dos países desenvolvidos (ROWTHORN; COUTTS, 2004). A que aparece com mais frequência é a variável produtividade⁴. Outra variável explicativa pelo lado da oferta são as alterações no comércio exterior que resultaram na maior internacionalização da produção, principalmente em direção aos países da Ásia. Além disso, observa-se o papel do Investimento em Formação Bruta de Capital, cujo dinamismo pode afetar o peso da indústria em relação ao PIB. Por fim, destaca-se o aumento da terciarização, que transferiu para o setor de serviços atividades que anteriormente eram classificadas como industriais.

Também pelo lado da demanda foram verificadas alterações importantes. O aumento da taxa de urbanização e

3 Uma ampla literatura sobre as cadeias globais de valor pode ser acessada em <http://www.globalvaluechains.org>. Para a conceituação do tema, ver Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005), e, para análise sobre a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor ver Sturgeon e outros (2014).

4 Segundo os cálculos de Rowthorn e Coutts (2004), a produtividade é a variável que explica aproximadamente dois terços da perda de participação do emprego industrial em relação ao total nos países desenvolvidos.

Em países subdesenvolvidos [...] o terciário caracteriza-se por grande heterogeneidade, marcada pela presença de empregos de baixa qualificação e, portanto, menor remuneração

alterações na cesta de consumo da população ampliaram a diversificação e a participação dos serviços na renda nacional. Mas esse efeito renda tem aspectos distintos entre os países. Nos desenvolvidos, ele contribui para o crescimento do consumo de serviços mais sofisticados e de maior valor agregado. Em países subdesenvolvidos, no entanto, o terciário caracteriza-se por grande heterogeneidade, marcada pela presença de empregos de baixa qualificação e, portanto, menor remuneração. No geral, características marcantes deste setor são a baixa produtividade e a menor geração de valor agregado. Portanto, seria um erro imaginar que essas economias caminham para uma sociedade pós-industrial ou para uma economia de serviços, como apontam alguns autores da literatura internacional para o caso dos países desenvolvidos.

Sejam quais forem, no entanto, as razões para a queda de participação da indústria, os impactos sociais, regionais e urbanos da desindustrialização foram bastante severos, tanto para os países desenvolvidos quanto para os subdesenvolvidos. Foram deixados não apenas de gerar emprego e renda em antigas localidades industriais como, principalmente, verificou-se crescimento do desemprego no rasto do ajuste da indústria de transformação. Em que pese a ascensão das atividades de serviços e do conhecimento que gerou importante debate sobre a capacidade indutora do terciário sobre a economia⁵, a indústria de transformação continua a ter importante papel na estruturação dos territórios e articulação de redes urbanas.

5 Sobre este debate, especialmente para o caso brasileiro, ver Kon (2004).

CATEGORIAS ANALÍTICAS PARA O ESTUDO SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

As alterações nos padrões de concorrência tiveram impactos no Brasil principalmente a partir da abertura comercial e do Plano Real, com modificações substantivas na forma de produção da indústria de transformação nacional. A inserção tardia do país nos novos padrões de comércio e investimento internacional trouxe modificações no posicionamento dos grandes grupos diante das mudanças impostas pela globalização produtiva e financeira. Nexos estabelecidos entre as dimensões macroeconômica, microeconômica e territorial foram modificados em face das alterações ocorridas no modo de gestão da riqueza capitalista. Nesse sentido, são elencados os seguintes resultados da desindustrialização no Brasil que podem ser utilizados em distintas escalas espaciais:

- **Desindustrialização absoluta:** significa o fechamento de unidades industriais locais com perda de produção e emprego em determinado território. Por ser restrita, é rara de ser observada na economia brasileira (escala nacional), na qual parece predominar uma “desindustrialização relativa”, conforme se discute adiante. Possíveis informações sobre este tipo de desindustrialização podem ser observadas por meio dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Pesquisas específicas

As alterações nos padrões de concorrência tiveram impactos no Brasil principalmente a partir da abertura comercial e do Plano Real, com modificações substantivas na forma de produção da indústria de transformação nacional

em escalas espaciais menores podem apontar processos em curso em determinados territórios, tais como municípios, distritos industriais, etc.

- **Desindustrialização relativa por redução do conteúdo nacional:** esta categoria está associada à substituição de insumos nacionais por insumos importados. Assim, ocorre redução da agregação de valor do produto na economia nacional enquanto é observado aumento da importação de produtos intermediários, sobretudo daqueles que antes eram majoritariamente produzidos em território nacional. A importação de insumos para o processo produtivo reduz os efeitos de multiplicadores da produção industrial no território nacional ao criar efeitos dinâmicos de geração de emprego, renda e progresso técnico no exterior. A redução do fornecimento interno modifica o comércio interestadual, acirra a guerra fiscal e abala a integração regional da indústria no país⁶. Um possível de medição e através da relação de VTI/VBPI⁷ obtida a partir da Pesquisa Industrial Anual conjugada a alterações na estrutura de comércio exterior, bem como dos dados de comércio interestadual. Um possível de medição e através da relação de VTI/VBPI⁸ obtida a partir da Pesquisa Industrial Anual conjugada a alterações na estrutura de comércio exterior, bem como dos dados de comércio interestadual. O exemplo mais claro deste tipo de categoria são as indústrias maquiladoras mexicanas, que apenas montam o produto final, agregando pouco valor à produção. Para o caso brasileiro, não se pode generalizar, mas empresas do ramo de eletrônicos e até de automóveis assemelham-se ao padrão de organização das cadeias produtivas das maquiladoras mexicanas, especialmente aquelas que se localizam fora de São Paulo, atraídas por incentivos fiscais.
- **Desindustrialização relativa por aumento do coeficiente de importações:** esta categoria aponta

para o aumento do coeficiente de importação de setores da indústria de transformação. Significa um vazamento total não só de divisas, mas, principalmente, dos efeitos multiplicadores de renda, emprego e progresso técnico. É mais perversa do que a categoria anterior por representar não só parte, mas a totalidade do produto a ser comercializado em território nacional. O produto final passa a ser importado pela empresa que apenas “insere a sua etiqueta”. Nas palavras de Ricupero (2010)⁹, esta é a segunda fase de agravamento da desindustrialização no Brasil. Uma análise dessa categoria pode ser realizada pelos coeficientes de penetração das importações¹⁰ divulgados pela Fundação de Comércio Exterior e a Confederação Nacional da Indústria Funcex/CNI.

- **Desindustrialização relativa por aumento do gap tecnológico:** esta categoria elucida o caráter histórico do capitalismo tardio da economia brasileira e o atraso no desenvolvimento das forças produtivas. Enquanto o mundo caminha para a Quarta Revolução Industrial, por meio dos avanços das pesquisas em nanotecnologia e biotecnologia, bem como os alcances mais imediatos proporcionados pelos recursos da impressora 3D, o Brasil ainda não realizou a Terceira Revolução Industrial. Ou seja, já são aproximadamente 40 anos de atraso em relação ao desenvolvimento das forças produtivas dos países avançados. Assim, a ampliação do atraso também significa desindustrialização¹¹. Este fator, adicionado à reestruturação do parque industrial brasileiro, revela a gravidade da reestruturação produtiva em curso.

A primeira categoria elencada sobre a desindustrialização é rara de ser encontrada no Brasil, porém é importante levantar a possibilidade para casos específicos, sobretudo em nível municipal em relação a distritos industriais, entre outros. Para uma análise que privilegie um olhar sobre múltiplas escalas espaciais em uma

6 Um exemplo disso pode ser visto no trabalho de Macedo e Angelis (2013).

7 A relação de VTI/VBPI constitui-se num indicador de densidade de cadeias produtivas, contudo apresenta limitações que devem ser complementadas por outros dados, tais como os de comércio exterior e análises qualitativas. O indicador é sensível a especificidades de cada setor (maior ou menor integração vertical), bem como a um aumento da terceirização de atividades.

8 A relação de VTI/VBPI constitui-se num indicador de densidade de cadeias produtivas, contudo apresenta limitações que devem ser complementadas por outros dados, tais como os de comércio exterior e análises qualitativas. O indicador é sensível a especificidades de cada setor (maior ou menor integração vertical), bem como a um aumento da terceirização de atividades.

9 Nas palavras de Ricupero (2010): “No primeiro, as importações substituem os componentes locais, mas o produto continua a ser montado no Brasil; no segundo, importa-se o produto pronto e as indústrias se tornam meras distribuidoras e prestadoras de assistência”.

10 Os coeficientes de penetração das importações, um dos coeficientes de abertura comercial, indicam a relação da importação e o consumo aparente de um determinado setor industrial. Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes-e-estatisticas/>.

11 Este conceito de desindustrialização foi baseado em Belluzzo. Visualizado em: <http://youtu.be/f00Z-EhZp6Y>.

economia que ainda apresenta um parque produtivo diversificado, a desindustrialização absoluta conjuga possíveis elementos teóricos para uma situação-limite do fenômeno em estudo.

A saída do Estado como agente coordenador do desenvolvimento econômico é um fator condicionante da descontinuidade do processo de industrialização que se colocou em marcha principalmente no período de 1930 a 1980. A intencionalidade da política industrial no Brasil no período consolidou, ao final do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), um parque industrial diversificado e integrado nacionalmente, consolidando os setores ligados à Segunda Revolução Industrial, e articulou as diversas economias regionais à dinâmica que emanava do crescimento industrial brasileiro. A indústria foi um elemento decisivo na integração urbano-regional do país, na medida em que articulava produtiva, financeira e comercialmente as economias regionais e definia os fluxos migratórios em direção às cidades que puxavam o seu crescimento –em âmbitos nacional e estaduais, estruturando o mercado de trabalho urbano. Os impactos deste crescimento ocorriam também no meio rural, uma vez que a industrialização atingia o campo, redefinindo-lhe as formas de organização socioespacial.

Neste sentido, uma maior internacionalização da indústria brasileira pode ser entendida como um processo de adaptação ou até mesmo de modernização das empresas de distintos setores ante as mudanças nas condições de concorrência em uma economia cada vez mais integrada comercial, financeira e produtivamente. No Brasil, desde meados dos anos 1980, a indústria de transformação cresce a taxas inferiores às do PIB. Além disso, também podem ser visualizadas mudanças nas formas de organização da produção, muito mais articuladas com o exterior. Por isso, a desindustrialização no Brasil não é incompatível com o crescimento industrial, ainda que apresente regularmente taxas de crescimento baixas. Em que pese a modernização do parque produtivo em determinadas indústrias, sobretudo as mais intensivas em recursos naturais, o que redefiniu a inserção externa, ainda permanecem os atrasos do ponto de vista da tecnologia, realçando as distâncias em níveis de progresso técnico entre os países centrais e periféricos.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DINÂMICA REGIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Se, do ponto de vista microeconômico, a desindustrialização significa processos de adaptação da estrutura produtiva nacional às mudanças nas condições de concorrência internacional, o processo em estudo, por sua vez, evidencia o desmonte lento e gradual do projeto de industrialização em curso entre os anos 1930 e meados dos anos 1980. Nesse período foi constituída uma estrutura produtiva nacionalmente integrada e com melhoria na qualidade da inserção externa. Por este motivo, esse desmonte apresenta-se como uma regressão das forças produtivas no país, com impactos territoriais importantes¹².

É o que se expressa, por exemplo, na inserção externa baseada em recursos naturais, o que demonstra condicionantes de ordem interna e externa à economia brasileira. Do ponto de vista externo, o aumento da demanda por *commodities* minerais e agrícolas, principalmente pela China, altera sobremaneira a posição do Brasil no mercado internacional. Também atua nessa esfera a perda de competitividade da indústria brasileira, evidenciada pela desindustrialização em decorrência da maior competição externa. Estes fatores levam a uma tendência à reprimarização da estrutura produtiva e da inserção externa do país. Do ponto de vista interno, esta reprimarização influenciou novas territorialidades, ampliou a desconcentração produtiva regional, provocou modificações importantes na organização socioespacial do país e possibilitou dinamismo econômico em áreas distantes dos antigos centros industriais, como demonstra Macedo (2010).

Nesse sentido, esta seção tem por objetivo analisar a dinâmica industrial no período de 1996 a 2011 e avaliar em que medida a desconcentração produtiva regional no Brasil pode estar relacionada a um processo de desindustrialização e ao tipo de inserção comercial externa do país. Dados as modificações na classificação das CNAE a partir de 2007 e os efeitos da crise internacional, os dados serão divididos em antes da crise, 1996 a 2007, e, depois da crise, 2007 a 2011. O ano de 2007 se repete em ambas as classificações¹³.

12 Sobre os impactos territoriais dessas mudanças, ver Macedo (2010).

13 As classificações por grandes grupos e os significados das CNAE podem ser visualizados no anexo. O IBGE não divulgou as Pesquisas Industriais Anuais compatibilizadas, o que leva à quebra das análises.

Tabela 1
Participação de São Paulo em relação aos grandes grupos no VTI – Brasil – 1996-2011

(em %)

Ano	1996 (1)	1997 (1)	1998 (1)	1999 (1)	2000 (1)	2001 (1)	2002 (1)	2003 (1)	2004 (1)
SP	50,90	51,13	51,13	48,75	47,22	46,57	45,19	43,80	43,12
G I	45,54	46,02	45,83	45,31	44,06	41,37	40,94	39,96	38,80
G II	48,02	48,42	47,18	45,47	44,05	44,31	43,34	41,93	40,42
G III	64,18	63,16	66,17	61,24	58,11	58,27	55,03	53,71	54,62
Ano	2005 (1)	2006 (1)	2007 (1)	2007 (2)	2008 (2)	2009 (2)	2010 (2)	2011 (2)	-
SP	43,57	42,83	42,74	42,49	41,37	41,63	40,78	40,83	-
G I	39,92	40,77	40,36	38,73	36,97	37,35	36,75	36,98	-
G II	41,40	39,73	39,56	39,95	39,27	40,29	38,42	39,16	-
G III	53,26	51,81	51,73	51,99	50,37	49,84	49,86	48,66	-

Fonte: PIA/IBGE vários anos. Elaboração própria. Tipologia a partir de Cano (2008).

(1) Classificação a partir da CNAE a três dígitos (Grupo).

(2) Classificação a partir da CNAE 2.0 a três dígitos (Grupo).

O período entre 1985 e 2005, no qual se observou perda da participação da indústria de transformação do estado de São Paulo em relação ao Brasil, em uma época de baixo dinamismo, pode ser entendido como uma desconcentração produtiva espúria ou meramente estatística (CANO, 2008)¹⁴. A desconcentração produtiva neste período pode ser observada em todos os setores industriais, no entanto foram mais acentuados naqueles de maior complexidade tecnológica, como são os pertencentes ao grupo predominantemente produtores de bens de consumo duráveis e bens de capital (Tabela 1).

Em que pesem modificações observadas no G I e G II, visto que também sofreram com a perda de competitividade, como, por exemplo, vestuários, este trabalho terá enfoque sobre os setores ligados ao G III¹⁵. Neste último grupo, São Paulo, ainda que seja o maior produtor nacional, perdeu 12,45 p.p. entre 1996 e 2007 e 3, 33 p.p entre 2007 e 2011. Este foi o grupo industrial em que a desconcentração produtiva

foi mais intensa. Por isso, dar-se-á particular ênfase à evolução da estrutura produtiva e de comércio exterior dos setores que estão ligados ao grupo de bens predominantemente de consumo duráveis e bens de capital. Os principais indicadores podem ser observados na Tabela 2.

O confronto dos dados da Tabela 2 com a Tabela 3 indica mudanças na estrutura produtiva brasileira e sua articulação com o exterior. Setores mais complexos da economia nacional estão mais dependentes de importações, o que pode ser explicado por mudanças na forma de organização da grande empresa capitalista. A integração desta com o exterior, por meio das cadeias globais de valor, fica facilitada pela abertura comercial e a manutenção da valorização cambial. Com o atual (des)arranjo federativo, a grande empresa ainda se utiliza de fundos públicos para aumentar sua taxa de lucro por meio das “guerras fiscais”, razão pela qual a desconcentração produtiva tem uma parte de sua explicação nelas, assim como tem na desindustrialização.

As rearticulações entre aspectos microeconômicos, macroeconômicos e da organização espacial afetam a dinâmica produtiva nacional e as interações entre as distintas regiões, o que pode ser interpretado como uma desindustrialização negativa no país. A desindustrialização aparece, então, como um resultado do aprofundamento do subdesenvolvimento e exige pesquisas adicionais para aprofundamento do tema.

¹⁴ Desconcentração produtiva é a perda de participação do estado de São Paulo no VTI da indústria de transformação. No período entre 1970 e 1985 ocorreu com altas taxas de crescimento do PIB, por isso foi virtuosa. Já entre 1985 e 2005 ocorreu com baixas taxas de crescimento do país e do estado de São Paulo, por isso espúria (CANO, 2008).

¹⁵ G I ou bens predominantemente produtores de bens de consumo não duráveis: CNAE 15, 16, 17, 18, 19, 22, 24.5, 24.7, 36; CNAE 2.0: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 20.6, 21, 31, 32. G II ou bens predominantemente produtores de bens intermediários: CNAE 20, 21, 23, 24 (exceto 24.5 e 24.7), 25, 26, 27, 28, 37; CNAE 2.0: 16, 17, 19, 20 (exceto 20.6), 22, 23, 24, 25. G III ou bens predominantemente produtores de bens de consumo duráveis ou bens de capital: CNAE 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35; CNAE 2.0: 26, 27, 28, 29, 30, 33. Classificação adaptada a partir de Cano (2008).

Tabela 2
Indicadores de estrutura produtiva de setores industriais do G III

Variável	CNAE	1996	2007	CNAE 2.0	2007	2011
VTI de CNAE/Total (Brasil, em %)	29	7,17	6,50	26	3,03	2,63
	30	0,61	0,64	27	2,73	2,88
	31	2,84	2,66	28	5,24	5,51
	32	3,50	1,80	29	10,14	11,34
	33	0,87	0,95	30	1,93	1,71
	34	8,15	9,31	33	1,10	1,40
	35	0,88	2,14	-	-	-
VTI de SP/BR (em %)	D	50,91	42,77	C	42,49	40,83
	29	62,53	55,58	26	40,63	40,76
	30	67,81	27,57	27	53,95	51,71
	31	68,77	58,88	28	59,99	57,44
	32	49,60	38,92	29	54,54	49,29
	33	52,71	52,77	30	44,60	38,92
	34	74,24	53,69	33	30,18	29,69
VTI/VBPI (Brasil)	35	37,39	40,31	-	-	-
	D	46,71	41,38	C	41,11	43,09
	29	52,99	41,87	26	33,31	34,45
	30	43,23	27,04	27	37,28	40,12
	31	49,96	38,85	28	40,62	43,61
	32	45,79	32,25	29	34,94	38,45
	33	61,25	56,22	30	38,39	40,34
	34	38,86	34,58	33	60,81	69,25
	35	45,79	38,50	-	-	-

Fonte: PIA- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1996, 2007, 2011).

Tabela 3
Indicadores de comércio exterior de setores industriais do G III

Variável	CNAE 2.0	1996	2007	2011
Coeficiente de Penetração das Importações (%)	C	10,06	15,26	20,79
	26	23,85	43,96	53,58
	27	18,46	20,01	33,97
	28	25,17	29,88	40,78
	29	9,96	13,05	19,64
	30	26,28	35,04	26,03
Coeficiente de Insumos Importados (%)	C	16,97	18,59	20,76
	26	11,69	10,02	11,44
	27	49,97	51,46	59,29
	28	17,79	21,09	21,01
	29	13,4	15,59	18,38
	30	26,19	20,12	23,95

Fonte: CNI.

REFERÊNCIAS

- AKUYZ, Y. Impasses do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 72, p. 41/56, jul. 2005.
- AZEVEDO, A.; FEIJÓ, C.; CORONEL, D. *A desindustrialização brasileira*. São Leopoldo: Unisinos, 2013.
- BACHA, E.; DE BOLLE, M. B. (Org.). *O futuro da indústria no Brasil: a desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana*. 2007. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>>. Acesso em: 20 abr. 2008.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? São Paulo: FGV, 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>>. Acesso em: 14 jun. 2008.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Maldição dos recursos naturais: opinião econômica*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06 jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0606200505.htm>>. Acesso em: 7 jun. 2014

CANO, W. *Desconcentração produtiva regional no Brasil* (1970-2005). São Paulo: Unesp, 2008.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 21, p. 831-851, dez. 2012. Número especial,

CARNEIRO, R. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. Textos para Discussão Campinas, SP, n. 153, nov. 2008. Disponível em: <www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 20 dez 2008.

COMIN, A. *A desindustrialização truncada: perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro*. 2009. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2009.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: conceito e situação no Brasil. *Nota Técnica*, [S.l.], n. 100, jun. 2011.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, [S.l.], v. 12, n.1, p. 78-104, Fev. 2005.

HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

KON, A. *Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Industrial Anual. Rio de Janeiro, IBGE, 1996.

_____. Pesquisa Industrial Anual. Rio de Janeiro, IBGE, 2007.

_____. Pesquisa Industrial Anual. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?* São Paulo: IEDI, 2005. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 1 jun. 2009.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Desindustrialização e dilemas do crescimento econômico recente*. São Paulo: IEDI, 2007. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 1 jun. 2009.

MACEDO, F. C.; ANGELIS, A. Guerra fiscal dos portos e desenvolvimento regional no Brasil. *Revista do Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, RS, v. 18, n. 1, p. 185-212, 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/index>. Acesso em: 5 ago. 2014

MACEDO, F. C. *Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)*. 2010. 310 f. Tese (Livre Docência)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2010.

NASSIF, A. Há evidências de uma desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1 p. 71-96, jan./mar. 2008.

NASSIF, A.; FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. O debate sobre a desindustrialização precoce no Brasil: estamos avançando ou regredindo em relação aos países desenvolvidos?. In: AZEVEDO, A; FEIJÓ, C.; CORONEL, D. (Org.). *A desindustrialização brasileira*. Porto Alegre: Unisinos, 2013. p. 25-70.

RICUPERO, R. Câmbio mata. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 maio 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0905201004.htm>. Acesso em: 19 jun. 2014.

ROWTHORN, R. Indústria de transformação: crescimento, comércio e mudança estrutural. In: CASTRO, A. B. de, et al. (Org.). *O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do Século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 57-76.

ROWTHORN, R.; COUTTS, K. De-industrialization and the balance of payments in advanced economies. *Cambridge Journal of Economics*, [S.l.], v. 28, n. 5, 2004.

STURGEON, T. et al. *A indústria brasileira e as cadeias globais de valor*. São Paulo: Campus; Elsevier, 2014.

SILVA, R. D. *Estrutura industrial e desenvolvimento regional no estado do Rio de Janeiro (1990-2008)*. 2009. 224 f. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2009.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *World Development Report*. Genebra: UNCTAD, 2003.

ANEXO

CNAE e CNAE 2.0			
CNAE		CNAE 2.0	
D	Ind. transformação	C	Ind. transformação
29	Máquinas e equipamentos	26	Equip. informática
30	Equip. informática	27	Material elétrico
31	Material elétrico	28	Máquinas e equipamentos
32	Material eletrônico e telecom.	29	Veículos automotores
33	Automação industrial (...)	30	Outros equip. transportes
34	Veículos automotores	33	Manutenção maq. equip.
35	Outros equip. transportes	-	-

Fonte: PIA/IBGE.





Reconfiguração logística de Feira de Santana (BA): consolidando a multimodalidade?

André Silva Pomponet*

Investimentos em infraestrutura logística são fundamentais para alavancar o desenvolvimento regional em momentos específicos. Feira de Santana, segundo maior município baiano, deve sua prosperidade, em parte, a essas decisões que ampliaram a malha rodoviária no seu entorno, confirmando sua vocação histórica para o comércio, a indústria e, mais recentemente, os serviços. Seu primeiro *boom* logístico aconteceu entre os anos 1930 e 1950, aproximadamente.

* Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). andre.pomponet@seplan.ba.gov.br

Nas últimas décadas, com a crise econômica e poucos investimentos em infraestrutura logística, o significativo dinamismo dos anos 1960/1970 no município arrefeceu, sobretudo em função dos gargalos que foram surgindo em relação à logística. Nos últimos anos, porém, sucessivos anúncios relacionados a construção de ferrovias, obras em rodovias e no aeroporto feirense reacenderam as perspectivas positivas acerca da economia local.

Conforme foi anunciado, três extensas ferrovias deverão ligar Feira de Santana a Ipojuca (PE), Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) e Belo Horizonte (MG), além de um ramal ferroviário que irá interligar o município a Salvador e Região Metropolitana. Caso se concretizem, esses investimentos vão representar uma nova reconfiguração logística para Feira de Santana, tornando-a, de fato, multimodal e atrativa a novos investimentos.

O objetivo do presente texto é analisar o sistema de transportes em Feira de Santana sob uma perspectiva histórica e visualizar, de forma não exaustiva, as possibilidades que se abrem com as intervenções anunciadas para os próximos anos.

FEIRA DE SANTANA E OS TRANSPORTES

Até o início do século XIX, Feira de Santana ainda constituía uma localidade de pouca projeção na Bahia. Poppino (1968) aponta que, em 1807, o antigo arraial sequer constava nos relatos dos viajantes que aportavam na Bahia. À época, porém, a localidade caminhava para arrebatar de Nazaré das Farinhas a condição de maior feira de gado da Bahia, o que aconteceria antes dos anos 1830. Nesse período, Sant'Anna dos Olhos D'Água – como era mais conhecida – já constituía um entreposto que atraía pecuaristas de regiões distantes da Bahia e também do Piauí e de Goiás. Beneficiava-a, sobretudo, a localização: ficava no caminho entre os centros criadores e os principais mercados consumidores, como Salvador e o entorno da Baía de Todos os Santos.

A princípio, a Feira do Capuame, em Nazaré das Farinhas, era a mais importante do estado. O fato de se localizar ao sul da Baía de Todos os Santos, porém,

**Até o início do século XIX,
Feira de Santana ainda
constituía uma localidade de
pouca projeção na Bahia**

dificultava a mobilidade de vendedores e compradores de gado, que recorriam às embarcações para transportar os animais ou eram obrigados a contornar toda a baía a pé (POPPINO, 1968). Portanto, num processo que durou cerca de 100 anos, conforme o mesmo autor, o dinamismo da feira de gado migrou para Sant'Anna dos Olhos D'Água.

No pequeno arraial situado na Paróquia de São José das Itapororocas, vaqueiros e boiadas paravam para descansar e se recompor das prolongadas jornadas através do interior. Essas paradas favoreceram o surgimento da já mencionada pequena feira, realizada aos domingos e que não era adiada nem nos dias de festas religiosas, como o Natal (POPPINO, 1968). Com o passar dos anos, as boiadas começaram a ser vendidas em Feira de Santana, sem a necessidade de os comerciantes se deslocarem até o Matadouro Municipal do Retiro, em Salvador.

Todavia, o legado em termos de transportes para os sertões nesse período inicial foi bastante modesto: limitava-se às trilhas através das quais se tangia o gado e que, eventualmente, conduziam aos núcleos urbanos normalmente estabelecidos no entorno de reservas hídricas, como rios e lagoas (INSTITUTO LATINO AMERICANO DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL; BAHIA, [198-?]). Até então, o sistema de transportes estruturava-se em torno da navegação, que constituía o principal – e único – modal empregado no transporte das riquezas produzidas na Bahia. Tavares (1974) observa que a economia baiana, à época, era movida pela lógica primário-exportadora, remetendo para os mercados externos produtos como açúcar, fumo e algodão.

Porém, a partir de 1840, com o financiamento de capitais ingleses, o Brasil ingressou num novo ciclo do seu sistema de transportes, com a navegação de cabotagem articulada às ferrovias que alcançavam o interior para escoar as riquezas produzidas no campo (INSTITUTO LATINO AMERICANO DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL; BAHIA, [198-?]). Essa dinâmica contemplou, sobretudo, as regiões produtoras de café, mas produziu efeitos também sobre a Bahia.

Apesar das sucessivas tentativas para a implantação de ferrovias interligando Feira de Santana a Juazeiro, no Vale do São Francisco, e a Barra, às margens do mesmo rio, passando por Ipirá, Baixa Grande e Mundo Novo, jamais esses projetos foram concretizados. Note-se, também, que Feira de Santana perdeu a disputa com Alagoinhas para integrar o traçado da ferrovia entre Salvador e Juazeiro, cujo tráfego foi aberto em 1864. Problemas como ausência de recursos, projetos inadequados e limitada força política das lideranças locais contribuíram para o insucesso, conforme aponta Poppino (1968). Como medida compensatória, Feira de Santana foi contemplada com a construção de uma ferrovia ligando-a a Cachoeira. Com extensão total de 48 quilômetros, a iniciativa representou sucesso imediato, com o tráfego entre as estações sendo inaugurado em 2 de dezembro de 1876. Em Cachoeira, os viajantes tinham que embarcar nos vapores que faziam linha até Salvador.

A partir de 1840, com o financiamento de capitais ingleses, o Brasil ingressou num novo ciclo do seu sistema de transportes, com a navegação de cabotagem articulada às ferrovias

Com relação ao modal rodoviário, o município não experimentou grandes avanços até meados da década de 1910. As vias existentes limitavam-se à passagem de animais, sobretudo as boiadas que eram comercializadas na feira livre semanal. Até 1917, duas dessas vias se sobressaíam: a chamada Estrada Real, que partia de Cachoeira, passando por Feira de Santana e seguindo por Riachão do Jacuípe, Jacobina e Juazeiro, e a estrada que interligava Feira de Santana a Salvador (POPPINO, 1968). Note-se, porém, que ambas eram pouco mais que caminhos para gado e veículos movidos a tração animal.

É evidente que uma infraestrutura tão precária de transportes interferiu, naturalmente, no nível das atividades econômicas. À época, portanto, Feira de Santana pouco ameaçava o protagonismo econômico dos municípios mais dinâmicos do entorno da Baía de Todos os Santos. Afinal, esses estavam integrados à infraestrutura de transportes existente e, em função dessa articulação, mantinham sua relevância econômica.

Embora carecesse de infraestrutura, Feira de Santana assegurara, em meados do século XIX, as condições necessárias para o impulso posterior: consolidara-se como centro comercial dinâmico, sobressaindo-se no comércio de gado; localizava-se na convergência dos caminhos de gado que, posteriormente, dariam origem a diversas rodovias, e, aos poucos, firmava-se como um dos principais agrupamentos urbanos do interior semiárido. A atuação desses fatores no desenvolvimento de sua malha viária, já no século XX, é o que será discutido na seção seguinte.

A INFLEXÃO RODOVIÁRIA DO SÉCULO XX

A partir de meados do século XIX, os governantes baianos passaram a enxergar o modal rodoviário como a forma mais adequada de integrar o território baiano e de intensificar as atividades econômicas com as demais regiões do país e com os mercados externos. Sob essa inspiração, foi lançado o primeiro Plano Rodoviário da Bahia, em 1917. Conforme Zorzo (2000, p. 109), “o plano autorizou a construção de estradas

Ao longo dos anos, novas rodovias foram surgindo, originando uma malha viária que fortaleceu a vocação comercial de Feira de Santana e assegurou sua centralidade nos fluxos comerciais entre o Recôncavo e o Semiárido

de rodagem ligando centros produtores a mercados consumidores ou a rios navegáveis, estradas de ferro e portos de mar”.

Embora o próprio autor aponte que o plano não foi devidamente implementado, Feira de Santana foi imediatamente beneficiada com a construção de uma estrada carroçável, inaugurada em 25 de abril de 1929, com extensão de 144 quilômetros, interligando-a a Salvador. Ao longo dos anos, novas rodovias foram surgindo, originando uma malha viária que fortaleceu a vocação comercial de Feira de Santana e assegurou sua centralidade nos fluxos comerciais entre o Recôncavo e o Semiárido. Entre outras estradas foram construídas Feira-Candeal (62km), Feira-Anguera (38 km), Feira-Cachoeira (47 km) e Feira-Irará (54 km). À época, também estava em construção uma estrada para Riachão do Jacuípe, com extensão estimada em 96 quilômetros (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA, 1936).

Circular por essas estradas, todavia, não era fácil. A melhor rodovia era a que ligava a cidade à capital (144 km de estrada de primeira qualidade, segundo a avaliação oficial). As demais, que ligavam Feira de Santana aos municípios do entorno, eram estradas classificadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem como de terceira classe (quando havia pavimentação) ou apenas carroçáveis (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA

BAHIA, 1937). Embora o automobilístico justificasse a construção de rodovias, a frota em Feira de Santana, já na década de 1930, era escassa: não havia nenhuma ambulância, embora houvesse carros de boi (12), carroças (sete) e até dois ônibus, integrando uma frota de 30 veículos. A circulação desses veículos, porém, enfrentava limites: os automóveis alcançavam apenas os distritos de Jaguara e Tiquaruçu, mesmo assim nos períodos de estação seca (POPPINO, 1968).

A partir de 1938 e até 1950, houve um significativo impulso na expansão da malha rodoviária da Bahia. Consolidada como entroncamento rodoviário, Feira de Santana foi beneficiada pela construção da BR 116 (cujas obras se deram entre 1939 e 1949), da BR 324, que liga o município a Salvador e, ao norte, a Capim Grosso, da BR 101, que se localiza a 15 quilômetros do município e a aproximadamente 70 quilômetros da BR 242, que liga a Bahia à Região Centro-Oeste e cujas obras só foram finalizadas nos anos 1960 (POMPONET, 2007). Além dessas rodovias federais, o município foi beneficiado pelo adensamento da malha rodoviária estadual.

Poppino (1968) observa que o resultado natural dos investimentos na malha rodoviária foi a intensificação do comércio em Feira de Santana. Na década de 1950, o município tornava-se, enfim, a principal referência comercial do interior do Nordeste e afirmava-se como um dos mais dinâmicos do interior do Brasil. Em 1950, registrava-se a passagem de mais de mil caminhões por dia pela cidade, o que contribuiu para torná-la, no

Na década de 1950, o município tornava-se, enfim, a principal referência comercial do interior do Nordeste e afirmava-se como um dos mais dinâmicos do interior do Brasil

Nordeste, o principal polo distribuidor de mercadorias embarcadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Outro desdobramento natural foi a intensificação do transporte de passageiros, sobretudo porque, desde meados dos anos 1920, veículos transportavam pessoas entre Salvador e Feira de Santana.

Na década seguinte, Feira de Santana ampliava seus horizontes produtivos, tornando-se sede do Centro Industrial do Subaé (CIS), que integrava as iniciativas de desconcentração produtiva na Bahia. Dessa forma, as indústrias implantadas no município somavam-se ao comércio, que se intensificava graças à expansão da malha rodoviária e também à pecuária bovina que, embora perdesse importância relativa ao longo do período, ainda assegurava ao município a condição de importante polo pecuário no interior da Bahia.

Justamente nessa época, a opção pelo modal rodoviário concluía sua missão: ao longo das décadas anteriores contribuía para promover a integração entre as mais diversas regiões do país – e da Bahia –, facilitando o escoamento da produção e a circulação de pessoas. Esse esforço viabilizara a industrialização do Sudeste, iniciada no início do século XX, e afirmara diversos municípios brasileiros como polos regionais, graças a sua localização no traçado das rodovias federais e estaduais que iam surgindo.

Nesse contexto, Feira de Santana foi imensamente favorecida, localizando-se na confluência de um conjunto de rodovias que lhe assegurou a condição de mais importante entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste, arrebatando o protagonismo dos municípios que, antes, se beneficiavam da navegação e das estradas de ferro. São os casos, por exemplo, de Alagoinhas – cortada pela estrada de ferro que ligava Salvador a Juazeiro – e dos municípios do Recôncavo, particularmente Cachoeira.

A partir da década de 1970, os investimentos tornaram-se mais escassos e a infraestrutura implantada nas décadas anteriores foi deteriorando-se, em função da crise que atingiu o estado, que já não contava com recursos expressivos para assegurar a manutenção dessa infraestrutura. Como não houve participação

A partir da década de 1970, os investimentos tornaram-se mais escassos e a infraestrutura implantada nas décadas anteriores foi deteriorando-se, em função da crise que atingiu o estado

privada nesse ciclo de investimentos, o resultado natural foi a deterioração das rodovias.

Beneficiada pelos investimentos na malha rodoviária a partir dos anos 1940, Feira de Santana sofreu os impactos da má conservação das estradas federais e estaduais a partir de meados da década de 1970, quando os investimentos declinaram. Somente nos últimos anos surgiram novidades que podem contribuir para uma reconfiguração da logística local, beneficiando o município.

RECONFIGURAÇÃO NO SÉCULO XXI?

Ao longo dos últimos anos foram anunciados investimentos na construção de ferrovias que, caso sejam concretizados nos próximos anos, vão fortalecer a condição de Feira de Santana como polo logístico regional, integrando-o de forma direta a outras regiões do país. Por sua vez, essas iniciativas vão suprir uma lacuna em relação à infraestrutura atual do município, que é o completo isolamento em relação ao modal ferroviário existente no Brasil.

De acordo com o que foi noticiado pela imprensa, o município vai ser interligado a quatro diferentes destinos por ferrovias cujas obras serão iniciadas em breve. São eles: Ipojuca, em Pernambuco; Juazeiro e Petrolina, às margens do São Francisco, na fronteira

da Bahia com Pernambuco; Belo Horizonte, capital de Minas Gerais; e Candeias, na Região Metropolitana de Salvador. Os investimentos totais previstos para a malha ferroviária em todo o país são vultosos: algo em torno de R\$ 91 bilhões, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal (AGÊNCIA BRASIL, 2013). Os prazos para obras desse porte são também ambiciosos: cinco anos. A modalidade adotada será a Parceria Público-Privada (PPP), com prazo de concessão de 30 anos.

Uma das ferrovias cuja construção está prevista vai interligar Feira de Santana a Ipojuca, em Pernambuco, e ao Porto de Suape. Inicialmente, a ferrovia deveria partir de Candeias, mas estudos técnicos sinalizaram que Feira de Santana constitui a melhor opção, inclusive estando prevista a construção de um pátio que vai interligar essa ferrovia à que será construída entre Belo Horizonte (MG) e Salvador (BA). Em Ipojuca, será conectada à ferrovia Transnordestina, conforme previsto no projeto (BRASIL, 2013b). Isso assegurará maior conexão com o Centro-Oeste e com o próprio Nordeste.

A extensão total será de 893 quilômetros. As intervenções específicas na ferrovia envolvem a construção de 61 pontes, com extensão total de 17 quilômetros, e, também, a construção de 101 viadutos, com 4,8 quilômetros. A ferrovia deverá cortar 37 municípios dos estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas e de Pernambuco (BRASIL, 2013b). Em 2013, a propósito, foi realizada uma primeira audiência pública em Feira

de Santana para discutir a implantação da ferrovia, visando coletar propostas dos segmentos interessados (BRASIL, 2013b).

Outra ferrovia a ser implantada, que vai beneficiar diretamente Feira de Santana, envolve o trajeto entre Belo Horizonte e Salvador. Esse trecho ferroviário, com 1.419 km, é parte integrante do Programa de Investimento em Logística (PIL), lançado pelo governo federal (BRASIL, [200-?]). A ferrovia vai cortar 52 municípios, sendo 27 deles em Minas Gerais e outros 25 na Bahia. Em Feira de Santana, conforme já apontado, será construído um pátio conectando-a aos demais ramais que serão implantados.

A implantação desta ferrovia é vista como uma alternativa para o transporte de minério de ferro e de outros minerais. Outra vantagem apontada é que ela também promoverá o estabelecimento de uma conexão entre Belo Horizonte e o Porto de Ilhéus pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Outro efeito dimensionado com a construção do ramal é a possibilidade do escoamento da produção industrial do Sul-Sudeste em direção ao Nordeste.

A terceira ferrovia anunciada poderá atender a um anseio de Feira de Santana do século XIX: um ramal ferroviário ligando o município a Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), no Vale do São Francisco. Informações apontam que a ferrovia entre Feira de Santana e Juazeiro alcançará 400 quilômetros de extensão, interligando-se, a partir daí, ao município de Parnamirim, em Pernambuco, estendendo-se por mais 180 quilômetros (BRASIL, 2014a). Essa ferrovia também vai se articular à ferrovia Transnordestina, contribuindo para adensar a malha ferroviária no semiárido do Nordeste. Um dos efeitos previstos é a disponibilidade de mais uma alternativa para o escoamento da produção agrícola do Vale do São Francisco, particularmente as frutas que dispõem de grande demanda nos maiores centros consumidores do país. Com esse novo ramal, abre-se a perspectiva de agilizar o escoamento da produção.

A constituição de um ramal ferroviário soma-se a uma intervenção fundamental no modal rodoviário: a duplicação da BR 101 no trecho que corta a Bahia,

Em 2013[...] foi realizada uma primeira audiência pública em Feira de Santana para discutir a implantação da ferrovia, visando coletar propostas dos segmentos interessados

A duplicação do trecho norte da Avenida de Contorno, que circunda parte do perímetro urbano do município, é outra promessa que se encontra em fase de ação preparatória

beneficiando diversos municípios baianos, inclusive Feira de Santana, cuja distância da rodovia é de apenas 15 quilômetros. No entanto, no primeiro semestre do ano, estava-se apenas em fase de licitação do projeto (BRASIL, 2014b). A duplicação do trecho norte da Avenida de Contorno, que circunda parte do perímetro urbano do município, é outra promessa que se encontra em fase de ação preparatória e, quando efetivada, provavelmente vai diminuir os constantes engarrafamentos e acidentes no perímetro urbano do município (BRASIL, 2014c).

Outro equipamento que vai contribuir para fortalecer a vocação multimodal de Feira de Santana é a reativação do Aeroporto Governador João Durval Carneiro. O equipamento recebeu investimentos de um consórcio privado e vai operar mediante concessão, com investimento total previsto de R\$ 50 milhões (BAHIA, 2013). A expectativa é que opere, sobretudo, o transporte de cargas, embora também estejam previstos voos comerciais, o que constitui uma das principais lacunas no sistema de transportes do município.

O anúncio desses investimentos abre perspectivas promissoras para Feira de Santana. O efeito mais evidente é o impulso sobre as atividades econômicas no município, com o consequente impacto sobre o mercado de trabalho. O desenvolvimento de novas atividades tende a elevar a demanda por trabalhadores, sobretudo nos segmentos mais vinculados aos transportes. Outro efeito positivo é a dinamização dos próprios empreendimentos já em funcionamento

em Feira de Santana, que contarão com canais mais ágeis para a circulação da produção e de matérias-primas, traduzindo-se em redução de custos e maior competitividade.

A maior agilidade no sistema de transportes também tende a fortalecer o papel de Feira de Santana como polo regional de comércio. O acesso a mercadorias ofertadas com custos de transportes menores possibilitará o aumento da demanda por consumidores dos municípios do entorno. Somados, esses elementos assegurarão o impulso final para tornar Feira de Santana o maior centro logístico do interior do Norte-Nordeste brasileiro, atendendo às expectativas dos produtores locais.

Esse cenário favorável, porém, depende de que todos os investimentos anunciados se concretizem. Assim, eles permitirão a Feira de Santana viver uma nova reconfiguração logística, tornando-se, de fato, um centro multimodal e assumindo uma posição privilegiada na circulação de cargas e passageiros. As obras anunciadas devem ser vistas, todavia, sem euforia demasiada, já que uma série de obstáculos ainda precisa ser superada.

A primeira ressalva é de ordem política: anunciadas com pompa, essas obras estão sujeitas aos vaivéns da política partidária, porque sequer foram iniciadas, o que pode acarretar reviravoltas adiante, sobretudo em função de eleições. O segundo reparo refere-se à forma de execução: anunciam-se Parcerias Público-Privadas (PPP) como modelo mais adequado para a

A maior agilidade no sistema de transportes também tende a fortalecer o papel de Feira de Santana como polo regional de comércio

construção e exploração das obras, só que especialistas já enxergam dificuldades na atração de investidores, interessados, sobretudo, nas taxas de retorno que podem não corresponder às expectativas (BRITO, 2013; VILAS BOAS, 2013).

Dessa forma, uma ampliação dos modais disponíveis em Feira de Santana, principalmente se as ferrovias previstas se conectarem à Transnordestina e à FIO, pode alavancar a economia local, produzindo efeitos similares àqueles observados a partir dos anos 1950, quando os investimentos das duas décadas anteriores foram concluídos, impulsionando o comércio e, sobretudo, a indústria.

CONSIDERAÇÕES

Reconfigurações logísticas não costumam acontecer com frequência, mas, quando viabilizadas, produzem efeitos positivos sobre as atividades produtivas das localidades beneficiadas. Foi o que aconteceu em Feira de Santana entre os anos 1960 e 1980, quando a ampliação da malha viária, ocorrida até os anos 1950, impulsionou o comércio local e viabilizou a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), importante vetor econômico para o município.

As intervenções anunciadas pelo governo federal para os próximos anos, caso se concretizem, poderão gerar um novo impulso sobre a economia feirense, articulando-a mais solidamente com o Sudeste e com os demais estados do Nordeste e inserindo o município e o estado no novo cenário logístico que se desenha para o Brasil nos próximos anos. Contribuirão também para viabilizar a multimodalidade no município, que hoje só dispõe da malha rodoviária como atrativo logístico.

É necessário ressaltar que, apesar dos anúncios otimistas e dos prazos generosos, essas intervenções costumam levar anos para se materializar, estando ainda sujeitas a uma série de intempéries políticas antes de se concretizar. No entanto, concretizando-se, não restam dúvidas que representarão uma nova guinada no sistema de transportes de Feira de Santana, credenciando o município para novo ciclo de crescimento no futuro.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. . 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-05/primeiro-leilao-de-ferrovias-do-programa-de-investimentos-do-governo-esta-previsto-para-outubro>>. Acesso em: 1 ago. 2014.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, 1936. 248 p.
- _____. Salvador: SEI, 1937. 264 p.
- BAHIA. Secretaria do Turismo. . 2013. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/2013/05/29/aeroporto-de-feira-de-santana-sera-reformado-e-deve-receber-primeiro-voo-em-seis-meses/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. . 2013a. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/noticia/conteudo/id/82237/module/default>>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. . Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/noticia/conteudo/id/80028>>. Acesso em: 27 jul. 2014a.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. Agência Nacional de Transportes Terrestres. : estudo de engenharia: trecho Feira de Santana/BA – Ipojuca/PE. Brasília: ANTT, 2013b. Relatório 2. v. 1.
- _____. : ferrovia Belo Horizonte/MG – Salvador/BA. Brasília: ANTT, [200-?]. Relatório 2, v. 1.
- BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento. : trecho duplicação divisa BA/SE. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/obra/2489>>. Acesso em: 30 jul. 2014b.
- _____. : contorno Norte de Feira de Santana-BA. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/obra/77306>>. Acesso em: 30 jul. 2014c.
- BRITO, Agnaldo. Concessão de ferrovias tem ‘amarras’ e retorno é ‘baixíssimo’, dizem empresas. , São Paulo, 3 abr. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/04/1256631-taxas-de-retorno-de-concessoes-de-ferrovias-sao-baixasimas-dizem-empresas.shtml>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL; BAHIA. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia. . Salvador: SEPLANTEC, [198-?]. 164 p.

POMPONET, André. Caminhos para o Oeste: perspectivas para a infraestrutura de transportes na Bahia. , Salvador, v. 17, n. 3, p. 1067-1076, out./dez. 2007.

POPPINO, Rollié. . Salvador: Editora Itapuã, 1968.

TAVARES, Luís Henrique. . 2. ed. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974. 257 p.

VILAS BOAS; Roberto. Taxas de retorno para concessões de ferrovias são “baixíssimas”, diz Associação. , São Paulo, abr. 2013. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE93204U20130403>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

ZORZO, Francisco Antônio. Retornando à história da rede viária baiana: o estudo do dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). , Feira de Santana, n. 22, p. 99-115, jan./jun. 2000.



Análise do nível de implantação dos parques nacionais no estado da Bahia¹

Carolina de Andrade Spinola*

Ive Lima Leal**

Naira Brandão Silvério***

A criação de unidades de conservação está diretamente associada à necessidade da proteção do patrimônio biológico de áreas ameaçadas. A perda de biodiversidade é um problema mundial. O relatório Planeta Vivo contabilizou um declínio de 28% das riquezas naturais, entre os anos de 1970 e 2008 (WORLD WILDLIFE FUN, 2013). O Brasil é considerado o país de maior megadiversidade² do planeta, reunindo aproximadamente 12% de toda a sua vida natural, distribuída em 55 mil espécies de plantas superiores (22% de todas as que existem no mundo), muitas delas endêmicas; 524 espécies de mamíferos; mais de três mil espécies de peixes de água doce; entre dez e 15 milhões de insetos (a maioria ainda por ser descrita) e mais de 70 espécies de psitacídeos: araras, papagaios e periquitos (INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE, 2013).

* Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona (UB) e mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente da Universidade Salvador (Unifacs). carolina.spinola@unifacs.br

** Graduanda em Engenharia Ambiental pela Universidade Salvador (Unifacs). Bolsista de iniciação científica do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente da Unifacs. iveleal@gmail.com

*** Graduada em Turismo e mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (Unifacs). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente da Unifacs. nairabrandao@gmail.com

¹ A presente pesquisa contou com o financiamento da Fapesb.

² Megadiversidade é um termo utilizado para denominar territórios com alto grau de diversidade biológica.

Toda essa diversidade biológica, contudo, encontra-se ameaçada em decorrência do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país e pela pouca prioridade dada às questões ambientais até as duas últimas décadas do século passado, quando a criação de Unidades de Conservação (UC), notadamente as de proteção integral³, tornou-se o caminho mais lógico para o estabelecimento de uma estratégia de proteção destes ecossistemas. Todavia, diversos estudos sobre o tema, e dentre eles cabe destacar o da World Wildlife Fund – WWF (1999), apontam para o risco ambiental que correm as UC de Proteção Integral no Brasil, notadamente os Parques Nacionais (Parnas), o que, em face do seu baixo nível de implantação, os fazem ser conhecidos como “parques de papel”. O sistema de gestão adotado e a falta de recursos humanos, financeiros e informacionais por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que é o órgão gestor, aparecem, na bibliografia referenciada, como os principais motivos que concorrem para essa realidade.

O Brasil conta, atualmente, com 68 Parnas, que se estendem por uma área de 252.226 km² ⁴, estando dez deles situados no estado da Bahia⁵. Entender em que nível se encontra a implantação desses parques localizados na Bahia e, conseqüentemente, a sua capacidade de manter os ecossistemas “protegidos”, foi o objetivo da pesquisa que deu origem a este artigo. Para tanto, utilizou-se dos procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental, através de consultas a estudos da World Conservation Monitoring Centre (WCMC), da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), do WWF; da revisão dos planos de manejo das unidades que os possuem; de consultas ao Relatório Parametrizado do Cadastro Nacional de

O Brasil conta, atualmente, com 68 Parnas, que se estendem por uma área de 252.226 km², estando dez deles situados no estado da Bahia

Unidades de Conservação e de informações obtidas através do e-SIC⁶ do ICMBio. A análise concentrou-se em seis variáveis relacionadas com o planejamento e a gestão dos parques nacionais: existência de conselho consultivo e de plano de manejo, infraestrutura para visitação, quantidade de funcionários, regularização fundiária e existência de conflitos com populações tradicionais.

HISTÓRICO E PANORAMA DOS PARQUES NACIONAIS NO BRASIL

No final do século XIX, já era representativo, no Brasil, o grupo de personalidades influentes que defendiam a conservação da natureza, a exemplo dos escritores Euclides da Cunha, Roquete Pinto, Alberto Torres, Gustavo Barroso e Alberto José Sampaio, do jurista Afonso Arinos e do engenheiro André Rebouças. Este último, em 1876, inspirado pela criação do Parque Nacional de Yellowstone (nos EUA), propôs, pela primeira vez, a instalação de parques nacionais no país, que deveriam se localizar, segundo ele, na Ilha do Bananal e em Sete Quedas. Mas a primeira ação concreta no sentido de se criarem espaços protegidos somente aconteceu 20 anos mais tarde, em 1896, com a criação, em São Paulo, do Horto Florestal da Cantareira (DIEGUES, 1998). Apenas em 1937 foi criado o primeiro parque nacional brasileiro, que veio a ser o de Itatiaia.

3 As Unidades de Conservação brasileiras estão distribuídas em dois grupos: Uso Sustentável e Proteção Integral. As primeiras permitem o manejo sustentável de seus recursos, enquanto as segundas (grupo ao qual pertencem os parques nacionais) são mais restritivas, permitindo em seus limites apenas a pesquisa científica e o ecoturismo.

4 Após a conclusão deste artigo, foi criada mais uma unidade, no estado do Paraná, elevando para 69 esse quantitativo.

5 Histórico do Monte Pascoal, Marinho dos Abrolhos, Chapada Diamantina, Pau Brasil, Descobrimento, Serra das Lontras, Boa Nova, Alto Cariri, Nascentes do Rio Parnaíba e Grande Sertão Veredas, sendo que os dois últimos são compartilhados com os estados vizinhos de Maranhão, Piauí e Tocantins; e Minas Gerais, respectivamente.

6 Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão.

Década	Nº PARNAS criados	Percentual (%)
1930	3	4,4
1940	0	0
1950	3	4,4
1960	8	11,8
1970	6	8,8
1980	17	25
1990	7	10,3
2000	24	35,3
Total	68	100

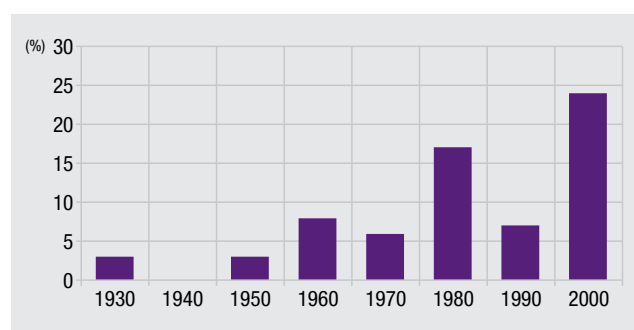


Figura 1
Brasil - Quantidade de parques nacionais criados por década

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2012).

A expansão do número de parques foi bastante lenta, pois, sucedendo o pioneiro, em 1939, foram criados os parques de Iguaçu (Paraná) e Serra dos Órgãos (Rio de Janeiro), e apenas em 1948 foi criado o Parque Nacional de Paulo Afonso, na Bahia⁷.

Em 1965, com o novo Código Florestal (Lei nº 4771/65), foram dispostos os objetivos dos parques nacionais, estaduais, municipais e reservas biológicas, restringindo-os a usos educacionais, recreativos e científicos, que vieram a ser reforçados pela Lei nº 7875/1989. A legislação em vigor, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi estabelecida pela Lei nº 9.985, de 28 de julho de 2000, e regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

A administração das UC brasileiras, desde 2007, é uma atribuição do ICMBio, uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A Lei nº 9985/00, que instituiu o SNUC, estabeleceu critérios e normas para criação, implementação e gestão das UC. Segundo o artigo 11º da legislação:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de

recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL, 2000, p. 5).

As normas que definem e caracterizam essa categoria de UC são as que se seguem:

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento (BRASIL, 2000, p. 5-6).

Os parques são administrados através de um documento técnico, denominado Plano de Manejo, que estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos seus recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000). Para esse fim, é necessária a constituição de um conselho consultivo com o propósito de acompanhar a implantação do Parque Nacional (Parna) em todas as suas etapas. De acordo com o que prevê o SNUC, toda UC deve ter seu próprio conselho, presidido pelo órgão de responsabilidade administrativa

⁷ Esse parque foi extinto anos mais tarde em função da necessidade de aproveitamento hidrelétrico do Rio São Francisco.

A Região Norte destaca-se com a maior parcela dos parques nacionais do território brasileiro (31%), seguida do Nordeste (29%), do Sudeste/Sul (ambos com 15%) e do Centro Oeste (10%)

e composto por representantes da sociedade e dos órgãos públicos federais.

Atualmente, a Região Norte destaca-se com a maior parcela dos parques nacionais do território brasileiro (31%), seguida do Nordeste (29%), do Sudeste/Sul (ambos com 15%) e do Centro Oeste (10%). O bioma da Mata Atlântica concentra o maior número de Parnas no Brasil, com 31% das unidades. No outro extremo, os biomas Pampa e Caatinga são os menos protegidos por esta categoria de UC.

Embora a Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, disponha que o Plano de Manejo deve ser elaborado em um prazo máximo de cinco anos, decorridos da data de criação da UC, esta determinação é dificilmente cumprida, haja vista que 43% do total dos Parnas brasileiros ainda não o possuem elaborado ou concluído. Embora distante do ideal, esse indicador tem evoluído, pois, segundo Spinola (2005), até o ano de 2004, o total de parques sem o Plano de Manejo elaborado alcançava o preocupante patamar dos 58%.

Estudo realizado pela World Conservation Monitoring Centre (1999)⁸ revelou que o número médio de pessoas empregadas em unidades de conservação de uso indireto nos países em desenvolvimento era de 27

8 Não foram encontrados dados mais recentes sobre esse indicador.

funcionários por mil km², o Brasil, entretanto, apresentava uma relação de três funcionários por mil km², número compatível com o registrado por outros países latino-americanos, a exemplo de Colômbia, Chile e Panamá, mas bem abaixo da média norte-americana (33 funcionários/mil km²) ou da verificada em alguns países africanos como Burundi (228), Gana (52), Quênia (123) ou Zimbábue (81) que investem maciçamente no ecoturismo. Ainda em relação aos chamados países em desenvolvimento, os funcionários de campo correspondiam a 80% do total. Dados mais recentes do ICMBio apontam para um declínio nestes indicadores. De acordo com o órgão, a área protegida por UC federais e terras indígenas no Brasil, contaria hoje com 3.200 agentes de fiscalização – incluindo servidores do ICMBio, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) –, o que resultaria em uma relação de 579 km² de área para cada funcionário de campo ou 1,78 funcionário para cada mil km² (CARVALHO, 2014). Se for observado que esse dado refere-se a um conjunto mais amplo de espaços protegidos, pode-se inferir que a realidade para os Parnas ainda é mais preocupante.

PARQUES NACIONAIS BAIANOS: PANORAMA E ESTÁGIO DE IMPLANTAÇÃO

A Bahia é o estado do país que mais tem UC de Proteção Integral “transfronteiriças”, ou seja, compartilhadas com outros estados (Maranhão, Piauí, Tocantins e Minas Gerais), mas, ao presente artigo, cabe apenas tratar dos oito Parnas estritamente localizados em território baiano. A Tabela 4 os apresenta em suas áreas e limites, e informa o ano de sua criação e a sigla atribuída a cada um deles ao longo deste trabalho.

A distribuição dos parques nacionais baianos, por bioma, segue a mesma lógica verificada em âmbito nacional, com 60% das unidades localizadas na Mata Atlântica, 20% no Cerrado, e o percentual restante partilhado entre os biomas Caatinga e Marinho Costeiro (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE, 2012).

Tabela 1
Parques Nacionais localizados em território baiano – 2013

Parque Nacional	Sigla	Área em hectares	Data de Criação	Estado da Sede (1)
Histórico de Monte Pascoal	PNHMP	22.331,91	29 de novembro de 1961	BA
Marinho de Abrolhos	PNMA	87.942,03	6 de abril de 1983	BA
Chapada Diamantina	PNCD	152.141,87	17 de setembro de 1985	BA
Grande Sertão Veredas	PNGSV	230.853,42	12 de abril de 1989	MG e BA
Pau-Brasil	PNPB	18.934,30	20 de abril de 1999	BA
Descobrimento	PND	22.693,97	20 de abril de 1999	BA
Nascentes do Rio Parnaíba	PNNRP	724.324,61	16 de julho de 2002	PI, MA, BA e TO
Serra das Lontras	PNSL	11.343,69	11 de junho de 2010	BA
Boa Nova	PNBN	12.065,00	14 de junho de 2010	BA
Alto Cariri	PNAC	19.238,02	14 de junho de 2010	BA

Fonte: ICMBio, disponível no site www.icmbio.gov.br, acesso no dia 22 de março de 2013. Elaboração própria.

(1) Quando aparecerem dois ou mais estados, a UC estará vinculada administrativamente ao que vier primeiro.

O Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal (PNHMP) foi o primeiro a ser criado na Bahia, na década de 60, localizado no extremo sul do estado, entre os municípios de Porto Seguro e Prado. O seu potencial ecoturístico está associado à realização de diversas atividades recreativas, como: caminhadas em trilhas e praias, banhos de mar ou rio, contemplação da natureza, observação de fauna e flora, canoagem, passeios de barco, participação em manifestações culturais indígenas, vivência do modo de vida local, degustação da culinária indígena e compra de artesanato. O parque recebe visitação e o valor do ingresso é R\$ 5,00, por pessoa.

Aproximadamente duas décadas mais tarde, ainda no extremo sul do estado, criou-se o primeiro e único parque de bioma marinho da Bahia, o Parque Nacional Marinho de Abrolhos (PNMA), que se localiza nos limites do município de Caravelas. A principal motivação para sua criação foi proteger a enorme diversidade de recifes de corais e fauna marinha existentes nessa região da ameaça representada pelas atividades de caça e pesca e de exploração de hidrocarbonetos. Abrolhos tem como principais atividades o mergulho, os passeios de barco e a observação de baleias, e recebe, anualmente, mais de 15 mil visitantes, monitorados pelo ICMBio e pelo Instituto Baleia Jubarte⁹.

O Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal (PNHMP) foi o primeiro a ser criado na Bahia, na década de 60, localizado no extremo sul do estado, entre os municípios de Porto Seguro e Prado

Localizado no centro-oeste do estado, o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) é o mais conhecido de todos e abrange áreas dos municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. Criado em 1985, objetiva proteger e conservar a diversidade de ambientes encontrados na região, que foram muito impactados no período colonial pela atividade mineradora (ouro e diamante) e pela criação de gado (SPINOLA, 2005). É o maior parque estritamente baiano, com 152.141,87 ha de área, contendo mananciais de água doce, morros e picos, cavernas, grutas e sumidouros, demonstrando enorme potencial para o turismo de aventura: escalada, flutuação e canoagem, *mountain bike*, passeio a cavalo, quadriciclo, *trekking*, rapel,

⁹ Informação disponível em <http://bahia.com.br/cidades/abrolhos-caravelas/>.

tiroleza e também para o turismo comunitário em comunidades quilombolas. O PNCD apresenta grande fluxo de visitantes, sendo uma parcela significativa destes de origem estrangeira, mas seu sistema de monitoramento é deficiente e irregular, realizado pelos próprios condutores de visitantes.

O Parque Nacional do Pau-Brasil (PNPB) foi criado em 1999, também no extremo Sul da Bahia, restrito ao município de Porto Seguro. Seu intuito é preservar esta que foi a primeira porção de terra avistada pelos portugueses e proteger e preservar amostras do ecossistema de Mata Atlântica ali existente. A região onde hoje existe o PNPB sofria com a exagerada extração madeireira, caça e pesca predatória e tráfico de animais silvestres, comprometendo a biodiversidade da região. Também possui um relevante patrimônio cultural, com reservas indígenas, principalmente pertencentes a aldeias da nação Pataxó, e registra alguma visitação, embora seus dados não sejam conhecidos.

Localizado também no extremo sul do estado, no município de Prado, o Parque Nacional do Descobrimento (PND) representa o maior fragmento de floresta tropical (Mata Atlântica) do Nordeste. A unidade ainda não recebe visitantes, mas tem potencial ecoturístico, voltado principalmente para a realização de trilhas ecológicas e observação da natureza (fauna e flora). É considerada uma das últimas áreas remanescentes de Mata Atlântica, com diversas espécies endêmicas.

A região onde hoje existe o PNPB sofria com a exagerada extração madeireira, caça e pesca predatória e tráfico de animais silvestres, comprometendo a biodiversidade da região

Também possui aldeias de índios da etnia Pataxó em seus limites.

Os três parques mais recentes foram criados em junho de 2010: o Parque Nacional de Boa Nova (PNBN) nos municípios de Boa Nova, Manoel Vitorino e Dário Meira, no sudoeste do estado, guarda uma das regiões mais ricas em aves do Brasil, tendo sido identificadas, até o momento, 428 espécies. Por este motivo, já se destaca pelas atividades de *birdwatching*, desde meados da década de 90; o Parque Nacional da Serra das Lontras (PNSL) localiza-se entre os municípios de Arataca e Una, e o Parque Nacional do Alto do Cariri (PNAC) fica em Guaratinga, também no sul do estado, e ambos destinam-se à preservação de remanescentes da Mata Atlântica.

Dos oito parques estudados, apenas três apresentam Plano de Manejo consolidado: Abrolhos, Chapada Diamantina e Monte Pascoal (PNMA, PNCD e PNHMP), o que representa 37,5% do total¹⁰. Quanto a este elemento de análise, chama a atenção a inexistência deste instrumento de manejo nos casos dos parques de Pau Brasil e Descobrimento, o primeiro criado há 52 anos e o segundo já com uma década de existência.

Dos parques estudados, apenas os três mais recentes (Serra das Lontras, Alto do Cariri e Boa Nova) ainda não possuem Conselho Consultivo estabelecido. O fato de terem sido criados há pouco tempo, em parte “justifica” o atraso na criação deste instrumento. Todavia, quando a legislação exige um prazo máximo de cinco anos para a aprovação do Plano de Manejo e este, para existir, depende da aprovação do Conselho Consultivo, avalia-se que o atraso na consolidação dessas estruturas já é muito grande.

Quanto ao número de funcionários alocados, considerando as informações disponíveis para cinco das oito unidades estudadas, percebe-se que a relação existente entre o total de funcionários (administrativos

¹⁰ No caso do PNHMP, o ICMBio disponibiliza para visualização um documento sem data e datilografado, que provavelmente deve ter sido elaborado quando da criação do parque. De qualquer forma, este documento deve necessitar de atualizações. Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (2012).

e operacionais) e a área protegida é bem mais confortável que a média nacional. Todavia, 90% deles estão alocados em atividades-meio, ou seja, na área administrativa. Se for considerada a mesma proporção para os funcionários de campo, apenas duas unidades a apresentam sem, contudo atingir a média dos países em desenvolvimento calculada pelo WCMC (Tabela 2). A dificuldade na alocação de pessoal nas atividades-fim tem levado o órgão gestor a testar alternativas viáveis de fiscalização, a exemplo do Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT), também conhecido como “drone”, que já está sendo testado no PNPB (CARVALHO, 2014).

Os sucessivos cortes orçamentários vêm limitando cada vez mais a capacidade de o governo federal dedicar recursos para as áreas protegidas. Por isso, torna-se urgente a elaboração de estudos detalhados sobre a atual condição de implementação e vulnerabilidade das UC para que se possa priorizar e racionalizar os recursos existentes. Os dados disponíveis sobre a dotação orçamentária federal para a gestão das UC, de domínio público, são insuficientes para a realização de qualquer tipo de análise, pois, além de não integrarem uma série histórica padronizada e comparável, não se encontram desagregados por unidade da Federação ou por categoria de manejo.

De acordo com a World Wildlife Fund (1999), 45% das UC de uso indireto no Brasil têm menos da metade dos recursos necessários para a sua implementação. Isso se justifica, em parte, pelo faturamento inexpressivo dessas unidades. No caso dos Parnas brasileiros, apenas 11

De acordo com a World Wildlife Fund (1999), 45% das UC de uso indireto no Brasil têm menos da metade dos recursos necessários para a sua implementação

têm registro de arrecadação de receitas e, destes, somente os parques da Tijuca e de Iguaçu apresentam uma situação financeira superavitária, tendo arrecadado, juntos, R\$ 24,3 milhões em 2011 (PARO, 2012).

Nenhum parque da Bahia é superavitário. A visitação é permitida em cinco unidades, mas a cobrança de ingressos, todavia, somente acontece nos parques de Monte Pascoal e Marinho de Abrolhos, que são os únicos que apresentam alguma estrutura de visitação. Cabe observar que a visitação ocorre, inclusive, em parques que ainda não possuem o Plano de Manejo aprovado, como é o caso de Boa Nova e Pau Brasil. A ausência do Plano de Manejo inviabiliza o planejamento da visitação e a instalação da infraestrutura mínima específica para a sua realização, a exemplo de trilhas, pontes, *piers*, centros de visitantes, refúgios, etc.

Tabela 2
Parnas da Bahia, quantidade de funcionários por tipo de alocação – 2013

Parque nacional	Atividade fim	Atividade meio	Total	Total func./mil km ²	Func. campo/mil km ²
Histórico do Monte Pascoal	(i)	(i)	0	0	0
Marinho dos Abrolhos	0	5	5	5,68	0
Chapada Diamantina	7	54	61	40,1	4,6
Parque Nacional Pau Brasil	5	7	12	63,37	26,4
Descobrimento	(i)	(i)	0	0	0
Serra das Lontras	0	3	3	26,44	0
Boa Nova	0	8	8	66,67	0
Alto Cariri	(i)	(i)	0	0	0

Fonte: Relatório Parametrizada UC, atualizado em 2012, disponível no site <http://www.mma.gov.br>, acesso no dia 27 de maio de 2013. Elaboração própria.

(i) Dos relatórios fornecidos pelo CNUC, para os PARNAS: Monte Pascoal, Descobrimento e Alto Cariri a respeito de funcionários, não houve nenhuma informação disponível para consulta.

TABELA 3
Situação dos Parques Nacionais baianos em relação aos principais parâmetros de implantação avaliados, 2013

Parâmetros avaliados	Monte Pascoal	Abrolhos	Chapada Diamantina	Pau Brasil	Descobrimento	Serra das Lontras	Boa Nova	Alto Cariri	Total	%
Existência de Plano de Manejo aprovado									3	37,5
Plano de Manejo elaborado com menos de 5 anos após a criação da Unidade									1	12,5
Número de funcionários satisfatório (1)									3	37,5
Aberto para visita com alguma infraestrutura									2	25
Conflito com populações tradicionais									4	50
Existência de conselho consultivo (2)									5	62,5
Mais de 50% da situação fundiária regularizada									2	25

Fonte: Elaboração própria.

(1) Considerou-se os Parnas que divulgaram informação sobre esse parâmetro e com quantidade de funcionários acima da média dos países em desenvolvimento.

(2) Considerou-se a existência das Atas das últimas reuniões dos Conselhos Consultivos.

Quanto à regularização fundiária, este item também ainda é um grande entrave para os gestores de UC no Brasil, em especial no caso dos Parnas, cuja legislação é bastante restritiva, não permitindo a presença de qualquer tipo de residente, ainda que pertencente à população tradicional¹¹, o que gera um conflito legal e social. Na Bahia, 63% dos parques apresentam populações tradicionais residentes em seus limites. O Parna Marinho de Abrolhos é o único, dentre os baianos, que não apresenta problemas relativos à situação fundiária, já que seu território está em zona marinha. Em alguns casos, a resolução desse conflito é ainda mais complicada por envolver povos indígenas, a exemplo do que acontece com a tribo dos Pataxós Hã-hã-hãs, no PNPB, e com a Terra Indígena Barra Velha, homologada em 1991 (Decreto Homologatório nº 396/1991), que apresenta 8.627 ha integralmente sobrepostos aos limites do PNHMP. Já o PNCD, apesar de possuir Plano de Manejo, no qual é prevista a desapropriação

de áreas particulares e retirada das populações, possui, atualmente, apenas 60% de seu território em situação regular¹².

A fim de sintetizar a situação dos Parnas baianos em relação aos principais indicadores de implantação levantados neste artigo, elaborou-se a Tabela 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Parnas foram concebidos, no Brasil, como UC de Proteção Integral que visam à preservação de áreas com grande interesse ecológico. Sendo um país megadiverso, é inegável o esforço feito pelo governo no sentido de ampliar a extensa malha de espaços protegidos pelo SNUC. Nunca se criaram tantos parques nacionais quanto na primeira década deste século. Todavia, ampliar o sistema de unidades protegidas não consiste, apenas, em criar novas unidades, mas, também, na consolidação das unidades já existentes que, conforme demonstrado neste artigo, carecem

11 Pela Constituição Federal de 1988, "Povos e Comunidades Tradicionais são grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Estes grupos devem se organizar de forma distinta, ocupar e usar territórios e recursos naturais para manter sua cultura, tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, economia e ancestralidade".

12 Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3947&Itemid=17. Acesso em: 8 maio 2013.

de condições mínimas de funcionamento capazes de assegurar seus objetivos.

A Bahia tem dez Parnas, sendo que quatro deles foram criados na última década. Verificou-se uma grande dificuldade na obtenção de informações atualizadas sobre o planejamento e a gestão dessas unidades, mas, com base nos dados levantados e apresentados neste artigo, concluiu-se que os parques baianos não diferem da realidade nacional e apresentam baixos níveis de implantação em quase todas as variáveis investigadas.

No que diz respeito ao planejamento das unidades, a existência de conselhos consultivos foi um indicador positivo, tendo em vista que apenas 37,5% ainda não os possuem, sendo esse o caso das unidades mais novas. Já o Plano de Manejo, documento basilar para qualquer ação de manejo que se pretenda realizar nestes espaços protegidos, foi encontrado em apenas 37,5% dos parques. Quando se amplia a análise deste indicador para a exigência legal de sua elaboração em um prazo máximo de cinco anos, a contar da criação da unidade, verifica-se que ela foi cumprida em apenas uma das unidades estudadas, no PNMP, cujo documento já requer atualizações.

A despeito da dificuldade para encontrar as informações necessárias, pode-se constatar que o manejo dos Parnas ressenete-se da pequena quantidade de fiscais de campo, atuando no monitoramento das atividades com potencial de conflito. Cerca de 90% dos funcionários das unidades são administrativos e, em alguns dos casos analisados, eles correspondem à totalidade das pessoas alocadas.

Por maior que seja o orçamento público destinado à implantação e à gestão de espaços protegidos, os parques nacionais não podem prescindir das receitas auferidas com a visitação, um dos seus objetivos principais. Apenas 25% dos parques baianos possuem estrutura de visitação com cobrança de ingressos e algum tipo de monitoramento da atividade, sendo que o mais famoso de todos eles e, provavelmente, o que apresenta a maior quantidade de turistas, o PNCD, não se encontra neste pequeno grupo.

Dentre os principais problemas enfrentados pelas unidades para viabilizarem essa importante fonte de financiamento está, além da elaboração de seus planos de manejo, a regularização fundiária. Pelo SNUC, a propriedade das terras de um parque nacional deve pertencer à União. Todavia, na Bahia, apenas 25% das unidades possuem mais de 50% de sua área regularizada. Isto acontece em decorrência de dois problemas principais: as dificuldades orçamentárias para fazer frente a um montante indenizatório cada vez maior, por conta das desapropriações, e a dificuldade para lidar com as populações tradicionais que habitam em seu interior.

Também de acordo com o SNUC, concebido sob a influência do modelo americano de parques nacionais, as populações tradicionais não podem permanecer nestes espaços, independentemente do vínculo ancestral que possuam com eles. Essa é uma realidade na metade das unidades estudadas e alcança contornos mais preocupantes no sul do estado em que há sobreposições entre o perímetro dos parques e as terras indígenas. Esse fato levanta um conflito de difícil solução perante a legislação vigente e suscita questionamentos sobre a adequação da categoria de manejo “Parque Nacional” nestas situações. Ainda em relação às populações tradicionais, elas têm o potencial de assumir o papel de grandes aliadas da conservação, diminuindo a pressão existente, hoje, nestes espaços. Observando-se a experiência internacional em países como Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, estes moradores podem, ao ter os seus direitos respeitados, participar ativamente da gestão e da fiscalização dos parques. Um primeiro passo foi dado no PNHMP, onde a condução dos visitantes é feita exclusivamente por indígenas das aldeias locais.

O cenário exposto por este artigo, para os Parnas da Bahia, aponta para a necessidade de maiores dotações orçamentárias para a conservação. Ao mesmo tempo, alimenta a discussão sobre o modelo mais apropriado de parque nacional para países megadiversos, com as mesmas características sociais do Brasil. Algumas questões importantes se colocam e não podem demorar de ser respondidas: o que fazer com as comunidades tradicionais que habitam esses espaços, respeitar o

seu direito à terra e a sua ancestralidade, tornando-as aliadas no objetivo da conservação, ou desapropriá-las, gerando conflitos sociais e onerando os cofres públicos com um montante cada vez mais crescente de indenizações? A segunda alternativa já foi escolhida em outros países e implicaria na redefinição da categoria de manejo Parna no âmbito do SNUC. Por sua vez, em se mantendo o enquadramento atual, de onde virão os recursos para a manutenção das unidades, uma vez que as medidas necessárias para a implementação de um sistema de visitação não conseguem alcançar o seu ritmo de expansão? Por que não ampliar o sistema de concessões e contar com a parceria da iniciativa privada nos esforços de manejo dos parques mais visitados? Essas e outras questões dão margem a novos trabalhos e estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- _____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 23 ago. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 10 maio 2013.
- _____. Decreto nº 396, de 24 de dezembro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Barra Velha, no Estado da Bahia. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 dez. 1991. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-396-24-dezembro-1991-449609-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- _____. Lei nº 7.875, de 13 de novembro de 1989. Modifica dispositivo do Código Florestal vigente (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) para dar destinação específica a parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 nov. 1989. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=110627&norma=133312>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 10 maio 2013.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. *Unidade de Conservação*. Brasília, DF: MMA, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- _____. *Relatório parametrizado de Unidades de Conservação*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>>. Acesso em: 27 maio 2013.
- CARVALHO, C. *Brasil tem só um fiscal por 579 km² de área protegida*: falta de agentes facilita desmatamento em unidades de conservação e terras indígenas. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 27 jan. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/brasil-tem-so-um-fiscal-por-579-km-de-area-protegida-11410382#ixzz2wdBmkb8X>>. Acesso em: 21 mar. 2014.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998. 169 p.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Planos de Manejo*. Brasília, DF: MMA, 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. *A-Z areas of biodiversity importance*. Disponível em: <<http://www.biodiversitya-z.org/areas/26>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- IRVING, M.; AZEVEDO, J. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002. 219 p.
- MARINS, M. *ICMBio assina primeira aquisição de propriedade do PNCD*. Palmeiras, BA, 2 mar. 2012. Disponível em: <<http://parnachapadadiamantina.blogspot.com.br/2012/03/icmbio-assina-primeira-aquisicao-de.html>>. Acesso em: 22 ago. 2014.
- PARO, D. Apenas 2 parques nacionais no país não têm contos no vermelho. *Jornal Gazeta do Povo*, Londrina, PR, 7 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1272795>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

SANSOLO, D. Turismo: aproveitamento da biodiversidade para a sustentabilidade. In: IRVING, M.; AZEVEDO, J. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002, 219 p.

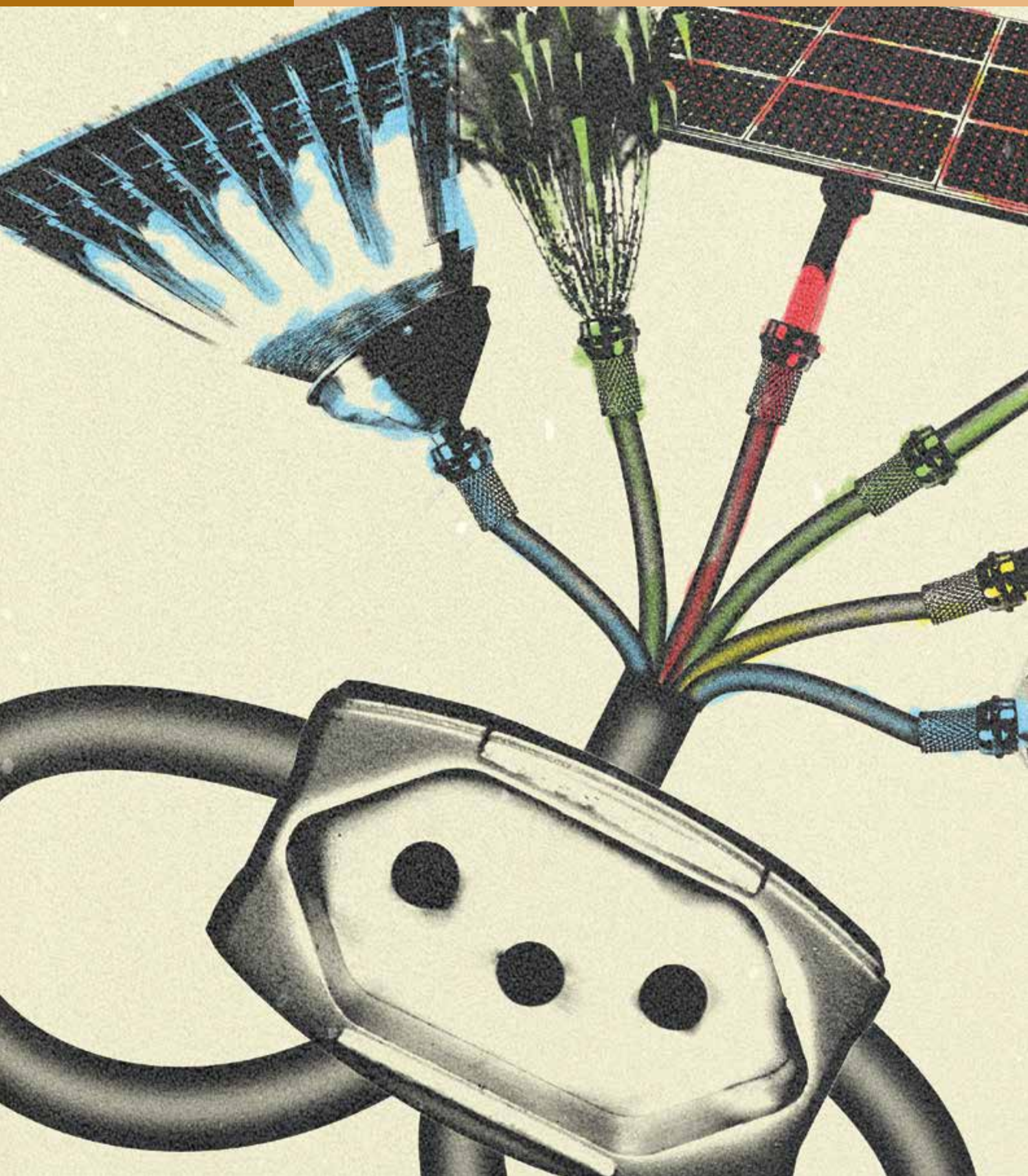
SERRANO, C. M. T.; BRUHS, H. T. (Org.). *Viagens à natureza*. São Paulo: Papirus, 2001. p. 103-124.

SPINOLA, C. *Ecoturismo em espaços naturais de proteção integral no Brasil: o caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina Bahia*. 2005. 480 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Geografia e História. Departamento de Geografia Física e Análise Geográfica Regional, Barcelona, 2005.

WORLD CONSERVATION MONITORING CENTRE. *A global review of protected areas budget and staff*. Cambridge: WCMC, 1999.

WORLD WILDLIFE FUND. *Áreas protegidas ou espaços ameaçados?* Brasília, DF: WWF, 1999. (Mimeo).

_____. *Relatório planeta vivo 2012: o caminho para a Rio+20*. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/relatorio_planeta_vivo_sumario_rio20_final.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.





Uma proposta de estratégia para o setor energético do estado da Bahia¹

Roberto Antônio Fortuna Carneiro*

A matriz energética da Bahia é baseada em fontes não renováveis (66,5%), com destaque para o petróleo e derivados, que representam 49,5% da matriz, além do gás natural, com 16,5% de participação (BAHIA, 2013). Esses dados denotam também um baixo aproveitamento do potencial de renováveis, destacando-se a baixa produção de biocombustíveis, notadamente o etanol; o baixo aproveitamento dos resíduos oriundos da agropecuária e da hidroeletricidade (PCH) e, finalmente, da energia solar.

* Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Diretor de Planejamento Econômico da Superintendência de Planejamento Estratégico da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), professor do Mestrado Profissional em Bioenergia da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e do Programa de Pós-graduação da Faculdade Área 1. roberto.carneiro@seplan.ba.gov.br, rfortuna.c@gmail.com

¹ O autor agradece as contribuições de Marcos Luis Cerqueira, Nícia Moreira Santos e Rafael Alves de Andrade, que muito colaboraram com discussões e fornecimento de dados para a elaboração deste artigo.

Tabela 1
Evolução da oferta interna de energia no estado da Bahia

Fluxo de energia (10 ³ tep)	1996	%	2001	%	2011	%	2012	%
Oferta interna de energia	12.895	100,0	14.541	100,0	16.659	100,0	17.327	100,0
Energia não renovável	8.477	65,7	10.650	73,2	10.903	65,4	11.529	66,5
Petróleo e derivados	7.069	54,8	8.519	58,6	8.203	49,2	8.571	49,5
Gás natural	1.321	10,2	2.063	14,2	2.592	15,6	2.855	16,5
Carvão mineral e derivados e outras fontes primárias	87	0,7	68	0,5	109	0,7	102	0,6
Energia renovável	4.418	34,3	3.891	26,8	5.756	34,6	5.798	33,5
Energia hidráulica e elétrica	1.370	10,6	1.349	9,3	2.039	12,2	1.979	11,4
Lenha e carvão vegetal	2.366	18,3	1.941	13,4	1.627	9,8	1.583	9,1
Produtos da cana e outras fontes primárias	682	5,3	601	4,1	2.090	12,5	2.236	12,9

Fonte: Balanço Energético da Bahia 2013 – Bahia (2013).

Se os dados de oferta interna de energia forem confrontados com os de demanda por energia, poder-se-á verificar que o ritmo de crescimento econômico e social do Brasil e da Bahia tem resultado em aumentos no consumo de energia e, no caso da Bahia, em ampliação do *déficit* de autossuficiência, de 66,3% em 1996 para 62,8% em 2012 (Tabela 2). As projeções de consumo do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), para o período 2012-2016, estimam um crescimento de 4,0% para o Brasil e 4,4% para o Nordeste (OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO, 2012b), sinalizando a necessidade de um planejamento incremental para a região e seus estados mais dinâmicos: Bahia, Pernambuco e Ceará.

Tabela 2
Demanda e autossuficiência de energia do estado da Bahia

MWh	1996	2001	2011	2012
Demanda total de energia (a)	156.684.277	172.529.709	196.944.205	204.232.456
Consumo final	138.454.291	143.351.766	167.609.894	178.927.279
Perdas	18.229.987	29.177.943	29.334.311	25.305.177
Produção de energia primária (b)	103.816.079	93.352.617	118.194.826	128.167.293
Autossuficiência de energia (b-a)	-52.868.198	-79.177.093	-78.749.380	-76.065.163
Autossuficiência de energia (b/a)	66,3%	54,1%	60,0%	62,8%

Fonte: Balanço Energético da Bahia 2013 – Bahia (2013).

Tabela 3
Importação de energia pelo estado da Bahia (103 tep)

Discriminação	1996	%	2001	%	2011	%	2012	%
Energia primária	3.021	38,8	8.677	46,8	11.114	74,0	11.239	73,7
Petróleo	2.853	36,6	8.270	44,6	10.784	71,8	11.239	73,7
Gás natural	169	2,2	407	2,2	330	2,2	0	0,0
Carvão vapor	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0
Energia secundária	4.770	61,2	9.873	53,2	3.895	26,0	4.001	26,3
Derivados de petróleo	4.525	58,1	9.686	52,2	3.384	22,5	3.660	24,0
Óleo diesel	351	4,5	1.120	6,0	454	3,0	511	3,3
Óleo combustível	841	10,8	3.050	16,4	416	2,8	300	2,0
Gasolina	271	3,5	826	4,5	84	0,6	92	0,6
GLP	22	0,3	283	1,5	25	0,2	2	0,0
Nafta	2.954	37,9	4.107	22,1	2.050	13,7	2.411	15,8
Querosene	56	0,7	213	1,1	284	1,9	252	1,7
Outras fontes secundárias	3	0,0	5	0,0	0	0,0	0	0,0
Produtos não energéticos	28	0,4	83	0,4	71	0,5	92	0,6
Energia elétrica	5	0,1	44	0,2	157	1,0	60	0,4
Coque	44	0,6	38	0,2	76	0,5	72	0,5
Álcool etílico	196	2,5	105	0,6	279	1,9	209	1,4
Total	7.792		18.550		15.009		15.241	

Fonte: Balanço Energético do Estado da Bahia 2013 – Bahia (2013).

Esse déficit resulta na necessidade de importação de energia primária, que, segundo o Balanço Energético do Estado da Bahia (BAHIA, 2013), cresce a uma taxa média de 8,6% a.a., tendo sua participação elevado de 38,8%, em 1996, para 73,7%, no total de importação de energia em 2012 (Tabela 3), revelando o expressivo aumento da importação de petróleo (e de alguns de seus derivados) para o estado nos últimos anos. Note-se que a Bahia parou de importar o gás natural, pois ampliou sua produção localmente, como será visto adiante.

É nesse contexto que o presente artigo situa-se, com o objetivo de identificar as potencialidades, os principais entraves e as oportunidades do setor energético estadual, de forma a subsidiar a formulação de uma política de longo prazo para este setor na Bahia. Para tanto, foi realizada uma análise das potencialidades e dos desafios que o caracterizam, uma breve análise acerca das ações do governo estadual no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 para atuar nesta realidade e, ao final, uma proposta de estratégia para este setor na Bahia.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS DO SETOR ENERGÉTICO ESTADUAL

Para cumprir o objetivo proposto, esta análise foi estruturada em cinco blocos: produção e geração de energia primária; potencial para energias renováveis; ampliação da oferta e da infraestrutura de energia elétrica; eficiência energética; modelo de governança para a política do setor energético.

Produção e geração de energia primária

A Bahia não possui uma Bacia de Campos ou o pré-sal, nossos campos de petróleo são predominantemente marginais ou maduros. Porém, a sua exploração ainda pode encontrar boas oportunidades de negócios nos campos maduros para médios e pequenos empresários, sejam atuando diretamente na exploração destes campos ou no fornecimento de bens e serviços que esses projetos demandam. Os campos existentes na Bahia estão localizados nas bacias do Recôncavo, de Camamú-Almada e de Tucano Sul. As dificuldades vividas

Os campos existentes na Bahia estão localizados nas bacias do Recôncavo, de Camamú-Almada e de Tucano Sul. As dificuldades vividas pelos quase 70 campos marginais têm levado o estado a perder investimentos privados e deixar de recolher impostos

pelos quase 70 campos marginais têm levado o estado a perder investimentos privados e deixar de recolher impostos. Sua revitalização deve ser priorizada, pois ainda possuem potencial para a geração de negócios e de emprego e renda nas regiões onde estão concentrados (BAHIA, 2006).

Em todo o mundo, as grandes empresas petrolíferas se desfazem das concessões de campos que deixaram de ser atraentes (maduros ou jazidas de pequeno porte). No entanto, para empresas menores, que operem a custos mais baixos ou dominem tecnologias específicas, esses campos podem se tornar comercialmente viáveis. Um exemplo são os Estados Unidos, onde mais de oito mil empresas independentes, de tamanhos variados, respondem por cerca de 40% da produção de petróleo (mais de três milhões de barris/dia) e de 65% da produção de gás natural (950 milhões de m³/dia). No Brasil, a produção destes campos é decorrente da exploração de apenas 19 empresas, que são responsáveis por cerca de 1% de toda a produção nacional, aproximadamente 2.600 barris/dia.

No que se refere ao gás natural, a Bahia é o maior mercado do Nordeste, tanto na oferta quanto na demanda, participando, em 2012, com 12,5% da produção nacional (SEINFRA, 2013), e acumulando incrementos de 3,9% a.a. desde 1996. A oferta para o suprimento estadual é garantida pelo gás extraído no Campo de Manati,

produção média de 6,7 MMm³/dia (BOLETIM DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL, 2012). Porém, o Ministério de Minas e Energia (MME) aponta uma tendência natural declinante na produtividade deste campo até 2017. Felizmente, a ampliação da oferta vem ocorrendo com a implantação do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), que disponibiliza, na rede, o gás da Bolívia e da Bacia de Campos, além da entrada em operação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito da Bahia (TR-BA), cuja capacidade de gaseificação será de 14 milhões de m³/dia (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2012).

O gás natural é uma fonte estratégica de energia para o estado e responde por cerca de 30% da matriz energética industrial² baiana, uma das maiores médias do país. Ao todo, 94 indústrias consomem 2,5 milhões de m³/dia do gás distribuído pela Bahiagás, sendo 65% deste volume destinado ao Polo Industrial de Camaçari (BAHIAGÁS, 2012). Porém, um fator limitador à ampliação do gás natural na matriz energética estadual é o seu alto preço para o consumidor final, principalmente o industrial³. A tarifa industrial de gás natural no Brasil é 133% maior do que a média das tarifas de China, Índia e Rússia (US\$ 7,24/MMBtu) (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO, 2010).

Uma alternativa para a ampliação da oferta de gás natural pode ocorrer por meio da exploração do gás não convencional (*shale gas*)⁴. Pelos dados do International Energy Agency (2013), a extração do *shale gas* já possui viabilidade técnica e econômica em alguns países, notadamente nos Estados Unidos⁵, provocando grande aumento

O gás natural é uma fonte estratégica de energia para o estado e responde por cerca de 30% da matriz energética industrial baiana, uma das maiores médias do país

da oferta e redução de preços para o setor produtivo. (U.S. DEPARTMENT OF ENERGY, 2011). Todavia, atualmente ainda não existe no Brasil infraestrutura com os equipamentos necessários para a realização deste tipo de exploração, na qual é necessária a tecnologia de fraturamento hidráulico⁶.

Resumidamente, as prioridades do gás natural na Bahia residem na interiorização da malha distribuidora para ampliar a oferta, reduzir os custos elevados de aquisição, viabilizar a operação das termoeletricas e ampliar a competitividade do setor industrial, principalmente o petroquímico. Quanto ao *shale gas*, cabe estimular a produção nos campos potenciais das bacias do Recôncavo e de Tucano Sul, mapeados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A região do Recôncavo é a que apresenta as melhores condições de produção por contar com uma infraestrutura já montada: rede de gasodutos, 6.400 poços já perfurados (garantia de uma base de dados reais) e empresas em operação.

2 Na indústria, o gás natural é utilizado como combustível para fornecimento de calor e como matéria-prima em vários setores, tais como químico, petroquímico, metalúrgico, plástico, cerâmico, etc., na geração de eletricidade e em cogeração. Atualmente, o segmento industrial é responsável por 91% do consumo de gás natural comercializado pela Bahiagás.

3 O gás natural possui valor estratégico para a indústria petroquímica, e os atuais preços do gás dificultam alguns segmentos que apontam US\$ 11/*mmbtu* como o limite (a média de competitividade vai até US\$ 8/*mmbtu*).

4 A International Energy Agency (IEA) classifica o Brasil como a 10ª maior reserva de *shale gas* no mundo, analisando apenas o potencial da Bacia do Paraná. Como se sabe da existência de outras bacias sedimentares com potencial como a as bacias de Tucano e do Parnaíba, há a possibilidade de o Brasil se transformar num grande produtor.

5 O *shale gas* é responsável por 23% da produção americana de gás natural atualmente. Nos próximos 20 anos, deve alcançar 50% do total, explorando as reservas tecnicamente recuperáveis de 93 bilhões de barris equivalentes do petróleo.

Potencial para Energias renováveis

Para aumentar a participação das energias renováveis na matriz energética da Bahia, será necessário desenvolver um conjunto de soluções para os pontos críticos apontados a seguir:

6 Em relação à tecnologia, deve-se considerar que tecnologias de sucesso foram desenvolvidas nos EUA para reservatórios e condições geológicas locais, a transposição tecnológica para o Brasil deve ser analisada com cuidado; a aplicação destas tecnologias requer recursos volumosos de equipamentos que não devem estar disponíveis num primeiro momento.

Subtemas	Pontos críticos identificados	Consequências para a socioeconômica
Etanol	Restrições à produção de etanol na Bahia por conta de limitações impostas pelo Decreto nº 10.936 de 27 de fevereiro de 2008. ZAE Cana não contempla os perímetros irrigados do Vale do São Francisco (metodologia Embrapa considera índice pluviométrico e não irrigação plena). Baixa produção de cana-de-açúcar e etanol torna o estado grande importador de etanol.	Dificulta política de atração de novas empresas para produção de etanol na Bahia, bem como reduz a competitividade das empresas já instaladas no estado.
Biodiesel	Baixa oferta de matérias-primas pela agricultura familiar; baixa produtividade das oleaginosas produzidas pelos agricultores familiares; reduzida efetividade das ações para garantir a entrada da agricultura familiar de forma sustentável na cadeia produtiva de biodiesel.	a) Grande capacidade ociosa das esmagadoras e usinas; b) baixa participação da produção baiana no mercado nacional de biodiesel.
Eólica	Infraestrutura deficiente: carência de linhas de transmissão e distribuição, acesso viário às áreas onde serão implantados os parques eólicos e portos (recepção e armazenamento).	Custos mais elevados para a operação das empresas da cadeia eólica e implantação dos parques eólicos.
Solar	Ações restritas a promover a universalização do acesso à energia elétrica no âmbito do Luz para Todos (painéis fotovoltaicos) em áreas remotas; baixo investimento em P&D.	Não aproveitamento do potencial de radiação solar para a geração de novos negócios e ampliação da oferta de energia elétrica (mini/microgeração distribuída).
PCH	As dificuldades no desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) residem na demora do licenciamento ambiental pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e nas indefinições quanto à outorga do uso da água pelo órgão responsável (Inema ou Agência Nacional de Águas (ANA)).	Desestímulo à implantação de PCH no estado da Bahia.
Biomassa energética	Apesar do potencial da agropecuária estadual e das exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos, não há nenhuma ação orçamentária que fomente a utilização de biomassa sólida (resíduos sólidos, florestais e da agricultura, entre outros) nos programas do tema energia.	Não aproveitamento do potencial para geração de energia a partir da biomassa.
Hidroelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca	EIA-RIMA dos projetos não atendeu às exigências legais do processo de licenciamento ambiental, levando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a pedir revisão dos projetos (encontram-se parados).	Atraso no início das obras de implantação das UHE; impacto negativo na ampliação da oferta de energia elétrica.
Quadro 1 Síntese dos pontos críticos da geração de energia por fontes renováveis		

Fonte: elaboração própria.

Uma possibilidade de ampliação da geração por fontes renováveis incentivadas de energia (hídrica, solar, biomassa, eólica e cogeração) é a microgeração (até 100 KW) e a minigeração (de 100 KW a 1 MW), viabilizadas no país pela Resolução nº 482 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e a co-geração. A Aneel estima que esses sistemas acrescentem 30 mil MW de capacidade instalada à matriz energética nacional até 2020 (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2012).

Ampliação da oferta e da infraestrutura de energia elétrica

A análise de contexto feita inicialmente destacou o crescimento da demanda por energia, deixando evidente a necessidade de ampliação da oferta e,

consequentemente, da infraestrutura energética do estado. O principal entrave para atender a esta demanda crescente é a carência de redes de transmissão e distribuição, gerando déficits de ligações de energia aos domicílios, notadamente na área rural, e para projetos econômicos fora da Região Metropolitana de Salvador, condição incompatível com uma economia em processo de interiorização. Os pontos críticos e suas consequências podem ser vistos no Quadro 2.

O governo federal investe neste setor por meio do Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), que prevê para a Bahia um total de 16 obras de linhas de transmissão e subestações, sendo que, das obras concluídas ou em andamento, cerca de 57% estão direcionados para o interior do estado (Quadro 3). Devido ao Regime Diferenciado de Contratação, as obras que

Pontos críticos identificados	Consequências para a socioeconômica
Número insuficiente de subestações, linhas de transmissão, linhas tronco e de distribuição de energia elétrica, associadas à existência de equipamentos obsoletos e redes antigas, para atender à demanda crescente na Bahia.	a) Risco de apagões localizados; b) Restrições ao processo de interiorização do desenvolvimento socioeconômico.
Complementariedade imperfeita entre as ações estaduais (PPA 2012-2015), o planejamento da EPE e as obras em execução pelo PAC 2, principalmente nos territórios Sertão do São Francisco, Bacia do Paramirim, Velho Chico e Extremo Sul.	As ações estaduais são concentradas em áreas de grande demanda por energia em detrimento das áreas com grande potencial de desenvolvimento, mas estranguladas pela falta de oferta de energia elétrica.
Défcits acumulados de ligações de energia aos domicílios, notadamente na área rural, por parte da Companhia Elétrica do Estado da Bahia (Coelba).	Não cumprimento da meta de universalização do acesso à energia elétrica em 2014 na Bahia.
Quadro 2 Síntese dos pontos críticos do setor de transmissão e distribuição	

Fonte: elaboração própria.

Discriminação	Quant.	Investimento 2011/2014 (R\$ milhões)	Status		
			Em licitação de obras	Em obras	Concluído
Linha de transmissão	8	208,79	4	3	1
Subestação	8	259,3	3	3	2
Total	16	468,09	7	6	3
Quadro 3 Investimentos do PAC 2 na Bahia em transmissão de energia elétrica – 2011/2014					

Fonte: PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 2 2 (2013).
 Dados coletados: maio 2014.

estão em licitação não têm seus valores divulgados, sendo assim, os investimentos no período 2011/2014, R\$ 468,09 milhões, não incluem as obras em licitação. Dos 16 projetos, sete encontram-se em licitação; seis, em obras e três já foram concluídos (–PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 2, 2014).

Eficiência energética

O acirramento da competição no mercado internacional transforma em desafio para o setor energético estadual a ampliação das ações da Eficiência Energética (EE)⁷, conceito que pode ser aplicado às indústrias, aos serviços e às perdas de transformação e transmissão de energia elétrica e gás natural (BRASIL, 2010). A importância da EE reside no fato de que, diferentemente da geração de energia, ela não consome

⁷ Eficiência Energética (EE) é entendida como sendo a relação entre a quantidade de um bem produzido ou serviço realizado e o correspondente montante de energia final utilizada. A eficiência é associada à quantidade efetiva de energia final utilizada e não à quantidade mínima necessária para a realização de determinado serviço ou produção de um bem.

recursos, não gera resíduos e, sobretudo, não agride o meio ambiente.

A Bahia possui baixa eficiência no consumo energético nos diversos setores da atividade econômica e no setor público, bem como elevadas perdas na transmissão e distribuição de energia (BAHIA, 2013). Adicionalmente, as ações estaduais possuem pouca aderência ao Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf), instituído pelo MME por meio da Portaria nº 594 de 19 de outubro/2010, que define como desafio a “redução, até 2030, de um montante de cerca de 10% do consumo final de energia”. O programa estabelece um conjunto de ações para uma série de áreas como industrial, edificações, prédios públicos, iluminação pública e saneamento. Com base no arcabouço regulatório desse plano, três grandes blocos podem ser estimulados na Bahia: a) Energia térmica na indústria; b) Energia térmica nos edifícios públicos e privados; c) Energia elétrica na indústria e em edificações.

Fragilidades do modelo de governança da política para o setor energético estadual

A fragmentação das políticas energéticas em nível estadual tem dificultado tanto o planejamento quanto a implementação das ações estratégicas, demonstrando a necessidade de articulação e fortalecimento dos mecanismos de governança que assegurem a coordenação multissetorial e a superação dos entraves à execução das metas e compromissos estabelecidos. Para resolver esta questão, algumas iniciativas vêm sendo tomadas pelo governo estadual, a exemplo

da instituição do Decreto nº 14.219/12, que definiu o Modelo de Governança do PPA 2012-2015 (BAHIA, 2011) e fortaleceu o processo de articulação interinstitucional. Porém, como o foco é o monitoramento da execução dos programas, a sustentabilidade e a continuidade das ações no setor energético baiano requerem, também, uma preocupação em nível mais estratégico, principalmente na definição conjunta de prioridades, de políticas e de gestão estratégica, pela esfera governamental, o setor privado e a sociedade civil.

SÍNTESE DOS PROBLEMAS DO SETOR ENERGÉTICO ESTADUAL

Pela análise realizada nos itens anteriores, verifica-se que o setor energético estadual, mesmo considerando-se as ações governamentais já implementadas ou em fase de implantação, ainda apresenta desafios que precisam ser enfrentados para um maior aproveitamento das potencialidades e oportunidades existentes. O Quadro 4 sintetiza bem essa questão:

Embora a Bahia não disponha de uma política energética de longo prazo para fazer frente aos problemas e oportunidades identificados no Quadro 4, existe uma política estadual estabelecida no âmbito do PPA 2012-2015, com Matriz Programática, estruturada em eixo estruturante, tema e programa temático, caracterizada pela transversalidade das ações. Por este modelo, o Programa Temático é de Governo, resultado das diretrizes estratégicas, composto por um ou vários compromissos

setoriais, e descreve um objetivo a ser cumprido pelo órgão responsável (secretarias), expresso quantitativamente numa meta, global e regionalizada. A dimensão estratégica dos programas é dada pelos resultados dos diagnósticos realizados, das proposições dos órgãos setoriais, pela visão de futuro, a missão e os objetivos e diretrizes estratégicas. A partir do tema formula-se o Programa Temático.

Apesar de a metodologia de elaboração do PPA determinar que o tema dá origem a um programa temático, o PPA 2012-2015 distribuiu as ações de energia em cinco programas: Energia para o Desenvolvimento; Economia Verde; Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agropecuária Empresarial; Vida Melhor; Indústria e Mineração. Esses programas representaram, em 2012, um total de R\$ 157,1 milhões; em 2013, R\$ 182,6 milhões e, em 2014, R\$ 184,1 milhões, aumento de 16% entre 2012 e 2013 e 0,83% entre 2013 e 2014. Destaque para o programa Energia para o Desenvolvimento, que totalizou aproximadamente 79% (2012), 70% (2013) e 83% (2014), respectivamente, dos recursos alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Porém, apesar da grande importância do tema energia para o desenvolvimento socioeconômico, ele representou, em 2012, apenas 1% do valor total do PPA. Para 2013 e 2014, este tema perde mais espaço, representando apenas 0,43% e 0,46%, respectivamente.

O governo deu atenção ao setor energético criando cinco programas vinculados ao tema, porém, esse

Problemas	Consequências
Carência de linhas de transmissão, distribuição e subestações.	Maior desequilíbrio regional do desenvolvimento econômico, social e territorial graças ao déficit de oferta de energia elétrica para parcela significativa da população e às dificuldades para atender às demandas energéticas do setor produtivo.
Baixa universalização do acesso à energia elétrica.	Dificulta a redução da desigualdade social de ampla camada da população.
Baixo aproveitamento da capacidade local de geração de energia para a matriz energética estadual, fortemente baseada em fontes não renováveis.	Baixa oferta local e manutenção da condição de importador de energia; altas emissões de GEE; impactos ambientais negativos na produção e consumo e dificuldades de captar créditos de carbono.
Baixa eficiência energética	Alto custo com energia devido a perdas no processo de transmissão e distribuição e desperdício no consumo, gerando a necessidade de ampliação constante da produção de energia.
Quadro 4 Os problemas do setor energético estadual e suas consequências	

Fonte: elaboração própria.

Tabela 4
Peso dos programas vinculados ao tema energia na LOA – 2012/2013/2014

(R\$)										
Órgão resp.	Programa	LOA 2012	% Total	LOA 2013	% Total	LOA 2014	% Total	Var 2013/2012	Var 2014/2013	Var 2014/2012
Seinfra	Energia para o Desenvolvimento	124.338.618	79,14	127.593.000	69,88	153.362.000	83,30	2,62%	20,20%	23,34%
SICM	Indústria e Mineração	165.000	0,11	379.884	0,21	288.000	0,16	130,23%	-24,19%	74,55%
Secti/Seagri	Economia Verde	1.573.054	1,00	1.763.000	0,97	3.960.000	2,15	12,07%	124,62%	151,74%
Seagri	Vida Melhor	29.558.272	18,81	50.123.760	27,45	26.000.000	14,12	69,58%	-48,13%	-12,04%
Seagri	Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agropecuária Empresarial	1.468.618	0,93	2.726.183	1,49	500.000	0,27	85,63%	-81,66%	-65,95%
Total		157.103.562	100	182.585.827	100	184.110.000	100	16,22%	0,83%	17,19%

Fonte: SIPLAN e FIPLAN/SEPLAN, mar/2014.

Tabela 5
Síntese comparativa entre os recursos totais da LOA 2012, 2013 e 2014 e os alocados nas ações vinculadas ao tema energia

(R\$)						
Discriminação	LOA/ 2012 (A)	%	LOA/ 2013	%	LOA/ 2014	%
Energia	157.103.562	1,00	182.585.827	0,43	184.110.000	0,46
LOA	15.777.077.257	100	42.937.860.168	100	39.986.278.881	100

Fonte: SIPLAN e FIPLAN/SEPLAN, mar/2014.

conjunto possui baixo peso em relação ao total de recursos do PPA 2012-2015 (em torno de 1%), baixa execução orçamentária em alguns programas e pouca integração entre os executores das ações. Verifica-se, portanto, que o enfrentamento das dificuldades e os desafios apresentados requerem uma política setorial consistente e uma maior articulação institucional, que permitam uma execução capaz de atingir os resultados esperados.

PROPOSTA DE ESTRATÉGIA PARA O SETOR ENERGÉTICO DO ESTADO DA BAHIA

A formulação do planejamento energético no Brasil está a cargo do Ministério de Minas e Energia, que elabora políticas de fomento ao suprimento de energia (geração e transmissão), eficiência energética, P&D, políticas de preços e questões sociais, energia e meio ambiente, entre outras. Ainda que caiba à União as principais ações de planejamento, regulação e estímulo

ao investimento, existem espaços importantes para a atuação dos estados nas seguintes vertentes⁸: a) inovação tecnológica; b) fomento à atração de investimentos; c) qualificação do capital humano local; d) fomento à participação dos agricultores familiares na geração de energias renováveis; e) elaboração de planos, programas e projetos de eletrificação rural e urbana; f) proposição de diretrizes da Política Energética Estadual; g) planejamento e coordenação das ações relativas à eficiência energética e ao uso racional de energia; h) promoção de alternativas de suprimento de energia elétrica em áreas rurais.

Portanto, considerando-se que existem espaços para o planejamento estadual da questão energética, o objetivo deste item é apresentar uma estratégia para eliminar os problemas e aproveitar as oportunidades existentes para o setor, contemplando todas as áreas acima elencadas. Nesse sentido, definem-se, a seguir,

⁸ Extraídos dos regimentos das principais secretarias e órgãos que formulam programas, projetos e regulam o setor energético estadual.

Premissas	Fatores críticos de sucesso
O acesso à energia é fundamental para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza.	Articulação com as políticas, programas e ações do governo federal.
O fornecimento de eletricidade inadequado, pouco confiável e concentrado afeta o desenvolvimento socioeconômico e o equilíbrio regional do estado.	Integração das ações das diversas secretarias estaduais que lidam com o tema.
A estratégia de energia se baseará nas iniciativas e estratégias existentes no país e no estado.	Parceria com o setor privado e as organizações sociais.
A sustentabilidade ambiental na geração, transmissão e distribuição de energia é uma exigência legal da legislação ambiental vigente e fundamental para minimizar os riscos ambientais e sociais.	Disponibilidade de recursos para investimento.
Os projetos deverão possuir viabilidade técnica, econômica, financeira, ambiental e social.	Um modelo consistente de Governança, Monitoramento e Avaliação.
A expansão da área de agricultura energética não poderá concorrer a ponto de limitar a oferta de alimentos, nem gerar impactos ambientais acima do sustentável.	Capital humano qualificado.
Quadro 5 Premissas e fatores críticos de sucesso para uma estratégia para o setor energético	

Fonte: elaboração própria.

as premissas e os fatores críticos que norteiam a elaboração da estratégia ora proposta.

Com base nos resultados da análise crítica realizada e nos condicionantes, premissas e fatores críticos de sucesso, definiram-se a base conceitual e estratégica da proposta e um conjunto de ações finalísticas, normativas, de governança e monitoramento e avaliação. Nesse processo, o primeiro passo foi a agregação dos problemas identificados no Quadro 4, estruturando-os sob a forma de um *macroproblema* do setor energético na Bahia:

A Bahia apresenta uma grande carência de linhas de transmissão, distribuição e subestações, e a não universalização do acesso à energia elétrica de parcela significativa da população, o que contribui para o desequilíbrio econômico, social e territorial, quadro este agravado por uma baixa eficiência energética e o não aproveitamento da capacidade local de geração de energia para a Matriz Energética Estadual, fortemente baseada em fontes não renováveis.

Esta agregação, aliada às premissas e fatores críticos de sucesso, facilita a construção de uma visão de futuro, da missão, dos objetivos e diretrizes estratégicas e, por fim, dos instrumentos para sua implementação, como será visto a seguir.

Visão de futuro:

- Um novo modelo de produção, transmissão, distribuição e consumo de energia mais eficiente, com foco nas potencialidades e necessidades dos territórios de identidade, contribuindo para o bem-estar da população e o desenvolvimento socioeconômico do estado da Bahia.

Missão:

- Assegurar a disponibilidade de energia para responder aos desafios do desenvolvimento socioeconômico sustentável e contribuir para o bem-estar da população.

Desafios, objetivos e diretrizes estratégicas

Cada problema identificado foi transformado em desafios a serem vencidos, o que resultou num conjunto de objetivos e diretrizes estratégicas, contemplando as áreas e os setores considerados prioritários (Quadro 6).

O objetivo vinculado ao quinto desafio apresentado no Quadro 6 justifica-se em função da baixa transversalidade e da fragmentação da política energética

Desafios	Objetivos estratégicos	Diretrizes estratégicas
Ampliação do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia	Viabilizar o desenvolvimento de um sistema robusto de transmissão e distribuição, de modo a dotar o estado da Bahia de infraestrutura suficiente para suprir as necessidades e promover o desenvolvimento.	Implantar infraestrutura de fornecimento de energia com qualidade e segurança nos diferentes territórios de identidade, com foco prioritário para os municípios do semiárido.
Garantia do acesso da população à energia elétrica	Incentivar o gás natural (GNL) e a exploração do gás não convencional (shale gas) com ações que busquem a ampliação da produção e do consumo, viabilizando a competitividade do setor produtivo estadual.	Promover a universalização do acesso à energia elétrica da população do estado até 2017. Desenvolver conjunto de incentivos à exploração do gás natural (GNL) e do gás não convencional. Ampliar o consumo industrial, comercial e residencial por meio da expansão e interiorização da malha distribuidora. Desenvolver ações de apoio à área de Exploração e Produção (E&P) do gás não convencional nas bacias do Recôncavo e Tucano Sul.
Aproveitamento da capacidade local de geração de energia	Incentivar a implantação dos projetos de exploração de óleo não convencional (shale oil) e de campos maduros de petróleo e a sua operacionalização.	Incentivar a revitalização dos campos maduros em parceria com a ANP e a Petrobras. Fomentar o relacionamento das pequenas firmas de forma a ampliar as oportunidades de negócios compartilhados nas áreas de campos maduros, não convencionais, refino e E&P. Apoiar ações do governo federal em Exploração e Produção (E&P) do óleo não convencional nas bacias do Recôncavo, Tucano Sul.
	Promover a ampliação da produção de energia de fontes renováveis, de modo a diversificar a matriz energética estadual.	Incentivar a participação das fontes renováveis na matriz energética baiana, notadamente as fontes eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa para a produção de biodiesel, etanol e energia elétrica, considerando os riscos ambientais e sociais associados ao processo de ampliação da oferta de energia.
Eficiência Energética	Identificar oportunidades e possibilidades de otimização do suprimento e controle de consumo e demanda de recursos energéticos por meio de estímulos ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para eficiência energética.	Promover maior eficiência e redução do desperdício no consumo de energia elétrica, de maneira a aumentar a competitividade da economia baiana. Desenvolver recursos humanos, técnicos e gerenciais em graus compatíveis com as necessidades de eficiência energética da economia baiana.
Ampliação de governança, monitoramento e gestão	Implantar o Conselho Estadual de Política Energética.	Promover maior coordenação multissetorial para obter maior articulação, pactuação e formulação e superar os entraves à execução das metas e compromissos estabelecidos na política estadual.

Quadro 6**Desafios, objetivos e diretrizes estratégicas para o setor energético do estado da Bahia**

Fonte: elaboração própria com base nos resultados da análise crítica.

estadual, que tem dificultado a implementação das ações e demonstrado a necessidade de promover maior articulação e fortalecimento dos mecanismos de governança entre governo e sociedade civil. Este objetivo está vinculado diretamente à proposta de criação do Conselho Estadual de Política Energética (CEPE), como será visto a seguir.

Instrumentos legais e normativos necessários:

- Um projeto de lei para instituir a Política Energética do Estado da Bahia e o Conselho Estadual de Política Energética (CEPE).
- Um decreto estadual para regulamentar a política e o CEPE.

Exemplos de linhas de ação a serem implementadas**Criação do Conselho Estadual de Política Energética (CEPE)**

Órgão colegiado de caráter consultivo que visa acompanhar e propor melhorias para as políticas de desenvolvimento energético de interesse do estado da Bahia. O CEPE permitirá, por meio da estruturação de um sistema de governança, integrar uma cadeia de reguladores/promotores, produtores, usuários e beneficiários, o que evitará a descontinuidade e os custos adicionais decorrentes de paralisações e embargos institucionais, e pode ser posicionado no mesmo nível

Instância	Órgãos
Governo do Estado da Bahia (1)	Secretarias do Planejamento; Infraestrutura (Companhia de Gás da Bahia Bahiagás); Indústria, Comércio e Mineração (Instituto Baiano de Metrologia - Ibametro); Ciência, Tecnologia e Inovação (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb); Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA).
Agências reguladoras	Agência Reguladora do Estado da Bahia (Agerba); Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
Governo federal	Ministérios de Minas e Energia; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Ciência e Tecnologia; Empresa Agroenergia; Empresa de Pesquisa Energética; Inmetro.
Setor produtivo	Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Comitê de Petróleo e Gás); Federação da Agricultura; Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica (Abeeólica); Petrobras Biocombustíveis; Vanguarda Biodiesel; Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda (BATRE).
Sindicatos/Associações	Sindaucar; FETAG; CUT.
Concessionárias	Coelba; CHESF
Universidades	UFBA, UNIFACS, FTC, UESC (2)
Notório saber	Profissionais reconhecidos como de grande conhecimento técnico profissional e produção científica sobre o tema a serem indicados pelos membros do conselho.
Quadro 7 Potenciais membros do Conselho de Política Energética do Estado da Bahia	

Fonte: SPE-DPE.

(1) Secretarias e suas seccionais.

(2) Possuem cursos, laboratórios e linhas de pesquisa vinculadas com o tema energia.

da Sala de Integração, sendo, portanto, um forte apoio ao modelo previsto pelo Decreto nº 14.219/13 que estabelece a seguinte estrutura: Sala de Integração⁹, Comitê Gestor¹⁰ e Grupo Técnico¹¹. Com o seu amadurecimento, o CEPE pode passar a ser de caráter deliberativo. Os possíveis membros a serem indicados para participar deste conselho devem possuir aderência com o tema energia, conforme o Quadro 7.

Definição das prioridades setoriais (exemplos)¹²

Petróleo e gás

- Apoiar a exploração do gás e óleo não convencional.
- Incentivar a exploração de campos maduros de petróleo e a sua operacionalização pela RedePetro Bahia.

⁹ Instância de discussão e deliberação acerca dos ajustes necessários ao cumprimento do Plano de Integração das Ações dos Programas. Composta pelos secretários da Casa Civil, Planejamento e Fazenda, e representantes dos órgãos e entidades relacionados aos programas. Esta Sala discutirá o diagnóstico dos entraves à execução dos programas, disponibilizado pelos comitês gestores, propondo alternativas à sua solução. Os secretários encaminharão, conjuntamente, ao governador, relatório geral sintético do andamento dos trabalhos dos comitês.

¹⁰ Instâncias de coordenação multissetorial compostas, além dos indicados pela Casa Civil, Planejamento e Fazenda, por representantes das pastas integrantes das áreas temáticas que integram os respectivos eixos estruturantes do PPA.

¹¹ Compostos por servidores dos órgãos responsáveis pelo cumprimento das metas e compromissos dos programas do PPA. Cada grupo será coordenado por representante designado pela coordenação do comitê gestor.

¹² Como visto no Quadro 6, as ações estão estruturadas na sequência: desafios/objetivos estratégicos/diretrizes e linhas de ação por setor.

Energia renovável

- Fomentar a estruturação das cadeias produtivas dos setores eólico e solar.
- Fomentar a estruturação das cadeias produtivas de biomassa energética sob a forma de arranjos produtivos de bioenergia.
- Viabilizar a produção de etanol nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco.
- Estimular o uso da energia solar na área urbana por meio da micro e minigeração distribuída.

Eficiência energética

- Identificar oportunidades e possibilidades de otimização do suprimento e controle de consumo e demanda de recursos energéticos por meio de estímulos ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para eficiência energética.
- Desenvolver recursos humanos, técnicos e gerenciais, em termos qualitativos e quantitativos, em graus compatíveis com as necessidades de eficiência energética da economia baiana.
- Promover aderência das ações locais ao Programa Nacional de Eficiência Energética para garantir aderência e facilitar a celebração de acordos de cooperação e convênios.

No que se refere ao modelo de monitoramento e avaliação, ele deve permitir a verificação dos resultados alcançados

e em que medida correspondem às expectativas de resolução dos problemas e necessidades, permitindo articular a estratégia com a ação, e esta com a estratégia, de forma a garantir alinhamento, eficácia e efetividade das ações. Este modelo deve estar centrado em uma matriz com indicadores de resultado, aderentes aos objetivos e diretrizes estratégicas, controlados trimestralmente e anualmente no horizonte da estratégia proposta. Uma proposta inicial pode ser observada no Quadro 8.

CONCLUSÕES

A análise do setor energético estadual identificou pontos de estrangulamento que ainda persistem, apesar das ações e dos investimentos dos governos federal e estadual realizados por meio do PPA 2012-2015, como déficits nos sistemas de transmissão e distribuição, atrasos na meta de universalização do acesso à energia elétrica e baixo aproveitamento das potencialidades existentes no estado. Em paralelo, estão os desafios de aumentar as fontes renováveis na matriz energética estadual, fortalecer o sistema de governança, ampliar as ações de eficiência energética e os esforços para o desenvolvimento de inovações.

O número insuficiente de subestações, linhas de transmissão, linhas tronco e de distribuição de energia elétrica para atender à demanda crescente pode ser considerado um dos principais gargalos do setor energético baiano, aumentando o risco de apagões e restrições ao processo de interiorização do desenvolvimento socioeconômico, principalmente no território Sertão do São Francisco, onde há o maior número de domicílios sem acesso à energia.

Constatou-se a também a carência de uma política estadual de longo prazo, com o estabelecimento de objetivos e metas que otimizem o aproveitamento de oportunidades já identificadas, como a produção de gás e óleo não convencionais, a revitalização de campos maduros e a expansão da pequena geração distribuída. Outras ações como incentivar a produção de cogeração e a participação mais efetiva do setor privado e das universidades no desenvolvimento de pesquisas e desenvolvimento irão dinamizar o setor e orientar investidores e usuários privados.

De posse da estratégia, a melhor forma de operacionalizá-la é por intermédio de um conjunto de PPA que cubram o horizonte temporal (2030) da estratégia. O primeiro PPA deve ser elaborado para o período 2016-2019, com uma matriz programática que deve seguir a seguinte estrutura: eixo estruturante/área temática/diretrizes estratégicas/programa temático/enfoques estratégicos/compromissos. Para evitar a fragmentação das ações e a baixa transversalidade, recomenda-se a implantação de um único programa para o tema energia, com os compromissos alocados pelas diversas secretarias. As metas e os valores orçamentários das ações devem ser definidos posteriormente pelo conjunto das secretarias setoriais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa nº 482*, de 17 de abril de 2012. Estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2012482.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2012.

BAHIAGÁS. Companhia de Gás da Bahia. *Relatório da administração 2012*. Salvador: BAHAGÁS, 2012. 36 p. Disponível em: <<http://www.bahiagas.com.br/download/relatorioadm-bahiagas2012.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BAHIA. Casa Civil. Decreto nº 14.219 de 27 de novembro de 2012. Institui o modelo de Governança para Programas Integrantes do Plano Plurianual - PPA, define instâncias de coordenação multisetorial, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php>>. Acesso em: 20 agosto 2014.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Plano Plurianual – PPA 2012-2015*. Salvador: SEPLAN, 2011. 456 p.

BAHIA. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. *Diagnóstico da cadeia de suprimento dos segmentos de exploração, produção, refino e transporte de petróleo e gás natural na Bahia*. Salvador: Étera Consultoria e Projetos Editoriais, 2006. 234 p.

BAHIA. Secretaria de Infraestrutura Coordenação de Desenvolvimento Energético. *Balanço energético 2013: série 1996-2012*. Salvador: CODEN, 2013. 118 p.

BOLETIM DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL. Ago. 2012. 25 p. Disponível em: <<http://www.argentera-oilgas.com/production/august2012.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf)*: premissas e diretrizes básicas. 156 p. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/projeto-esplanada-sustentavel/pasta-para-arquivar-dados-do-pes/Plano_Nacional_de_Eficiencia_Energetica.pdf>. Acesso em: out. 2012a.

_____. *Projeção da demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos (2013-2022)*. Rio de Janeiro: MME, dez. 2012b. (Série estudos e demandas. Nota técnica DEA 22/12). Disponível em: <http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/S%C3%A9rie%20Estudos%20de%20Energia/20130117_1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Balanço energético nacional 2012*: ano base 2011. Rio de Janeiro: EPE, 2012. 282 p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. *Quanto custa o gás natural para a indústria no Brasil?* 2010. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CEC34151F4301343733A4D44882>>. Acesso em: 1 out. 2012.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Technically recoverable shale oil and shale gas resources: an assessment of 137 shale formations in 41 countries outside the United States. Release date: June 10, 2013 Updated: June 13, 2013 Table 5 corrected. Disponível em: <<http://www.eia.gov/analysis/studies/worldshalegas/>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. *Plano da Operação Energética 2012/2016*., PEN 2012. Rio de Janeiro: ONS, set. 2012. 141 p. v. 1. Relatório Executivo. Disponível em: <http://www.ons.org.br/download/avaliacao_condicao/operacao_energetica/PEN%202012_VOL1_RELATORIO%20EXECUTIVO.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 2. 9º *balanço 2011/2014*: ano 3. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

U.S. DEPARTMENT OF ENERGY. World Shale Gas Resources: an initial assessment of 14 regions outside the United States. Washington, DC 20585: U.S. Department of Energy, Apr. 2011. 353 p. Disponível em: <<http://www.adv-res.com/pdf/ARI%20EIA%20Intl%20Gas%20Shale%20APR%202011.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

O XIII seminário da Rede Ibero-Americana de Investigadores (RII)

Edgard Porto

Coordenador da Comissão Organizadora do XIII Seminário da RII,
Diretor de Estudos da SEI, Pesquisador Associado do PPGAU-UFBA



A perspectiva de que o processo de mundialização dos fluxos econômicos possa trazer importantes reflexos territoriais levou um conjunto de pesquisadores de países ibero-americanos a se reunir, em rede, para discutir o assunto. Assim, nasceu no início da década de 1990 a necessidade de criação da Rede Ibero-americana de Investigadores (RII), cujo XIII seminário acabou de ser realizado em Salvador (BA), entre os dias 1º e 4 de setembro de 2014.

Até o momento foram realizados 11 seminários internacionais: Pereira (Colômbia, 1994), Santiago (Chile, 1995), La Rábida (Espanha, 1996), Bogotá (Colômbia, 1998), Toluca (México, 1999), Rosario (Argentina, 2001), Camagüey (Cuba, 2002), Rio de Janeiro (Brasil, 2004), Bahía Blanca (Argentina, 2006), Querétaro (México, 2008), Mendoza (Argentina, 2010) e, mais recentemente, em Belo Horizonte (Brasil, 2012).

Contando com cerca de 220 pesquisadores, afora os visitantes, foram apresentados e debatidos, em Salvador, cerca de 170 trabalhos oriundos de distintos países da região ibero-americana, abordando seis temas principais.

1. **Sistemas locais de produção, redes de inovação e desenvolvimento regional**, com ênfase na análise de sistemas de produção local; formas de utilização e valorização dos recursos ambientais, territoriais e socioculturais; diretrizes e procedimentos para políticas de desenvolvimento; fontes de pesquisas, indicadores e métodos analíticos utilizados para o estudo de sistemas locais de produção, distritos industriais, inovadores e territórios inteligentes.
2. **Desigualdades socioterritoriais**, enfatizando a tendência de fragmentação socioterritorial; a

apropriação dos espaços pelas classes sociais; o consumo, a cultura urbana e as desigualdades socioterritoriais; as desigualdades sociais e territoriais, os novos cenários da crise financeira global; e a avaliação das políticas públicas em relação às desigualdades socioterritoriais.

3. **Desenvolvimento territorial, políticas e participação**, com maior foco na capacidade de alterações territoriais do Estado, de sistemas políticos, das políticas públicas e da gestão público-privada, dos movimentos sociais, da participação social e dos conflitos emergentes.
4. **Alterações urbanas e metropolitanas**, ressaltando principalmente as mudanças na organização, no funcionamento, na morfologia e/ou na paisagem urbana; nos efeitos da reestruturação dos mercados urbanos e metropolitanos do trabalho na conformação de aglomerações socioterritoriais; em efeitos da escalada incontável de conectividade e mobilidade urbana e organização territorial em redes; na adoção de uma nova gestão e/ou governança urbana e regional no âmbito da abordagem empresarial que prioriza a parceria público-privada; e nos efeitos do crescimento das finanças do setor imobiliário na atual mercantilização da metamorfose urbana.
5. **Dinâmica da produção e transformação territorial**, focando o processo de reestruturação econômica e seu impacto sobre o território; as mudanças na composição e organização das atividades econômicas; as mudanças de localização e seu impacto; as especificidades das atividades de extração de recursos naturais e de produção e comercialização de *commodities*; o risco de reprimarização e desindustrialização das economias regionais

latino-americanas, bem como a criação de enclaves regionais e as mudanças no mundo do trabalho e suas implicações regionais.

6. **Reflexos da globalização sobre as cidades médias**, identificando as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas; a estrutura e dinâmica da cidade média; a dinâmica dos problemas socioeconômicos e ambientais; e o planejamento e a gestão das áreas urbanas.

Vale salientar que os temas tratados se adéquam amplamente à realidade de vários países, incluindo o Brasil, e também são fortemente relacionados com questões largamente discutidas no Nordeste do Brasil e na Bahia em particular.

As discussões realizadas nos grupos de trabalho objetivaram compreender como os processos globais se manifestam de forma diferenciada e, de maneira incisiva, sobre o desenvolvimento territorial em distintos países.

Sem dúvida foi de grande importância a realização do seminário na Bahia, pois os pesquisadores, técnicos, políticos e gestores públicos e suas instituições tiveram a oportunidade de conhecer e refletir sobre os resultados obtidos nos estudos elaborados para diferentes territórios, além de aproveitar a oportunidade para estreitar o intercâmbio com representantes de outras regiões do Brasil e de outros países ibero-americanos.

É importante também realçar o esforço coletivo das instituições organizadoras locais, que tiveram a capacidade de, ao mesmo tempo, estreitar os seus laços institucionais e realizar um dos maiores eventos da RII, segundo a opinião dos membros do comitê científico e coordenadores de grupos de trabalho.

Esse esforço foi desenvolvido durante quase dois anos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Centro de Recursos Humanos (CRH), o Programa de Pós-Graduação em Geografia, o Curso de Mestrado em Economia, o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, esses pertencentes à Universidade Federal da Bahia (UFBA); pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); a Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e o Instituto de Pesquisas Sociais Econômicas e Ambientais (InP).

Do ponto de vista dos resultados obtidos, três aspectos merecem ser ressaltados:

- O primeiro diz respeito à dificuldade de seleção do número de trabalhos a serem apresentados, em função das suas qualidades técnicas. A quantidade de trabalhos colocados à apreciação pode ser explicada pelo esforço de divulgação dirigido à maioria dos países ibero-americanos. Tal esforço resultou no recebimento de 370 artigos, entre os quais foram selecionados 180, sendo 68% do Brasil e 32% de outros países, notadamente de Argentina, México, Colômbia, Chile, Uruguai, França e Espanha.
- O segundo diz respeito ao êxito do evento que, na avaliação dos participantes, atingiu plenamente o objetivo esperado, principalmente quanto aos índices de receptividade, que, estatisticamente, apresentaram percentuais de excelente satisfação: conforto oferecido aos participantes – 89%; localização do evento – 79%; pontualidade das atividades – 77%; atendimento aos participantes – 89%; material de apoio – 74%.
- O terceiro aspecto, objeto de avaliação, refere-se aos avanços obtidos nas discussões sobre os próximos seminários da RII. Apesar dos esforços empreendidos em seminários anteriores para a avaliação dos temas atuais, foi construída em Salvador uma convergência entre os membros da coordenação da RII quanto à reestruturação de temas, palestras e grupos de trabalho.

A perspectiva é que, nos próximos seminários, seja possível estender o tempo para as discussões de temas transversais aos grupos de trabalhos, em forma de palestras e mesas-redondas. Com isso, pretende-se estimular análises que avaliem a realidade com uma visão mais ampla e estimulem novas linhas de pesquisas. Por sua vez, o número de temas dos grupos de trabalho deverá ser reduzido, concentrando ainda mais as discussões e permitindo que estas ocorram em apenas um turno de cada dia de evento. Elas devem focar, prioritariamente, em aspectos que busquem compreender processos que incidem sobre os países ibero-americanos, como: a tendência da reprimarização da economia, a rede de cidades e metrópoles e a reestruturação social.

Esse será mais um avanço para evitar dispersão do foco de pesquisa da RII e reforçar o pensamento mais articulado e voltado para compreender os reflexos da globalização sobre os seus distintos territórios.

O estado da Bahia deverá gerar cerca de R\$ 45 bilhões em investimentos até 2016

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia contabilizam atualmente um montante de R\$ 45,5 bilhões com expectativas de atrair 426 empresas com a intenção de implantar e/ou ampliar suas unidades industriais até 2016. Além disso, espera-se uma geração de 64.033 empregos diretos.

O maior volume de investimentos previstos será alocado no território Metropolitana de Salvador com inversões que chegam a R\$ 12 bilhões e a implantação/ampliação de 181 empresas. Destacam-se também o território Sertão Produtivo, com um volume esperado de aproximadamente R\$ 6 bilhões alocados em dez projetos, e o território da Chapada Diamantina, com investimentos previstos de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões.

Por complexo de atividade, destaca-se o complexo Outros, no qual os investimentos somam R\$ 14 bilhões, totalizando 28 projetos de empresas com a intenção de investir no estado. Destacam-se aí inversões para a área de energia eólica, com projetos de grande porte que farão parte do parque eólico do estado. No complexo Atividade Mineral e Beneficiamento, o volume previsto também é expressivo e deve chegar a aproximadamente R\$ 12,4 bilhões, a partir de 14

projetos de empresas que deverão investir na extração de minerais metálicos e não metálicos.

No complexo Metal-Mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 5,5 bilhões a partir de 48 projetos. Neste complexo destaca-se a fábrica de motores recentemente inaugurada, com capacidade para 210 mil unidades/ano e investimento de R\$ 400 milhões, e terá como primeiro destino a fábrica de Camaçari e, em seguida, as outras três fábricas da montadora no país e também do mercado externo.

Esta inversão significa um passo importante para o setor automotivo da Bahia, uma vez que a produção de motores representa tecnologia de ponta.

Os investimentos fazem parte da política de atração de investimentos industriais via concessão de incentivos fiscais, implementada pelo Governo do Estado da Bahia através do Programa Desenvolve, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para a economia do estado e para o seu setor industrial com a diversificação da matriz. A ação governamental com o objetivo de desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

**Tabela 1****Investimentos industriais previstos para a Bahia****Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade – Bahia – 2014-2016**

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	3.462.197.049	90	7,6	21,1
Atividade mineral e beneficiamento	12.416.650.000	14	27,3	3,3
Calçados/têxtil/confecções	151.901.896	42	0,3	9,9
Complexo madeireiro	91.382.800	18	0,2	4,2
Eletroeletrônico	224.093.955	44	0,5	10,3
Metal-mecânico	5.527.510.000	48	12,1	11,3
Químico-petroquímico	9.098.856.000	110	20,0	25,8
Reciclagem	7.800.000	4	0,0	0,9
Transformação petroquímica	537.100.000	28	1,2	6,6
Outros	13.996.100.000	28	30,8	6,6
Total	45.513.591.700	426	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/07/2014.

Tabela 2**Investimentos industriais previstos para a Bahia****Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade – Bahia – 2014-2016**

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº. Projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	808.546.000	18	1,8	4,2
Bacia do Jacuípe	1.000.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Grande	1.413.035.000	22	3,1	5,2
Baixo Sul	1.280.000.000	3	2,8	0,7
Chapada Diamantina	2.260.000.000	4	5,0	0,9
Costa do Descobrimento	739.050.000	14	1,6	3,3
Extremo Sul	159.805.000	5	0,4	1,2
Irecê	2.080.000.000	3	4,6	0,7
Itaparica	12.000.000	2	0,0	0,5
Litoral Norte e Agreste Baiano	3.005.000.000	16	6,6	3,8
Litoral Sul	3.085.948.955	24	6,8	5,6
Médio Rio de Contas	188.107.270	12	0,4	2,8
Médio Sudoeste da Bahia	16.500.000	2	0,0	0,5
Metropolitano de Salvador	12.215.969.475	181	26,8	42,5
Piemonte da Diamantina	870.000.000	1	1,9	0,2
Piemonte do Paraguaçu	3.000.000	2	0,0	0,5
Piemonte Norte do Itapicuru	2.000.000.000	1	4,4	0,2
Portal do Sertão	483.880.000	28	1,1	6,6
Recôncavo	1.276.960.000	26	2,8	6,1
Semiárido Nordeste II	6.000.000	1	0,0	0,2
Sertão do São Francisco	4.823.000.000	19	10,6	4,5
Sertão Produtivo	6.000.000.000	10	13,2	2,3
Sisal	333.940.000	5	0,7	1,2
Vale do Jiquiriça	323.800.000	5	0,7	1,2
Velho Chico	2.060.000.000	3	4,5	0,7
Vitória da Conquista	62.050.000	17	0,1	4,0
Total	45.513.591.700	426	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/07/2014.

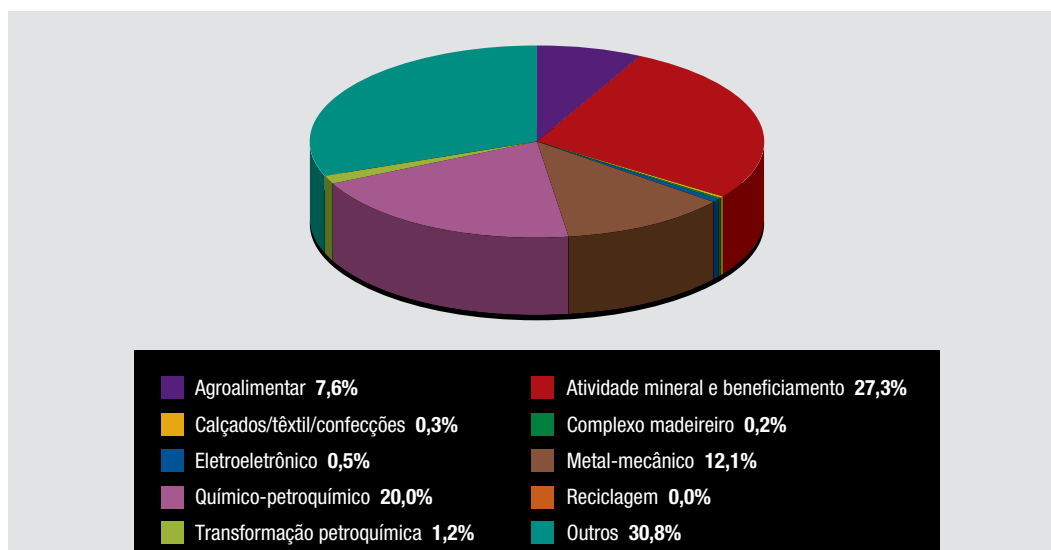


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2014-2016

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/07/2014.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.



Estudos e Relatórios

Também faz parte da linha editorial da SEI, estudos e relatórios que retratam a realidade socioeconômica e cultural do estado. Entre estes estudos, indicamos para leitura a revista eletrônica CAS Centro Antigo de Salvador: Território de Referência; a TRU: Tabela de Recursos e Usos do Estado da Bahia, instrumento que permite uma análise da dinâmica econômica do estado; e a série de Textos para Discussão.

Onde comprar: Biblioteca Rômulo Almeida – SEI CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Download gratuito:
www.sei.ba.gov.br



**Governo do
Estado da Bahia**
Secretaria do Planejamento

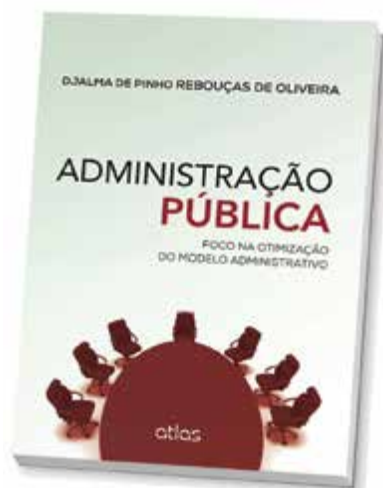


A CRISE DO NEOLIBERALISMO

Autor: Gerard Duménil e Dominique Lévy

No livro *A crise do neoliberalismo*, Gerard Duménil e Dominique Lévy analisam a crise econômica iniciada nos Estados Unidos em 2007 e seus impactos no capitalismo mundial até os dias atuais. Os autores, pesquisadores do neoliberalismo há cerca de 20 anos, procuram recontar a história desse novo estágio do capitalismo: do colapso dos subprimes à dita “grande contração”.

Consideram que a crise atual, semelhante à que ocorreu em 1929, é uma crise da hegemonia financeira. Argumentam que o caráter estrutural da crise deve obrigar a substituição do capitalismo neoliberal por outro modelo econômico e que a natureza desse modelo dependerá da luta de classes e da correlação política de forças nos diferentes países e em escala internacional. Dessa forma articulam a análise econômica com a sociológica e a política.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: FOCO NA OTIMIZAÇÃO DO MODELO ADMINISTRATIVO

Autor: Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira

O objetivo do livro *Administração pública: foco na otimização do modelo administrativo* é demonstrar para os leitores que a administração pública pode se tornar eficaz, eficiente, efetiva.

Para que isso ocorra, o autor argumenta que é necessária a operacionalização de mudanças no modelo e no estilo administrativo. O que é inteiramente possível desde que os administradores públicos acreditem e queiram oferecer serviços de qualidade, conquistando, dessa forma, o respeito da comunidade.

O livro está estruturado em capítulos interligados que visam otimizar o entendimento da realidade e da situação ideal de atuação das instituições públicas.

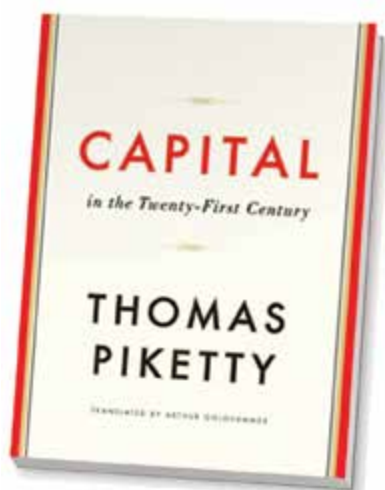


POR QUE O BRASIL CRESCE POUCO? DESIGUALDADE, DEMOCRACIA E BAIXO CRESCIMENTO NO PAÍS DO FUTURO

Autor: Marcos Mendes

O economista Marcos Mendes, especializado em finanças públicas, considera que o baixo crescimento do Brasil é uma questão de escolha e que pode ser atribuído a uma perversa combinação de altos gastos públicos, elevada carga tributária, baixo investimento público, baixa qualidade dos serviços de educação, insegurança jurídica e baixa poupança do setor público.

Para o autor, a saída passaria, necessariamente, pela retomada da agenda de reformas, redução dos subsídios para empresas e focalização da política distributiva. Considera que há um grande conflito entre os diversos e heterogêneos grupos sociais, cada um tentando obter do estado mais benefícios, mais proteção regulatória e menor pagamento de tributos.



CAPITAL IN THE TWENTY-FIRST CENTURY **Autor: Thomas Piketty**

O livro que se tornou um best-seller mundial destaca o aprofundamento da desigualdade social e econômica ao longo do processo de produção e acumulação do capital. De acordo com o autor, o capitalismo não pode se apresentar como solução para a desigualdade, porque a distribuição de renda não acompanha o ritmo de acúmulo das riquezas. Além disso, a sociedade estaria voltando ao “capitalismo patrimonial”, no qual as grandes economias não são de indivíduos talentosos que construíram seu império por meio do mérito, mas sim de dinastias familiares.

Piketty reconhece que apenas a intervenção do setor público é capaz de atenuar ou reorientar essa natureza perversa do capital, qual seja o aprofundamento dos níveis de desigualdade. Assim, as alternativas passariam pelo estabelecimento de políticas públicas corretivas dessa inércia rumo à concentração de poder e de riqueza.



EDUCAÇÃO CORPORATIVA: MUITOS OLHARES **Organizadora: Marisa Eboli**

Os desafios da contemporaneidade, tais como a emergência de novas formas de trabalho, a velocidade das comunicações, a mudança dos centros de gravidade da economia mundial, têm reforçado o papel da educação corporativa na antecipação e no enfrentamento dessas mudanças. O livro se propõe a oferecer visões abrangentes sobre esse processo.

Educação corporativa: muitos olhares traz, portanto, reflexões e questionamentos que irão permitir aprofundar a investigação científica sobre o tema no Brasil. A partir de muitos olhares, o livro objetiva estimular o leitor a formular suas próprias perguntas sobre o assunto, contribuindo, dessa forma, para o avanço do processo de educação e aprendizagem das pessoas nas organizações. Traz ainda lições e casos ilustrativos de educação corporativa no Brasil e no exterior.



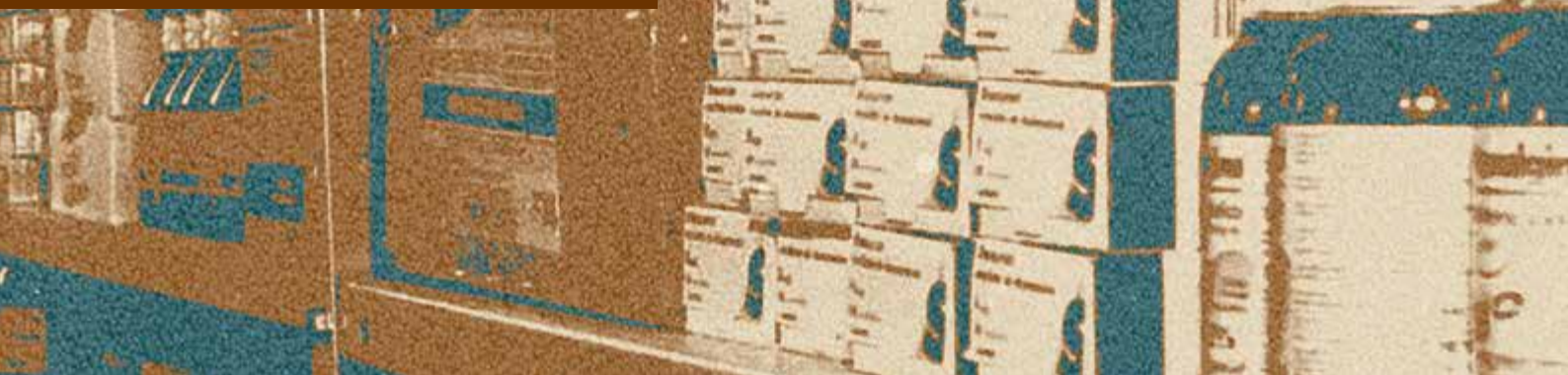
GESTÃO DA INOVAÇÃO: A ECONOMIA DA TECNOLOGIA NO BRASIL **Autor: Paulo Bastos Tigre**

O livro de Paulo Bastos Tigre aborda a inovação como um fator preponderante para o aumento da competitividade nas organizações e no âmbito do desenvolvimento econômico do país.

O autor discorre sobre aspectos relacionados à economia e à gestão da inovação que vão do pensamento marxista e schumpeteriano à atualidade que requer uma estrutura de equipes multidisciplinares.

Apresenta uma visão focada na realidade brasileira que é a de um país em desenvolvimento que apresenta baixas taxas de escolaridade e atividade tecnológica, mas que, por sua vez, possui uma elevada capacidade para desenvolver e utilizar tecnologias.

Conjuntura econômica baiana



Analisando-se os resultados dos principais indicadores da conjuntura econômica baiana, notou-se que, entre as atividades mais importantes, apenas o comércio varejista e a receita nominal de serviços apresentaram resultados satisfatórios no primeiro semestre de 2014. A indústria, a balança comercial e o rendimento médio dos assalariados e ocupados mostraram arrefecimento no período em questão. Cabe salientar que, na Bahia, a taxa de desemprego vem crescendo desde janeiro de 2014, mas a perspectiva é de estabilidade relativa para os próximos meses.

Segundo os dados divulgados no relatório da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-BA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria baiana decresceu 4,5% no primeiro semestre de 2014, em relação ao mesmo período de 2013. Dos 11 segmentos da indústria de transformação (-5,1%), nove apresentaram retração no período, com destaque para *Veículos automotores* (-34,4%), *Bebidas* (-6,2%), *Couros, artigos para viagem e calçados* (-7,4%) e *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-43,2%). Por sua vez, a maior influência positiva veio de *Outros produtos químicos* (4,5%).

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, a receita nominal do setor de serviços apresentou, no primeiro semestre de 2014, crescimento nominal de 3,0% em relação ao mesmo período de 2013. A atividade *Outros serviços* teve a maior expansão (14,0%), enquanto a de *Serviços prestados às famílias* (11,4%) registrou o segundo maior crescimento (8,6%). Em seguida vieram *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* e *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, com variações de 8,6% e 7,0%, respectivamente. Por sua vez, a atividade *Serviços de informação e comunicação* apontou retração de 3,7%.

A balança comercial baiana registrou, no primeiro semestre de 2014, retração nas exportações (5,6%) e expansão nas importações (4,9%). As exportações somaram US\$ 4,43 bilhões, e as importações, US\$ 4,24 bilhões, proporcionando *superávit* de US\$ 186,6 milhões, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período decorreu principalmente da queda nas vendas de segmentos como *Automotivos* (-30,2%),



Químicos e Petroquímicos (-11,2%), *Borracha e suas obras* (-11,5%) e *Calçados e suas partes* (-31%). No período, o índice de preços das exportações baianas recuou 11,4%, atingindo seis dos oito segmentos mais importantes da pauta exportadora, principalmente minérios e metais preciosos, petroquímicos, soja e celulose. No entanto, o setor de *Papel e celulose* liderou as exportações estaduais, com vendas de US\$ 803 milhões.

Levando-se em conta os dados divulgados no relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-BA), publicado pelo IBGE, o comércio baiano apurou expansão de 7,1% no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. As maiores contribuições positivas no período em análise vieram de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (20,7%); *Livros, jornais e revistas* (18,5%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (17,6%); *Combustíveis e lubrificantes* (9,1%), e *Eletrodomésticos* (9,9%). Os segmentos *Equipamentos e materiais para escritório* (-14,8%) e *Tecidos e vestuários* (-2,0%) puxaram o indicador para baixo. As vendas de *Veículos, motos* e peças apontaram retração de 5,7%, enquanto o segmento

Material para construção ficou relativamente estável (queda de 0,7%), no mesmo período em análise.

Com relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), registrou expansão de 3,9% entre janeiro e junho de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013, impulsionado pelos grupos *Habitação* (6,2%) e *Despesas pessoais* (5,8%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em junho de 2014 foi equivalente a 18,2% da População Economicamente Ativa (PEA). Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real efetivamente recebido cresceu no acumulado do ano de 2014, tanto para os ocupados como para os assalariados, com variações positivas de 4,4% e 3,0%, respectivamente.

Com este cenário, inicia-se a seção com os principais dados da conjuntura baiana resultantes das análises dos indicadores mensal e acumulado dos últimos 12 meses referentes ao ano de 2014.

Em junho de 2014, o Índice de Movimentação da Atividade Econômica de Salvador (IMEC) apresentou expansão de 4,7% na comparação com junho de 2013. O resultado apresentado no mês de junho em relação ao mês anterior é atribuído à desaceleração da atividade econômica na capital baiana, influenciada pela retração nas exportações, a baixa expectativa do consumidor, o menor número de dias úteis e a redução do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais em função dos jogos da Copa do Mundo. Em sentido oposto, o indicador apontou expansão (4,7%), seguindo a mesma tendência no acumulado no ano e nos últimos 12 meses com variações positivas de 6,3% e 6,5%, respectivamente.

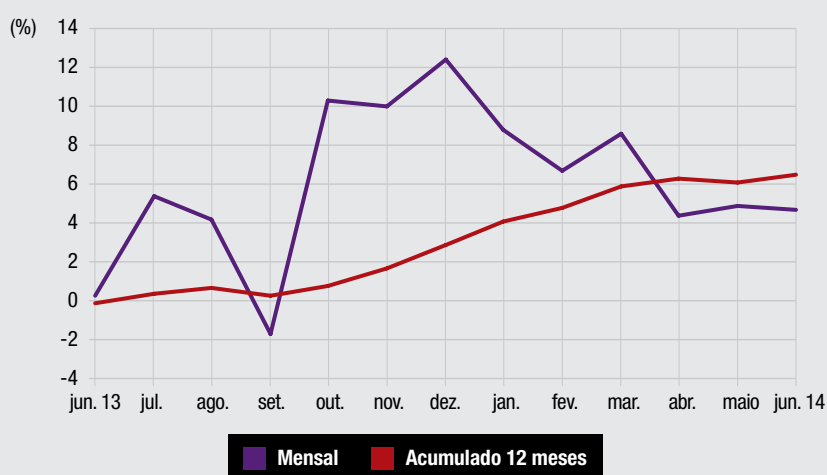


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

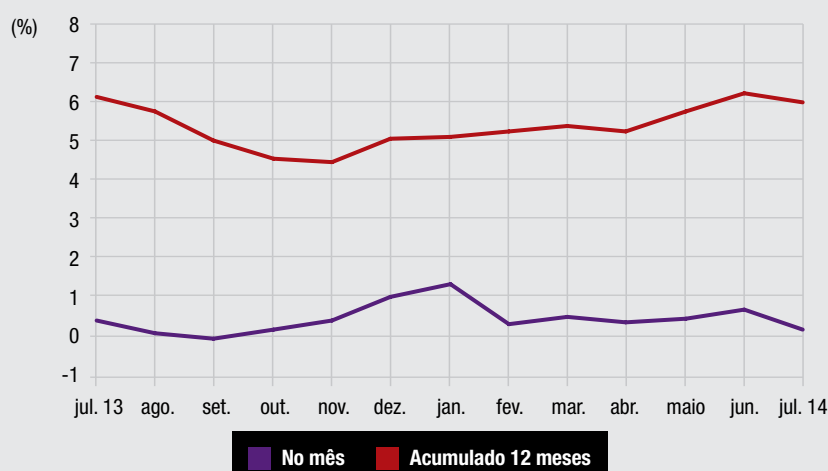


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – jul. 2013-jul. 2014

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Salvador, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou variação de 0,21% em julho, inferior à registrada em julho de 2013 (0,45%). Em julho de 2014, os produtos/serviços que tiveram maiores contribuições positivas na formação da taxa, com suas respectivas variações de preços, foram: *Plano de saúde* (5,13%), *Automóvel novo* (2,63%), *Cerimônias familiares e religiosas* (5,37%), *Ingressos para teatro* (95,46%), *Pão francês* (2,36%), *Refeição a la Carte (cardápio)* (2,13%), *Empregado doméstico* (1,69%), *Perfume* (2,39%), *Gás de cozinha* (1,94%) e *Anti-inflamatório e antirreumático* (2,53%). No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa atingiu a marca de 5,98%, revelando-se inferior aos 6,15% acumulados até julho de 2013.

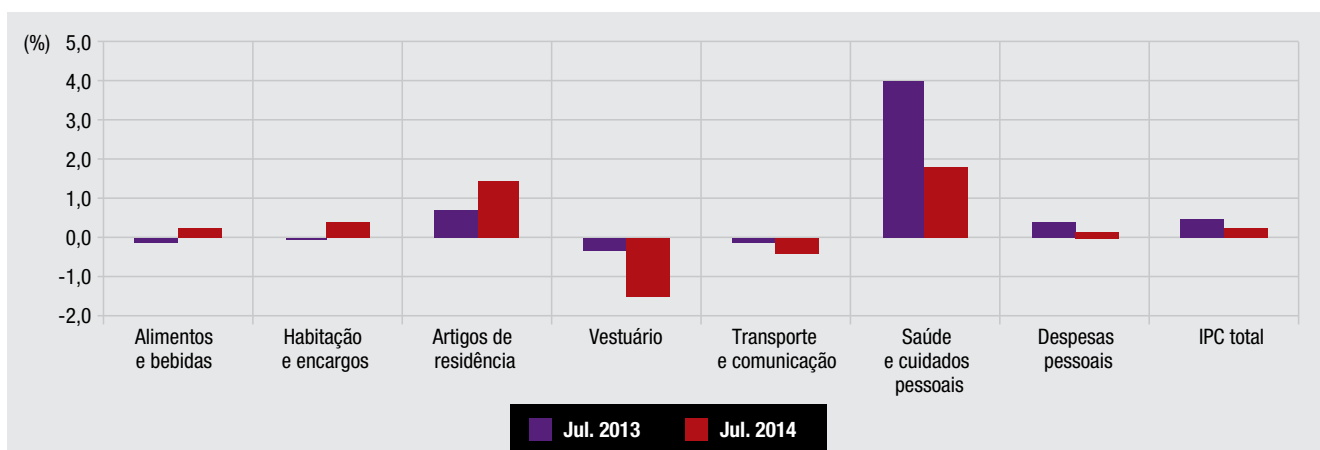


Gráfico 3

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – jul. 2013-jul. 2014

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

Em termos desagregados por grandes grupos, observou-se que as maiores contribuições para o resultado do índice de preços em Salvador, em julho, decorreram de *Saúde e cuidados pessoais* (1,79%) e *Artigos de residência* (1,43%). Em sentido contrário, os segmentos *Vestuário* e *Transporte e comunicação* apresentaram pressões negativas (-1,5% e -0,4%, respectivamente). Em *Saúde e cuidados pessoais*, destacou-se a alta de preços em *serviços médicos* (4,2%). No grupo *Artigos de residência*, predominou a alta nos preços de *eletrodomésticos e equipamentos* (2,3%).

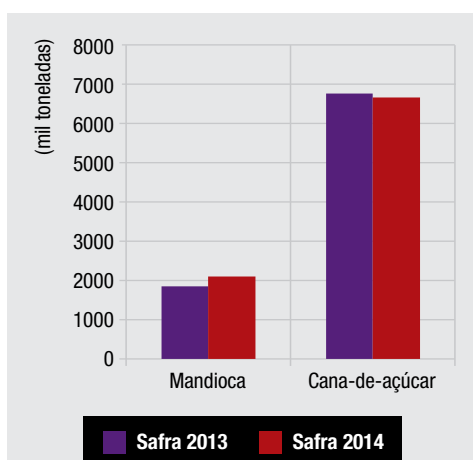


Gráfico 4

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em julho de 2014, a produção de mandioca em andamento no estado cresceu 12,7%. A área plantada e o rendimento médio da cultura de mandioca expandiram-se 45,1% e 12,9%, respectivamente, em relação à safra de 2013. Em sentido oposto, a produção de cana-de-açúcar retraiu-se 0,9%. A área plantada da cultura de cana-de-açúcar retraiu-se 2,3% e o rendimento médio desta se expandiu 2,1%, em relação à safra de 2013.

O LSPA apresentou estimativas de expansão na produção das culturas de feijão (27,9%), milho (50,5%), soja (44,0%) e algodão (31,4%) em relação à safra de 2013. As estimativas para o feijão de área plantada e área colhida cresceram 5,5% e 24,4%, respectivamente, com rendimento médio de 2,8%. Já a cultura de milho apontou acréscimo na área plantada (17,0%) e na área colhida (34,6%), com forte ampliação no rendimento médio (11,8%). A soja apontou a mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (16,6%), com ampliação no rendimento médio de 23,5%. Prontamente, o algodão apontou expansão, tanto na área cultivada (13,7%) como na área colhida (13,9%), e ampliação no rendimento (15,4%).

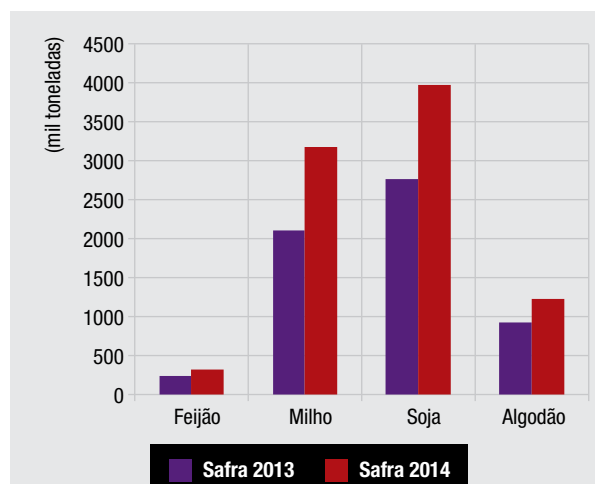


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

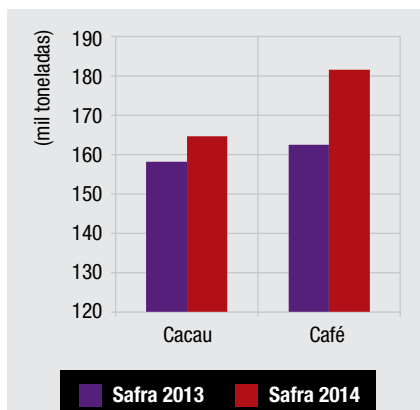


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentaram os seguintes resultados: para o cacau, em fase de colheita, constatou-se ampliação na produção (4,1%), na área plantada (4,1%), na área colhida (3,5%) e no rendimento médio (0,6%); para o café, em fase de colheita, as estimativas apontaram expansão na produção do grão (11,7%), retração na área plantada (-2,0%), ampliação na área colhida (4,4%) e no rendimento médio (7,0%) em relação à safra de 2013.

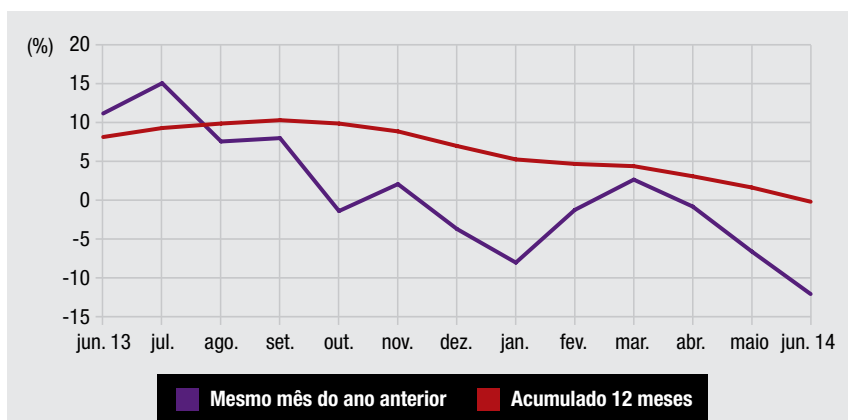


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: CNAE 2.0.

A produção física da indústria baiana (*transformação e extrativa mineral*) teve queda de 12,1% no mês de junho, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, em comparação com igual mês de 2013. O desempenho da produção industrial em junho foi influenciado pelo resultado negativo da *indústria de transformação* (que registrou decréscimo de 12,9%). Os segmentos que mais influenciaram o indicador mensal foram: *Veículos* (-80,2%), que apresentou a principal influência negativa no período, em decorrência da concessão de férias coletivas em unidade produtiva local. Outros resultados negativos no indicador foram observados nos segmentos de *Metalurgia* (-11,3%), *Equipamentos de informática* (-41,5%), *Produtos químicos* (-3,2%), *Celulose* (-2,6%), *Bebidas* (-8,2%) e *Minerais não metálicos* (-1,8%). O segmento de *Derivados do petróleo* manteve-se estável no período. A principal contribuição positiva ficou com a *Extrativa* (1,1%). Outros segmentos que registraram aumento foram *Couros, artigos de viagem e calçados* (10,9%), *Produtos alimentícios* (1,8%) e *Borracha e material plástico* (4,2%).

A indústria geral apontou, em junho de 2014, eliminando-se influências sazonais, variação negativa de 1,1% na comparação com o mês de maio do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela retração registrada nos segmentos de *Veículos automotores*, *Bebidas* e *Couros, artigos para viagem e calçados*. Cabe destacar, também, as contribuições negativas observadas em *Metalurgia* e *Produtos de borracha e de material plástico*.

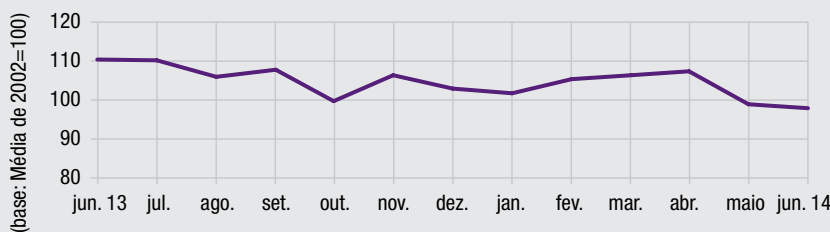


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral
Bahia – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria de transformação, na Bahia, apresentou retração de 0,8% no nível de emprego no mês de junho de 2014, quando comparado ao mesmo mês de 2013. Entre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal, destacam-se: *Máquinas e equipamentos* (-15,4%), *Calçados e couro* (-3,8%), *Produtos de metal* (-10,3%) e *Têxtil* (-16,6%). Entre os que apresentaram contribuição positiva no número de pessoas ocupadas nesse indicador, sobressaem-se: *Alimentos e bebidas* (3,3%), *Produtos químicos* (4,8%) e *Papel e gráfica* (4,2%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador apontou variação de -4,2% até junho, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE.

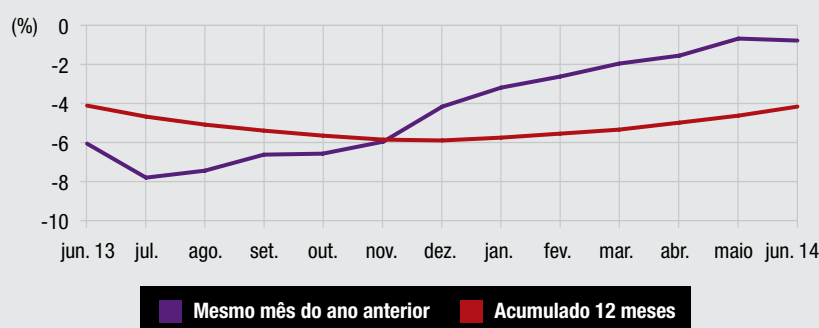


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

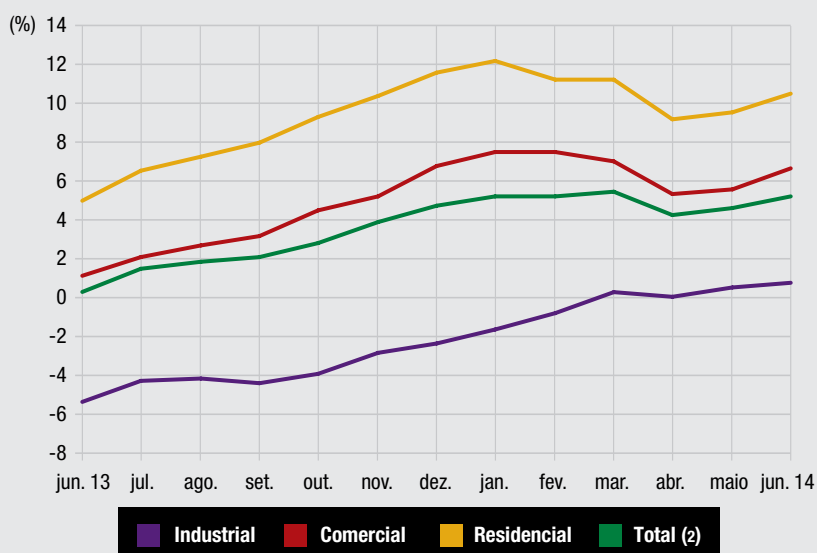


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo de energia elétrica no estado ficou relativamente estável em junho de 2014, na comparação com o mesmo período de 2013. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica passou de 4,6%, em maio, para 5,2%, em junho. Considerando-se as classes de consumo comercial (6,7%), residencial (10,4%) e industrial (0,7%), todas registraram variações positivas no acumulado dos últimos 12 meses, quando comparadas com igual período de 2013. Ressalta-se que os dados aqui considerados são apenas os de consumo do mercado cativo, o qual congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia Elétrica do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) –, não sendo considerado o mercado de auto-produção e cogeração (mercado livre).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês de junho de 2014, o *comércio varejista* da Bahia teve aumento de 2,7% no volume de vendas, comparado com igual mês do ano de 2013. O resultado positivo contribuiu para o setor varejista acumular, em 12 meses, taxa de 5,8%, superior à variação registrada no mesmo período de 2013. O *comércio varejista ampliado*, que inclui os segmentos *Veículos, motos e peças* (-5,2%) e *Materiais de construção* (5,4%), registrou decréscimo de 2,5%.

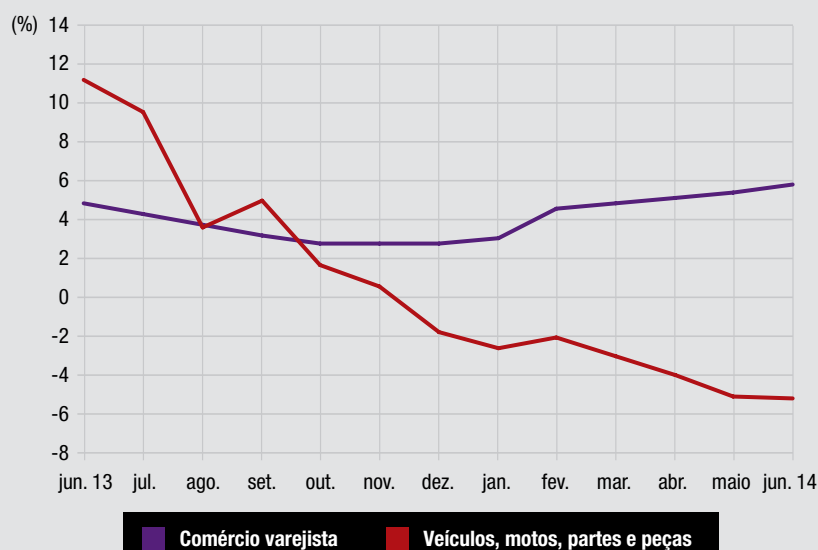


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

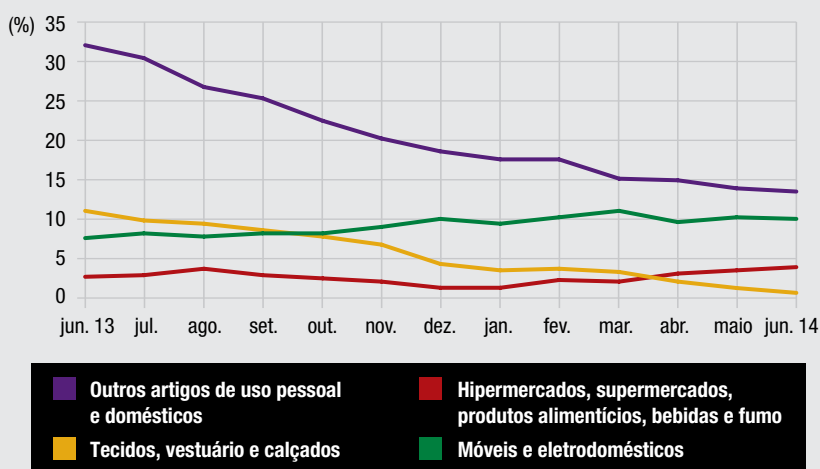


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas variações positivas no *comércio varejista* foram: *Livros, jornais, revistas e papelaria* (20,0%); *Artigos farmacêuticos* (19,0%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (13,5%); *Móveis e eletrodomésticos* (10,0%); *Hipermercados e supermercados* (4,0%); *Combustíveis e lubrificantes* (3,5%). Dentre todos os segmentos, o de *Equipamentos e materiais para escritório* (18,5%) foi o único que registrou arrefecimento nas vendas, com variação negativa de 18,5%.

A receita nominal de serviços apresentou, em junho, um acréscimo de 3,0% em relação ao mesmo mês de 2013. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor de serviços passou de 9,4%, em junho de 2013, para 5,7%, em junho de 2014, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. O resultado da receita nominal de serviços na Bahia, em junho, foi atribuído ao acréscimo nas atividades de *Serviços prestados às famílias* (32,0%), *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (3,4%), *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (7,3%) e *Outros serviços* (15,1%).

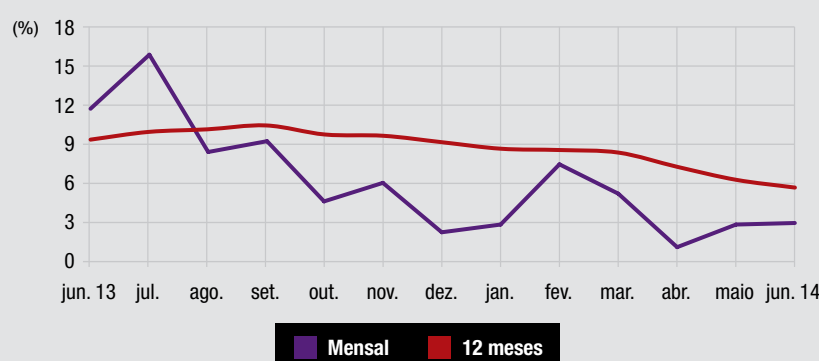


Gráfico 13
Pesquisa Mensal de Serviços (1) – Bahia – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pesquisa iniciada em janeiro de 2012.

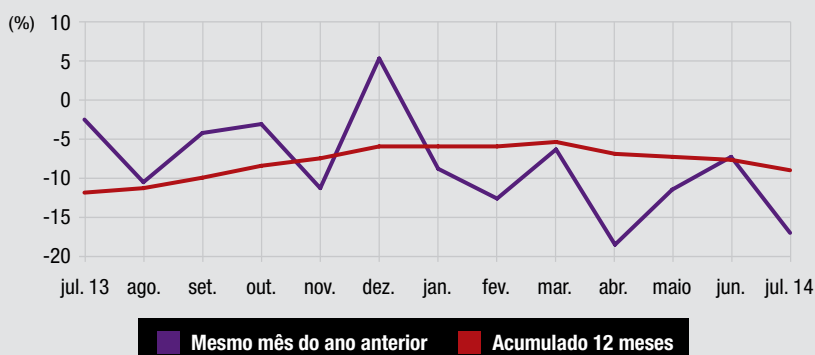


Gráfico 14
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – jul. 2013-jul. 2014

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo o Banco Central (Bacen), em julho de 2014 foram emitidos 173,9 mil cheques sem fundos na Bahia. Esse saldo resultou na retração de 17,0% nas emissões de cheques sem fundo, em comparação com o mesmo mês de 2013. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses continua demonstrando retração (-9,0%).

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em junho de 2014, a taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para as pessoas físicas na Bahia cresceu 0,6 p.p., passando de 5,7% em junho de 2013, para 5,1% em junho de 2014, seguindo uma trajetória média em torno de 5,1% ao longo do ano.

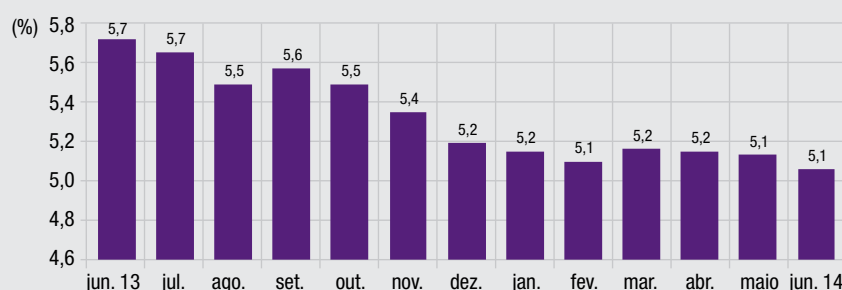


Gráfico 15
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

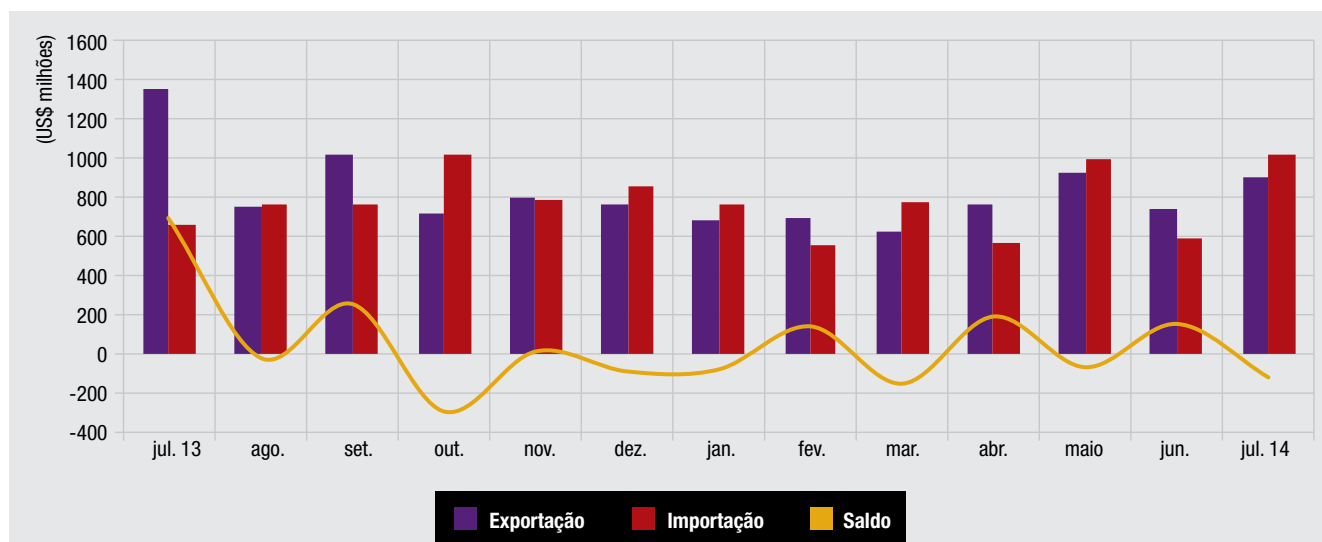


Gráfico 16
Balança comercial – Bahia – jul. 2013-jul. 2014

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

As exportações baianas, em julho, atingiram volume de US\$ 899 milhões, com decréscimo de 33,6%, em comparação ao mês de julho de 2013. As importações registraram acréscimo de 54,3%, com volume de US\$ 1,0 bilhão. A balança comercial registrou déficit de US\$ 120 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado negativo do indicador mensal, destacam-se, com queda nas vendas, *Petróleo e derivados* (-44,7%), *Papel e celulose* (-18,8%), *Automotivo* (-77,0%) e *Borracha e suas obras* (-12,9%). Entre os segmentos que apresentaram desempenho positivo, *Químicos e petroquímicos* (34,4%), *Metais preciosos* (35,9%) e *Algodão e seus subprodutos* (114,5%). No acumulado dos 12 meses, as exportações diminuíram 3,2%, as importações tiveram alta de 2,2%, e o saldo diminuiu 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

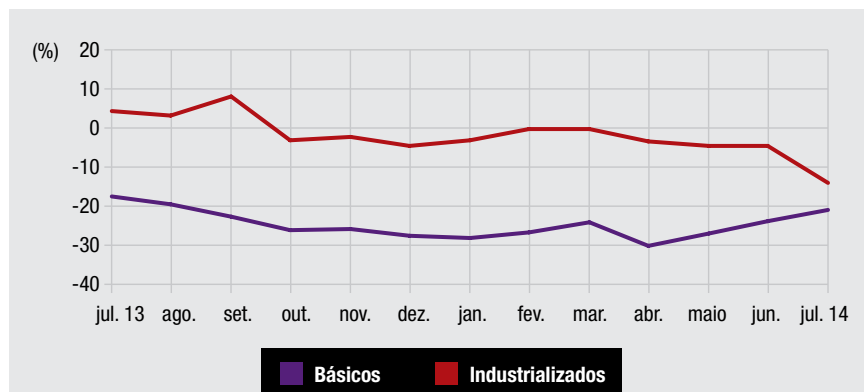


Gráfico 17
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – jul. 2013-jul. 2014

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado apontou crescimento em julho de 2014, em relação ao mesmo mês de 2013, nas vendas de produtos básicos (2,1%) e arrefecimento nos produtos industrializados (-43,2%). No acumulado dos 12 meses, ambas as exportações registraram arrefecimentos de 20,9% e 14,0%, respectivamente, quando comparado com igual período de 2013.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), o principal tributo de arrecadação do estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), totalizou, em julho de 2014, aproximadamente R\$ 1,345 bilhão, com acréscimo real de 5,5% em relação ao mesmo mês de 2013. O indicador acumulado em 12 meses passou de 7,2%, em julho de 2013, para 11,6% julho de 2014.

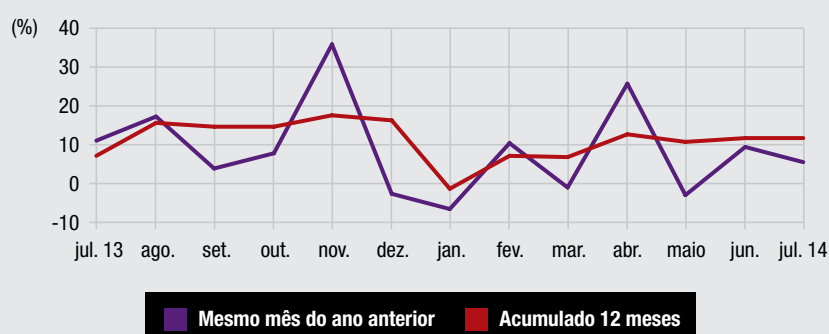


Gráfico 18
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – jul. 2013-jul. 2014

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em julho de 2014, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou retração de 125 postos de trabalho. Tal resultado decorreu, principalmente, da queda do emprego no setor de *Comércio* (-1.523 postos), inferior ao aumento da *Construção civil* (+837 postos) e da *Indústria de transformação* (+369 postos). No acumulado dos últimos 12 meses, ocorreu a criação de 39.201 postos de trabalho, o que correspondeu ao acréscimo de 2,21% em relação ao estoque anterior.

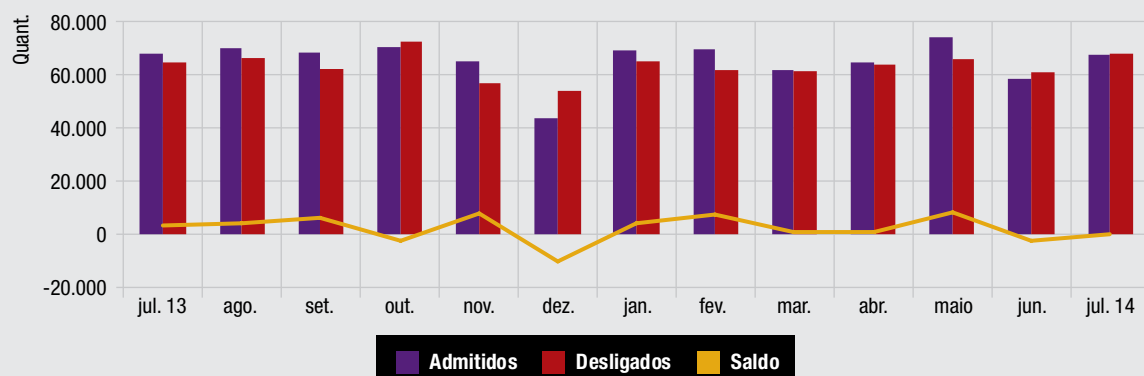


Gráfico 19
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – jul. 2013-jul. 2014

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

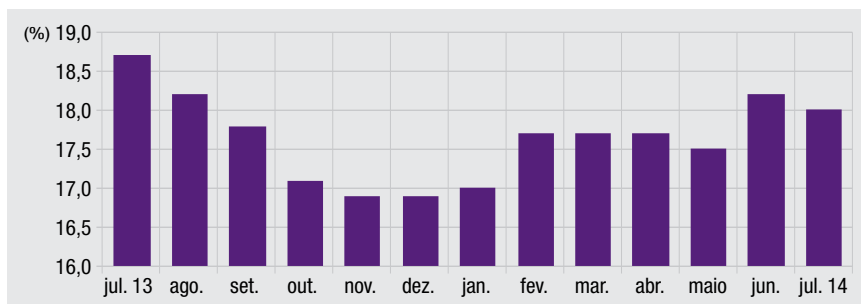


Gráfico 20

Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – jul. 2013-jul. 2014

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).

Elaboração: SEI/CAC.

As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na Região Metropolitana de Salvador (RMS), indicaram ampliação na taxa de desemprego total (18,0%) em julho de 2014. No mesmo mês de 2013, a taxa de desemprego foi de 18,7%, indicando queda de 0,7 p.p. no período. Com relação ao total de ocupados, ocorreu acréscimo de 1,3% na comparação entre julho de 2014 e o mesmo mês de 2013. Por setores de atividade econômica, em termos relativos, a ampliação da ocupação foi verificada em *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (9,2%) e *Indústria de construção* (9,4%), com estabilidade relativa na *Indústria de transformação* (0,0%) e em *Serviços* (0,2%).

O rendimento médio real dos ocupados no mês de junho de 2014 (R\$ 1.227,00), em comparação ao mês de junho de 2013 (R\$ 1.206,00), apresentou expansão de 1,8%, conforme a PED-RMS. A massa real de rendimentos dos ocupados da RMS, calculada na PED a partir dos dados de população ocupada e de rendimento médio, cresceu 6,4% em julho, e, no acumulado de 12 meses, a taxa foi de 6,7%. A aceleração da massa de rendimentos em 12 meses deve-se, principalmente, ao arrefecimento do nível ocupacional e à expansão do rendimento médio real.

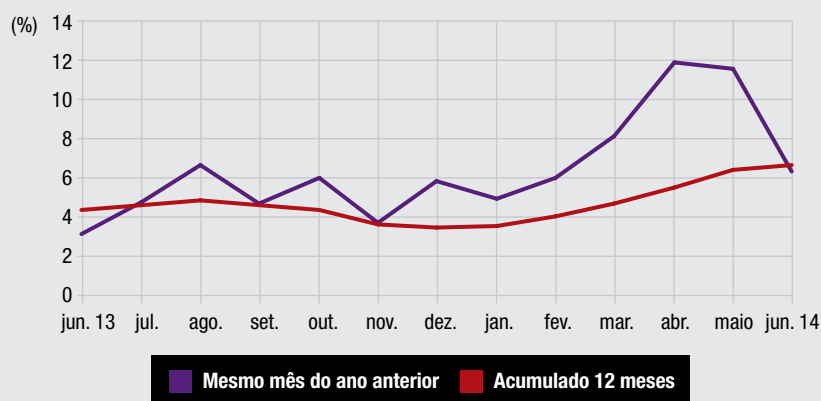


Gráfico 21

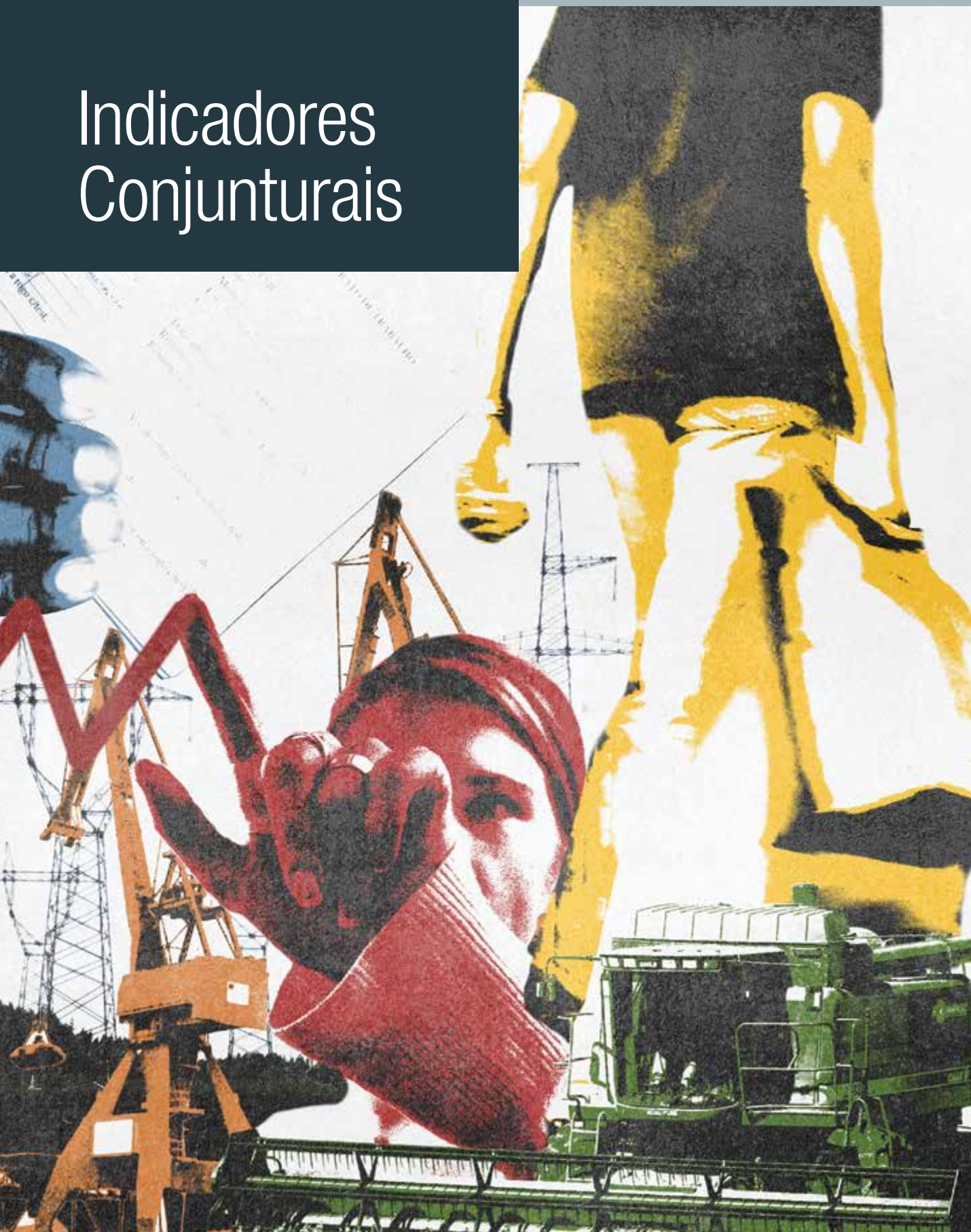
Taxa de variação da massa de rendimento dos ocupados (1) – RMS Bahia – jun. 2013-jun. 2014

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)¹ – Salvador – jul. 2014

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	jul. 2013	jul. 2014	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	-0,13	-0,13	4,19	5,94	169,45	414,91
Habitação e encargos	-0,06	0,36	6,56	8,26	146,77	1006,35
Artigos de residência	0,69	1,43	3,59	4,64	97,78	225,04
Vestuário	-0,35	-1,50	-0,82	2,53	111,15	199,28
Transporte e comunicação	-0,13	-0,40	2,08	2,71	118,23	847,83
Saúde e cuidados pessoais	3,98	1,79	6,81	9,34	153,76	515,38
Despesas pessoais	0,39	0,14	5,91	8,86	162,35	640,42
Geral	0,45	0,21	4,14	6,00	141,48	475,62

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1-40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – jul. 2014

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	239,72	-3,20	10,58	0,15	35,99
Belém	308,37	-3,17	4,06	3,11	46,30
Belo Horizonte	308,35	-3,59	-1,25	5,07	46,29
Brasília	300,86	-7,16	3,84	5,77	45,17
Curitiba	308,66	-7,11	2,44	10,37	46,34
Florianópolis	346,99	-1,91	8,66	22,17	52,09
Fortaleza	287,19	-3,63	5,02	4,33	43,12
Goiânia	280,93	-4,81	2,28	4,30	42,18
João Pessoa	270,60	-3,94	4,56	-1,79	40,63
Manaus	326,85	-1,60	6,22	5,26	49,07
Natal	277,07	-5,27	1,36	2,01	41,60
Porto Alegre	330,69	-5,88	0,46	8,10	49,65
Recife	296,16	-3,67	7,82	5,78	44,46
Salvador	270,06	-3,19	1,86	3,98	40,54
São Paulo	345,42	-2,60	5,56	5,49	51,86
Rio de Janeiro	330,22	-3,85	4,66	9,81	49,58
Vitória	330,71	-4,41	2,90	6,43	49,65

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	104.841	80.336	-23,4	7.576	4.574	-39,6
Algodão herbáceo	924.981	1.215.797	31,4	295.535	335.934	13,7
Alho	6.740	6.938	2,9	640	570	-10,9
Amendoim	3.747	3.777	0,8	3.386	3.539	4,5
Arroz total	16.027	10.207	-36,3	10.658	9.271	-13,0
Batata-inglesa	81.250	52.090	-35,9	2.094	1.306	-37,6
Cana-de-açúcar	6.753.539	6.690.194	-0,9	124.474	121.597	-2,3
Cebola	112.858	323.087	186,3	4.958	9.141	84,4
Feijão total	248.005	317.262	27,9	460.239	485.647	5,5
Feijão 1ª safra	39.987	92.357	131,0	202.255	246.360	21,8
Feijão 2ª safra	208.018	224.905	8,1	257.984	239.287	-7,2
Fumo	3.203	3.244	1,3	3.341	3.285	-1,7
Mamona	9.645	27.989	190,2	75.979	91.361	20,2
Mandioca	1.851.524	2.087.523	12,7	183.368	265.990	45,1
Milho total	2.114.626	3.182.575	50,5	678.182	793.217	17,0
Milho 1ª safra	1.422.086	2.477.605	74,2	379.221	549.831	45,0
Milho 2ª safra	692.540	704.970	1,8	298.961	243.386	-18,6
Soja	2.765.533	3.982.022	44,0	1.211.267	1.411.739	16,6
Sorgo granífero	47.369	75.867	60,2	99.445	102.957	3,5
Tomate	204.792	263.069	28,5	4.223	5.856	38,7
Permanentes						
Banana (4)	1.113.304	1.195.610	7,4	76.856	82.700	7,6
Cacau	158.109	164.624	4,1	550.712	573.101	4,1
Café total	162.464	181.457	11,7	179.316	175.646	-2,0
Café arábica	111.026	119.861	8,0	138.115	127.985	-7,3
Café cenephora	51.438	61.596	19,7	41.201	47.661	15,7
Castanha-de-cajú	4.269	8.988	110,5	23.257	23.136	-0,5
Coco-da-baía (3)	566.214	569.773	0,6	82.083	81.125	-1,2
Guaraná	2.672	2.691	0,7	6.922	6.972	0,7
Laranja (4)	994.841	996.295	0,1	72.926	72.925	0,0
Pimenta-do-reino	4.049	4.261	5,2	1.907	1.925	0,9
Sisal	143.122	119.060	-16,8	255.074	254.056	-0,4
Uva	52.808	58.287	10,4	2.395	1.987	-17,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2013.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), agosto de 2014 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.280	3.702	-29,9	19.856	21.701	9,3
Algodão herbáceo	294.471	335.464	13,9	3.141	3.624	15,4
Alho	640	570	-10,9	10.531	12.172	15,6
Amendoim	3.364	3.539	5,2	1.114	1.067	-4,2
Arroz total	10.658	9.271	-13,0	1.504	1.101	-26,8
Batata-inglesa	2.094	1.306	-37,6	38.801	39.885	2,8
Cana-de-açúcar	117.545	114.093	-2,9	57.455	58.638	2,1
Cebola	4.958	9.141	84,4	22.763	35.345	55,3
Feijão total	374.240	465.554	24,4	663	681	2,8
Feijão 1ª safra	142.269	226.267	59,0	281	408	45,2
Feijão 2ª safra	231.971	239.287	3,2	897	940	4,8
Fumo	3.243	3.285	1,3	988	988	0,0
Mamona	30.280	44.590	47,3	319	628	97,1
Mandioca	177.966	177.768	-0,1	10.404	11.743	12,9
Milho total	570.569	768.111	34,6	3.706	4.143	11,8
Milho 1ª safra	290.665	524.725	80,5	4.893	4.722	-3,5
Milho 2ª safra	279.904	243.386	-13,0	2.474	2.897	17,1
Soja	1.211.267	1.411.739	16,6	2.283	2.821	23,5
Sorgo granífero	93.052	102.847	10,5	509	738	44,9
Tomate	4.223	5.856	38,7	48.494	44.923	-7,4
Permanentes						
Banana (4)	73.797	78.797	6,8	15.086	15.173	0,6
Cacau	533.249	552.165	3,5	297	298	0,6
Café total	160.110	167.129	4,4	1.015	1.086	7,0
Café arábica	124.573	126.054	1,2	891	951	6,7
Café cenephora	35.537	41.075	15,6	1.447	1.500	3,6
Castanha-de-cajú	22.959	23.022	0,3	186	390	110,0
Coco-da-baía (3)	75.322	76.060	1,0	7.517	7.491	-0,3
Guaraná	6.669	6.719	0,7	401	401	0,0
Laranja (4)	63.202	63.134	-0,1	15.741	15.781	0,3
Pimenta-do-reino	1.762	1.925	9,3	2.298	2.214	-3,7
Sisal	168.775	150.354	-10,9	848	792	-6,6
Uva	2.357	1.985	-15,8	22.405	29.364	31,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2013.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), agosto de 2014 (dados sujeitos à retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – jun. 2014

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	-12,1	-4,5	-0,2
Indústrias extrativas	1,1	4,6	2,7
Indústrias de transformação	-12,9	-5,1	-0,4
Produtos alimentícios	1,8	2,2	0,8
Bebidas	-8,2	-6,2	-6,5
Couros, artigos para viagem e calçados	10,9	-7,4	-7,8
Celulose, papel e produtos de papel	-2,6	-1,8	-2,2
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	0,0	3,2	7,0
Outros produtos químicos	-3,2	4,5	-1,0
Produtos de borracha e de material plástico	4,2	0,5	-0,2
Produtos de minerais não-metálicos	-1,8	-2,7	2,1
Metalurgia	-11,3	-5,3	6,7
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-41,5	-43,2	-27,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-80,2	-34,3	-15,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – jun. 2013-jun. 2014

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Junho 2013	11,1	9,8	8,1
Julho	15,0	10,5	9,3
Agosto	7,5	10,1	9,8
Setembro	8,0	9,9	10,3
Outubro	-1,4	8,7	9,9
Novembro	2,1	8,1	8,9
Dezembro	-3,7	7,0	7,0
Janeiro	-8,1	-8,1	5,2
Fevereiro	-1,2	-4,9	4,7
Março	2,2	-2,5	4,4
Abril	-1,3	-2,2	3,0
Maior	-8,1	-3,4	1,6
Junho 2014	-12,9	-5,1	-0,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – jun. 2014

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	12 meses (6)
Rural/Irrigação	-8,7	12,3	7,3	10,4
Residencial	-0,5	6,7	4,0	0,7
Industrial (1)	-7,3	10,5	4,5	6,7
Comercial	3,4	12,1	-2,5	-3,5
Utilidades públicas (2)	-5,6	1,4	2,0	-5,0
Setor público	-3,6	15,9	2,4	-6,9
Concessionária	-7,1	10,2	-0,5	4,3
Total	-4,2	9,1	4,4	5,2

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – jun. 2014

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	2,7	7,1	5,8
Combustíveis e lubrificantes	3,4	9,1	3,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,5	5,0	4,0
Hipermercados e supermercados	3,3	6,1	5,7
Tecidos, vestuário e calçados	-6,5	-2,0	0,6
Móveis e eletrodomésticos	1,1	6,6	10,0
Móveis	7,1	1,4	6,0
Eletrodomésticos	-1,4	9,9	13,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	11,8	20,7	19,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	10,8	18,5	20,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-31,4	-14,8	-18,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	19,9	17,6	13,5
Comércio varejista ampliado	-4,1	2,8	2,5
Veículos, motos, partes e peças	-19,4	-5,7	-5,2
Material de construção	-4,9	-0,7	5,4

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – jul. 2013-jul. 2014

(%)

Períodos	Quantidade				Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Ano (3)	12 meses (4)	Mensal (2)	Ano (3)	12 meses (4)
Julho 2013	17,3	-5,5	-12,8	-16,4	2,9	-5,5	-9,3
Agosto	-8,3	-10,4	-12,6	-15,1	-4,4	-5,4	-8,1
Setembro	-3,0	0,3	-11,3	-13,0	5,6	-4,3	-6,0
Outubro	10,5	-8,9	-11,1	-12,6	0,6	-3,8	-5,5
Novembro	-12,0	-9,2	-10,9	-11,8	-0,3	-3,5	-4,5
Dezembro	12,8	3,8	-9,8	-9,8	10,4	-2,4	-2,4
Janeiro	-5,8	-11,8	-11,8	-9,5	-2,8	-2,8	-2,0
Fevereiro	-10,7	-1,4	-7,2	-7,9	9,3	2,6	-0,1
Março	2,0	-6,2	-6,9	-6,5	-0,4	1,6	1,3
Abril	-0,9	-16,6	-9,4	-7,2	-8,0	-1,0	0,6
Maio	0,7	-11,1	-9,8	-7,3	-1,1	-1,0	0,6
Junho	-2,5	-4,5	-9,0	-7,0	2,9	-0,4	1,0
Julho 2014	4,0	-15,3	-9,9	-7,9	-6,6	-1,3	0,2

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 10
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-jul. 2013/2014

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2013	2014			
Químicos e petroquímicos	1.035.622	991.768	-4,23	18,61	-8,76
Papel e celulose	983.692	941.360	-4,30	17,67	-4,71
Soja e derivados	896.398	894.821	-0,18	16,79	-1,53
Petróleo e derivados	763.621	870.328	13,97	16,33	1,29
Metalúrgicos	477.567	305.234	-36,09	5,73	-7,56
Automotivo	431.358	272.834	-36,75	5,12	-2,27
Metais preciosos	224.233	169.582	-24,37	3,18	-16,40
Borracha e suas obras	157.711	139.196	-11,74	2,61	7,07
Cacau e derivados	108.315	111.831	3,25	2,10	4,25
Café e especiarias	52.645	89.562	70,13	1,68	17,65
Couros e peles	76.177	89.477	17,46	1,68	23,01
Algodão e seus subprodutos	103.023	84.127	-18,34	1,58	-4,02
Sisal e derivados	41.872	59.221	41,43	1,11	26,66
Frutas e suas preparações	41.012	49.963	21,82	0,94	-4,02
Minerais	41.753	45.589	9,19	0,86	-25,64
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	34.437	41.885	21,63	0,79	32,81
Calçados e suas partes	45.163	32.850	-27,26	0,62	17,19
Fumo e derivados	18.168	24.409	34,35	0,46	-19,82
Carne e miudezas de aves	8.899	9.252	3,96	0,17	16,34
Milho e derivados	25.143	7.594	-69,80	0,14	-10,47
Embarcações e estruturas flutuantes	380.462	-	-	-	-
Demais segmentos	99.563	97.405	-2,17	1,83	-6,87
Total	6.046.833	5.328.288	-11,88	100,00	-13,66

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/08/2014.

Elaboração: SEI.

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-jul. 2013/2014

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2013	2014		2013	2014		
China	1.424.983	1.446.947	1,54	1.066.379	968.635	-9,17	18,18
Estados Unidos	571.546	604.516	5,77	728.884	695.303	-4,61	13,05
Argentina	365.841	134.190	-63,32	756.506	513.389	-32,14	9,64
Antilhas Holandesas	588.029	816.664	38,88	358.445	505.412	41,00	9,49
Países Baixos (Holanda)	968.327	724.742	-25,16	978.705	477.633	-51,20	8,96
Alemanha	230.244	542.649	135,68	193.713	306.359	58,15	5,75
México	93.168	131.267	40,89	188.399	186.405	-1,06	3,50
Bélgica	240.991	237.710	-1,36	140.604	146.427	4,14	2,75
França	207.310	185.195	-10,67	114.835	105.806	-7,86	1,99
Colômbia	59.579	55.308	-7,17	121.508	103.767	-14,60	1,95
Itália	131.487	146.900	11,72	107.252	96.777	-9,77	1,82
Coreia do Sul	62.892	59.987	-4,62	90.090	93.621	3,92	1,76
Espanha	216.291	125.257	-42,09	142.736	93.432	-34,54	1,75
Cingapura	72.732	127.043	74,67	51.434	89.455	73,92	1,68
Canadá	3.700	3.513	-5,06	88.014	71.350	-18,93	1,34
Japão	61.228	89.047	45,43	57.843	71.015	22,77	1,33
Chile	32.573	19.696	-39,53	60.426	54.059	-10,54	1,01
Romênia	31.036	103.766	234,34	15.175	53.843	254,80	1,01
Suíça	5.391	512	-90,51	66.061	52.728	-20,18	0,99
Hong Kong	26.022	59.667	129,30	33.405	51.134	53,07	0,96
Uruguai	42.722	49.102	14,93	46.469	50.274	8,19	0,94
Indonésia	38.984	15.316	-60,71	71.384	46.849	-34,37	0,88
Finlândia	16.793	33.806	101,31	32.227	37.479	16,30	0,70
Taiwan (Formosa)	74.819	54.039	-27,77	51.019	33.191	-34,94	0,62
Reino Unido	36.147	41.247	14,11	28.617	31.087	8,63	0,58
Venezuela	11.412	10.360	-9,21	39.935	29.414	-26,34	0,55
Emirados Árabes Unidos	736	12.141	1.550,45	3.741	25.197	573,45	0,47
Índia	8.792	16.882	92,01	23.548	23.726	0,76	0,45
Peru	15.138	9.165	-39,45	35.749	19.201	-46,29	0,36
Equador	33.672	9.617	-71,44	24.376	15.897	-34,79	0,30
Demais países	299.712	229.187	-23,53	329.353	279.426	-15,16	5,24
Total	5.972.298	6.095.438	2,06	6.046.833	5.328.288	-11,88	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 07/08/2014

Elaboração: SEI

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-jul. 2014

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2013	1.880	125,6	1.555	141,5	325	81,7	1.222	127,6	60,6	17,3	3.557
Fevereiro	1.864	124,5	1.517	138,0	347	87,2	1.243	129,7	60,0	18,6	3.561
Março	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565
Abril	1.845	123,2	1.472	133,9	373	93,7	1.272	132,8	59,2	20,2	3.569
Maiο	1.835	122,6	1.473	134,0	362	91,0	1.286	134,2	58,8	19,7	3.573
Junho	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	1.304	136,1	58,3	19,1	3.577
Julho	1.844	123,2	1.499	136,4	345	86,7	1.287	134,3	58,9	18,7	3.581
Agosto	1.872	125,1	1.531	139,3	341	85,7	1.264	131,9	59,7	18,2	3.585
Setembro	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	1.247	130,2	60,3	17,8	3.589
Outubro	1.881	125,7	1.559	141,9	322	80,9	1.264	131,9	59,8	17,1	3.593
Novembro	1.877	125,4	1.560	141,9	317	79,6	1.272	132,8	59,6	16,9	3.597
Dezembro	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	1.290	134,7	59,1	16,9	3.601
Janeiro 2014	1.886	126,0	1.565	142,4	321	80,7	1.273	132,9	59,7	17,0	3.605
Fevereiro	1.886	126,0	1.552	141,2	334	83,9	1.278	133,4	59,6	17,7	3.609
Março	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	1.286	134,2	59,4	17,7	3.613
Abril	1.888	126,1	1.554	141,4	334	83,9	1.285	134,1	59,5	17,7	3.617
Maiο	1.878	125,5	1.549	140,9	329	82,7	1.300	135,7	59,1	17,5	3.621
Junho	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	1.302	135,9	59,1	18,2	3.625
Julho	1.868	124,8	1.532	139,4	336	84,4	1.320	137,8	58,6	18,0	3.629
Variação mensal (%)											
Jul. 2014/jun. 2014		-0,7		-0,5		-1,8		1,4	-0,8	-1,1	
Variação no ano (%)											
Jul. 2014/dez. 2013		0,2		-1,1		6,7		2,3	-0,8	6,5	
Variação anual (%)											
Jul. 2014/jul. 2013		1,3		2,2		-2,6		2,6	-0,5	-3,7	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-jul. 2014

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2013	17,3	11,6	5,7	4,8	(1)	16,2	10,7	5,5	21,1	14,4	6,7
Fevereiro	18,6	12,5	6,1	5,0	(1)	17,2	11,3	5,8	23,7	16,8	6,9
Março	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3	18,3	12,4	6,0	25,5	17,6	7,9
Abril	20,2	14,5	5,7	4,4	1,3	19,2	13,6	5,6	24,3	18,2	(1)
Maio	19,7	14,6	5,0	3,9	(1)	18,2	13,5	4,7	25,3	19,1	6,3
Junho	19,1	14,1	5,0	3,9	(1)	17,5	12,5	5,0	25,2	20,1	(1)
Julho	18,7	13,4	5,4	4,4	(1)	16,9	11,8	5,2	25,5	19,3	6,1
Agosto	18,2	12,9	5,4	4,4	(1)	17,1	11,8	5,3	22,5	16,9	5,6
Setembro	17,8	12,8	5,0	4,0	(1)	16,6	12,0	4,6	22,2	15,9	6,3
Outubro	17,1	12,5	4,6	3,6	(1)	16,4	11,8	4,6	20,0	15,2	(1)
Novembro	16,9	12,5	4,4	3,5	(1)	16,0	11,8	4,2	20,4	15,1	5,3
Dezembro	16,9	12,4	4,5	3,7	(1)	16,0	11,6	4,4	20,2	15,3	(1)
Janeiro 2014	17,0	12,4	4,6	3,9	(1)	16,0	11,8	4,3	20,6	14,8	5,8
Fevereiro	17,7	12,8	5,0	4,3	(1)	16,4	12,0	4,5	22,2	15,6	6,7
Março	17,7	12,8	4,9	4,2	(1)	16,8	12,2	4,6	20,8	14,8	6,0
Abril	17,7	12,9	4,8	4,1	(1)	16,8	12,1	4,7	20,7	15,4	5,2
Maio	17,5	12,9	4,6	4,0	(1)	16,8	12,2	4,6	20,2	15,9	(1)
Junho	18,2	13,3	4,8	4,2	(1)	17,1	12,4	4,7	22,2	16,9	5,3
Julho	18,0	13,3	4,7	4,0	(1)	16,8	12,4	4,4	22,8	16,8	6,0
Variação mensal											
Jul. 2014/jun. 2014	-1,1	0,0	-2,1	-4,8	–	-1,8	0,0	-6,4	2,7	-0,6	13,2
Variação no ano											
Jul. 2014/dez. 2013	6,5	7,3	4,4	8,1	–	5,0	6,9	0,0	12,9	9,8	–
Variação anual											
Jul. 2014/jul. 2013	-3,7	-0,7	-13,0	-9,1	–	-0,6	5,1	-15,4	-10,6	-13,0	-1,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-jul. 2014

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar

Região metropolitana de Salvador

jan 2013 - jan 2014

(%)

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar										
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços						
					Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
Janeiro 2013	100,0	8,9	9,3	19,4	59,9	6,0	5,9	8,2	17,5	13,9	7,8
Fevereiro	100,0	9,0	9,2	20,3	58,9	6,3	6,0	7,5	17,2	13,4	7,9
Março	100,0	8,2	9,2	20,5	59,2	5,9	6,0	7,5	17,6	13,4	8,2
Abril	100,0	7,9	9,7	20,0	59,6	5,9	5,8	7,9	18,2	13,5	7,9
Maio	100,0	8,3	9,8	19,5	59,5	5,9	5,4	8,5	18,4	12,8	8,1
Junho	100,0	8,9	9,4	18,5	60,3	6,7	5,5	8,4	18,1	12,8	8,4
Julho	100,0	8,8	9,3	18,1	60,9	6,6	5,9	8,2	18,6	12,4	8,6
Agosto	100,0	8,6	9,2	18,3	60,9	6,4	5,7	8,2	18,4	13,1	8,5
Setembro	100,0	8,3	9,4	19,5	60,1	6,0	5,6	8,5	18,4	13,2	7,9
Outubro	100,0	8,7	9,5	19,9	59,2	6,0	5,0	8,4	17,7	13,4	8,0
Novembro	100,0	8,6	9,6	20,1	59,2	5,7	5,4	8,4	18,5	12,7	7,9
Dezembro	100,0	8,8	10,1	19,4	59,2	5,9	5,3	8,1	18,7	12,4	8,0
Janeiro 2014	100,0	8,5	10,0	19,9	59,1	5,7	5,2	8,9	18,5	12,4	7,8
Fevereiro	100,0	8,5	10,2	19,5	59,5	6,2	4,9	9,5	17,5	12,6	8,2
Março	100,0	8,0	10,2	19,9	59,7	6,1	5,0	9,5	17,2	12,9	8,3
Abril	100,0	8,4	10,2	19,3	60,1	5,8	5,4	8,8	18,1	12,9	8,5
Maio	100,0	8,0	10,2	19,6	60,1	5,3	5,4	8,9	18,4	13,4	8,1
Junho	100,0	8,7	10,1	19,4	59,4	5,2	5,8	8,7	18,3	13,0	7,7
Julho	100,0	8,6	9,9	19,3	59,7	5,5	5,8	9,0	18,0	12,8	8,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-jul. 2014

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2013	68,4	50,6	7,8	9,9	19,9	18,5	1,4	2,7	7,8	(3)
Fevereiro	67,9	50,9	7,6	9,4	20,0	18,5	1,5	2,7	7,9	1,5
Março	68,0	50,6	7,9	9,4	19,8	18,2	1,6	2,5	8,2	1,5
Abril	68,7	51,2	7,9	9,6	19,7	18,3	(3)	2,3	7,9	(3)
Maiο	68,5	51,4	7,7	9,4	20,0	18,7	(3)	2,2	8,1	(3)
Junho	67,6	50,6	7,7	9,3	20,8	19,4	(3)	2,1	8,4	(3)
Julho	66,3	48,8	8,0	9,5	21,1	19,5	1,7	2,5	8,6	(3)
Agosto	66,8	48,6	8,3	10,0	20,6	18,9	1,7	2,6	8,5	1,5
Setembro	67,2	49,3	8,3	9,5	20,7	19,1	1,6	2,8	7,9	1,4
Outubro	67,6	50,4	7,9	9,3	20,6	19,2	1,4	2,5	8,0	1,3
Novembro	67,5	50,3	7,7	9,5	20,3	19,1	(3)	2,6	7,9	1,7
Dezembro	68,5	51,3	7,2	10,0	19,1	17,8	(3)	2,7	8,0	1,7
Janeiro 2014	69,2	51,7	7,6	9,8	18,5	17,2	1,3	2,7	7,8	1,8
Fevereiro	69,5	51,9	8,1	9,5	18,1	16,8	(3)	2,7	8,2	1,5
Março	68,6	51,2	8,4	9,1	18,7	17,5	(3)	2,7	8,3	1,7
Abril	68,4	50,9	7,8	9,7	18,2	16,9	(3)	3,0	8,5	1,9
Maiο	68,6	51,9	7,0	9,7	18,5	17,1	1,4	2,8	8,1	2,0
Junho	69,2	52,3	7,3	9,6	18,3	16,8	1,5	2,8	7,7	2,0
Julho	68,6	51,8	7,5	9,4	18,9	17,2	1,6	2,5	8,0	2,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-jun. 2014

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2013	1.186	97,9	1.288	96,2	890	108,5
Fevereiro	1.176	97,1	1.281	95,6	890	108,5
Março	1.167	96,4	1.276	95,3	851	103,8
Abril	1.159	95,7	1.274	95,1	862	105,1
Maio	1.162	96,0	1.276	95,2	905	110,4
Junho	1.206	99,5	1.324	98,8	948	115,7
Julho	1.227	101,3	1.344	100,3	945	115,3
Agosto	1.232	101,7	1.340	100,0	959	117,0
Setembro	1.197	98,9	1.303	97,3	941	114,8
Outubro	1.219	100,7	1.305	97,4	994	121,3
Novembro	1.231	101,6	1.313	98,0	968	118,1
Dezembro	1.256	103,7	1.337	99,8	1.008	123,0
Janeiro 2014	1.228	101,4	1.313	98,0	962	117,4
Fevereiro	1.209	99,8	1.306	97,5	960	117,1
Março	1.213	100,1	1.301	97,1	939	114,6
Abril	1.220	100,8	1.318	98,4	938	114,4
Maio	1.229	101,5	1.320	98,6	921	112,3
Junho	1.227	101,3	1.330	99,3	923	112,5
Variação mensal (%)						
Jun. 2014/maio 2014		-0,2		0,7		0,2
Variação no ano (%)						
Jun. 2014/dez. 2013		-2,3		-0,5		-8,5
Variação anual (%)						
Jun. 2014/jun. 2013		1,8		0,4		-2,7

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-jun. 2014
(R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2013	1.186	(3)	784	867	1.184	2.892
Fevereiro	1.176	(3)	765	867	1.186	2.905
Março	1.167	(3)	747	874	1.173	2.848
Abril	1.159	(3)	740	867	1.176	2.710
Maió	1.162	(3)	776	871	1.176	2.629
Junho	1.206	(3)	801	886	1.204	2.665
Julho	1.227	(3)	825	898	1.224	2.763
Agosto	1.232	(3)	810	908	1.219	2.860
Setembro	1.197	672	817	908	1.200	2.724
Outubro	1.219	(3)	838	907	1.202	2.758
Novembro	1.231	(3)	847	933	1.210	2.781
Dezembro	1.256	(3)	840	919	1.227	2.992
Janeiro 2014	1.228	(3)	818	901	1.200	3.014
Fevereiro	1.209	(3)	829	872	1.180	2.959
Março	1.213	(3)	834	871	1.178	2.874
Abril	1.220	(3)	824	895	1.175	2.869
Maió	1.229	(3)	815	912	1.185	2.701
Junho	1.227	627	808	921	1.173	2.773
Variação mensal (%)						
Jun. 2014/maio 2014	-0,2	–	-0,9	1,0	-1,0	2,7
Variação no ano (%)						
Jun. 2014/dez. 2013	-2,3	–	-3,9	0,2	-4,4	-7,3
Variação anual (%)						
Jun. 2014/jun. 2013	1,8	–	0,9	3,9	-2,6	4,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC–SEI; valores em reais de junho de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-jun. 2014

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2013	1.288	1.162	1.576	950	1.139	1.226	730	2.153
Fevereiro	1.281	1.149	1.544	970	1.118	1.211	748	2.263
Março	1.276	1.140	1.536	971	1.114	1.203	736	2.291
Abril	1.274	1.139	1.506	1.003	1.104	1.204	723	2.273
Maio	1.276	1.136	1.393	972	1.130	1.202	705	2.265
Junho	1.324	1.171	1.418	974	1.143	1.239	746	2.358
Julho	1.344	1.182	1.529	943	1.146	1.244	804	2.378
Agosto	1.340	1.182	1.594	985	1.126	1.250	783	2.390
Setembro	1.303	1.168	1.590	983	1.118	1.235	736	2.252
Outubro	1.305	1.172	1.570	1.002	1.123	1.249	677	2.231
Novembro	1.313	1.177	1.478	997	1.141	1.249	675	2.233
Dezembro	1.337	1.187	1.467	1.027	1.145	1.252	764	2.370
Janeiro 2014	1.313	1.163	1.415	997	1.133	1.224	790	2.388
Fevereiro	1.306	1.160	1.449	970	1.142	1.223	788	2.374
Março	1.301	1.154	1.445	945	1.145	1.219	748	2.323
Abril	1.318	1.172	1.550	967	1.143	1.227	779	2.373
Maio	1.320	1.190	1.658	973	1.142	1.246	794	2.300
Junho	1.330	1.190	1.652	996	1.142	1.254	759	2.382
Variação mensal (%)								
Jun. 2014/maio 2014	0,7	0,0	-0,4	2,4	0,0	0,6	-4,3	3,6
Variação no ano (%)								
Jun. 2014/dez. 2013	-0,5	0,3	12,6	-3,0	-0,3	0,2	-0,7	0,5
Variação anual (%)								
Jun. 2014/jun. 2013	0,4	1,6	16,5	2,3	-0,1	1,2	1,7	1,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 19
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-jun. 2014

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2013	376	679	825	1.310	2.193	679	731	877	1.342	2.303
Fevereiro	376	678	818	1.293	2.183	678	730	873	1.332	2.365
Março	375	726	818	1.285	2.155	726	730	861	1.336	2.345
Abril	373	722	820	1.284	2.149	722	728	859	1.363	2.243
Maio	372	721	841	1.278	2.130	721	725	888	1.384	2.269
Junho	372	720	850	1.278	2.337	720	721	910	1.384	2.550
Julho	390	717	846	1.278	2.376	717	721	923	1.427	2.550
Agosto	415	716	845	1.274	2.411	716	719	919	1.407	2.598
Setembro	422	717	845	1.268	2.146	715	717	919	1.424	2.403
Outubro	422	716	845	1.371	2.346	714	716	929	1.422	2.430
Novembro	420	715	845	1.371	2.324	712	716	945	1.427	2.407
Dezembro	416	711	843	1.371	2.419	705	715	945	1.429	2.523
Janeiro 2014	410	704	840	1.333	2.255	696	727	923	1.390	2.337
Fevereiro	410	704	830	1.332	2.218	697	739	919	1.407	2.357
Março	409	736	820	1.327	2.254	717	739	918	1.422	2.357
Abril	408	734	837	1.321	2.305	733	739	914	1.422	2.530
Maio	406	732	856	1.322	2.305	729	735	914	1.429	2.518
Junho	404	729	850	1.315	2.390	724	732	910	1.416	2.518
Variação mensal (%)										
Jun. 2014/maio 2014	-0,5	-0,4	-0,7	-0,5	3,7	-0,7	-0,4	-0,4	-0,9	0,0
Variação no ano (%)										
Jun. 2014/dez. 2013	-2,8	2,6	0,9	-4,1	-1,2	2,8	2,4	-3,7	-0,9	-0,2
Variação anual (%)										
Jun. 2014/jun. 2013	8,7	1,2	0,0	2,9	2,3	0,5	1,5	0,0	2,3	-1,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego – Bahia – jan. 2013-jul. 2014

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2013 (2)	23.605	1.329	7.324	7.259	8.253
Declaração fora do prazo	27.665	1.604	8.241	4.828	10.650
Com ajuste (3)	51.270	2.933	15.565	12.087	18.903
Janeiro	-628	-11	855	-2.244	399
Fevereiro	-1.076	-373	86	-1.088	1.165
Março	375	-554	1.133	-1.235	570
Abril	10.186	564	2.783	456	2.969
Maio	4.568	1.852	1.192	788	-82
Junho	1.436	467	-377	-94	861
Julho	3.280	475	2.051	-341	-815
Agosto	3.955	460	790	1.577	1.242
Setembro	6.203	768	3.445	3.078	-1.170
Outubro	-2.419	159	-1.955	1.689	-864
Novembro	7.962	-804	713	4.335	6.339
Dezembro	-10.237	-1.674	-3.392	338	-2.361
2014 (2)	18.443	2.886	-4.924	-2.338	14.465
Declaração fora do prazo	8.788	916	3.718	1.734	984
Com ajuste (3)	27.231	3.802	-1.206	-604	15.449
Janeiro	3.994	1.058	991	-1.092	3.188
Fevereiro	7.420	228	169	1.434	5.070
Março	631	566	15	-1.749	446
Abril	882	182	-2.502	-295	1.279
Maio	8.205	1.360	-1.230	696	4.044
Junho	-2.564	-877	-3.204	191	279
Julho	-125	369	837	-1.523	159

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até junho.

Tabela 21
Flutuação mensal do emprego – Bahia – jan. 2013-jul. 2014

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2013 (2)	2.665	1.936	-1.187	-184	1.292
Declaração fora do prazo	14.904	762	5.796	1.733	6.126
Com ajuste (3)	17.569	2.698	4.609	1.549	7.418
Janeiro	-678	520	-19	-1.197	141
Fevereiro	140	137	-734	-672	1.138
Março	-158	4	972	-1.129	495
Abril	3.164	-63	1.078	-242	1.952
Maio	208	611	106	324	-929
Junho	-1.219	-42	-1.214	-643	717
Julho	-1.069	402	655	-417	-2.065
Agosto	1.206	335	-150	235	667
Setembro	2.604	550	2.403	1.097	-1.654
Outubro	-2.653	249	-2.230	527	-1.576
Novembro	5.436	-188	-298	2.197	4.336
Dezembro	-4.316	-579	-1.756	-264	-1.930
2014 (2)	-1.541	-313	-2.580	-4.782	6.031
Declaração fora do prazo	4.725	540	952	185	2.988
Com ajuste (3)	3.184	227	-1.628	-4.597	9.019
Janeiro	1.769	20	-157	-760	2.762
Fevereiro	3.634	51	-359	404	3.237
Março	-1.551	33	759	-1.483	-1.053
Abril	-1.626	-119	-867	-851	370
Maio	1.888	76	84	-313	2.208
Junho	-4.078	-614	-2.352	-529	-564
Julho	-1.577	240	312	-1.250	-929

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até junho.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2014

Receita realizada	2014			2013		
	Mar.-abr.	Maio-jun	Acumulado jan.-jun.	Mar.-abr.	Maio-jun	Acumulado jan.-jun.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	315.540.501	188.393.011	776.216.007	233.158.504	231.294.734	710.285.595
Receitas correntes	208.456.864	187.028.721	617.704.840	191.121.991	186.190.338	583.641.134
Receita tributária	72.625.189	59.822.790	209.203.425	65.774.555	57.395.555	194.775.965
Impostos	69.424.678	59.134.777	204.566.262	62.532.598	56.734.938	190.153.025
Taxas	3.200.510	688	3.949.837	3.241.956	660.617	4.622.939
Receita de contribuições	106.914.184	104.366.477	324.921.532	99.121.605	99.864.876	305.443.225
Contribuições sociais	103.973.345	103.004.384	319.055.025	96.656.877	98.497.250	300.142.985
Contribuições econômicas	2.940.839	1.362.092	5.866.506	2.464.728	1.367.626	5.300.239
Receita patrimonial	15.811.264	9.448.092	39.730.905	10.863.231	11.183.591	32.698.534
Receitas imobiliárias	170.117	325	341.307	202.775	283.687	673.796
Receitas de valores mobiliários	7.474.684	4.958.439	17.619.000	2.795.412	7.257.630	11.839.511
Receita de concessões e permissões	23.621	256	778.899	979.570	565.379	1.837.756
Compensações financeiras	7.863.863	3.767.650	19.920.869	6.833.316	3.022.838	17.847.006
Receita de outorga e título oneroso	-	-	-	-	-	-
Receita de cessão de direitos	66.486	135	134.727	51.559	53.610	487.197
Outras receitas patrimoniais	(96)	6	2.232	600	447	13.268
Receita agropecuária	5.394	5	9.413	3.882	4.409	12.412
Receita da produção vegetal	3.519	3	5.558	2.319	2.821	7.522
Receita da produção animal e derivados	1.874	2	3.853	1.562	1.588	4.887
Outras receitas agropecuárias	1	5	7	-	-	2
Receita industrial	113.821	106	162.241	204.987	91.952	404.051
Receita da indústria de transformação	113.821	106	162.241	204.987	91.952	404.051
Receita de serviços	5.673.640	5.986.530	21.717.054	7.356.904	6.090.480	23.832.984
Transferências correntes	77.143	59	152.262	43.771	65.711	248.542
Transferências intergovernamentais	-	-	46	-	-	-
Transferências de instituições privadas	881	4	2.393	579	4.822	8.443
Transferências do exterior	9.247	770	20.954	(6.856)	2.014	(3.189)
Transferências de pessoas	104	100	296	236	(52)	265
Transferências de convênios	62.546	54	125.064	49.803	58.915	242.981
Transferências para o combate à fome	4.365	21	4.399	9	12	42
Receitas correntes a classificar	(130)	(38)	4	327	101	531
Outras receitas correntes	7.236.360	7.235.401	21.638.707	7.752.729	11.493.663	26.224.891
Multas e juros de mora	3.347.195	3.516.960	9.958.814	3.859.067	3.695.338	10.574.426
Indenizações e restituições	920.988	771	1.975.549	671.334	2.942.870	4.536.649
Receita da dívida ativa	1.192.524	1.280.806	3.685.417	1.050.582	1.426.276	3.531.917
Receitas diversas	-	1.666.729	3.473.140	2.171.746	3.429.178	7.581.897
Receitas de capital	1.775.654	1.364.290	53.203.184	42.036.512	45.104.396	126.644.460
Operações de crédito	107.083.637	(13.055.650)	128.753.809	15.728.443	31.972.960	71.613.584
Operações de crédito internas	62.301.683	(13.214.063)	83.253.110	15.583.974	31.755.975	71.098.550
Operações de crédito externas	60.134.667	158	60.695.158	144.469	216.985	515.033
Alienação de bens	2.167.015	140	2.531.127	186.739	407.918	1.064.767
Alienação de bens móveis	210.395	72	558.683	163.097	383.567	994.752
Alienação de bens imóveis	19.639	68	35.462	23.642	24.351	70.015
Amortizações de empréstimos	14.004	4.857.134	11.376.944	6.030.495	5.048.867	17.979.880
Transferências de capital	5.129.924	31	5.171.161	20.106	11.373	59.535
Transferências de pessoas	49.101	-	49.101	-	-	-
Transferência de outras instituições públicas	4.524	-	4.524	4.646	-	4.646
Transferências de convênios	28.237	19	67.155	14.897	10.208	53.161
Outras receitas de capital	39.392.534	9.391.684	57.210.653	20.070.730	7.663.278	35.926.696
Resultado do banco central do Brasil	30.778.887	-	30.778.887	12.545.809	-	12.545.809
Remuneração das disponibilidades	8.613.409	9.391.415	26.430.925	7.524.706	7.662.159	23.379.394
Proveniente da execução de garantias	209	-	479	127	1.070	1.327
Receita dívida ativa alienação estoques de café	30	96	189	81	50	160
Receita títulos tesouro nacional resgatados	-	-	-	7	-	7

(Conclusão)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2014

Receita realizada	2014			2013		
	Mar.-abr.	Maió-jun	Acumulado jan.-jun.	Mar.-abr.	Maió-jun	Acumulado jan.-jun.
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Receita (intraorçamentária) (II)	-	-	-	5.478.446	4.388.290	11.909.709
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	321.536.408	195.192.884	794.220.006	238.636.950	235.683.023	722.195.303
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	117.780.114	105.637.465	302.846.810	116.275.348	53.541.678	191.894.368
Operações de crédito internas	116.147.275	105.637.465	301.213.971	116.275.348	51.927.408	190.280.098
Mobiliária	116.147.275	105.637.465	301.213.971	116.275.348	51.927.408	190.280.098
Operações de crédito externas	1.632.839	-	1.632.839	-	1.614.270	1.614.270
Mobiliária	1.632.839	-	1.632.839	-	1.614.270	1.614.270
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	439.316.523	300.830.349	1.097.066.817	354.912.298	289.224.701	914.089.671
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	439.316.523	300.830.349	1.097.066.817	354.912.298	289.224.701	914.089.671
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2014			2013		
	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.
Receita (intraorçamentária) (II)	5.995.907,00	6.799.873,00	18.003.999,00	4.246.094,00	4.388.290,00	10.674.412,00
Receitas correntes	5.695.799	5.517.753	15.831.849	-105	4.098.269	4.098.192
Receita tributária	112	39	92	-218	25	-179
Impostos	22	8	-51	114	3	131
Taxas	90	31	143	2.265.775	22	4.239.415
Receita de contribuições	2.409.505	2.427.850	7.422.460	2.265.768	2.469.246	6.708.630
Contribuições sociais	2.409.482	2.427.849	7.422.433	7	2.469.257	2.469.265
Contribuições econômicas	23	2	28	687	-11	1.054
Receita patrimonial	473	291	1.243	580	587	1.517
Receitas imobiliárias	464	215	999	23	525	548
Receitas de valores mobiliários	0	0	0	84	12	125
Receita de concessões e permissões	8	76	243	22.440	50	44.302
Receita industrial	30.965	37	64.432	22.440	21.779	66.031
Receita da indústria de transformação	30.965	37	64.432	39.952	21.779	104.856
Receita de serviços	29.646	13	73.798	1.917.344	7.532	1.925.943
Outras receitas correntes	3.225.099	3.039.803	8.220.105	228	1.599.100	1.599.419
Multas e juros de mora	100	20	587	4.475	172	5.613
Indenizações e restituições	593	393	2.708	1.912.610	2.960	1.915.570
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. ao RGPS	3.224.350	3.039.310	8.216.500	32	1.595.840	1.595.882
Receitas diversas	56	80	310	1.232.352	129	1.235.427
Receitas de capital	300.108	1.282.120	2.172.150	1.232.352	290.021	1.525.319
Operações de crédito	300.108	1.282.120	2.172.150	1.232.352	290.021	1.525.319
Operações de crédito internas	300.108	1.282.120	2.172.150	0	290.021	290.021
Alienação de bens	-	-	-	-	-	-
Alienação de bens móveis	-	-	-	-	-	-
Alienação de bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Resultado do banco central do Brasil	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades	-	-	-	-	-	-
Proveniente da execução de garantias	-	-	-	-	-	-
Saldo de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Receitas de capital diversas	-	-	-	-	-	-

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – anexo I (LRF, art. 52, Inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

(…) Não disponível até dezembro.

Tabela 23
Demonstrativo das despesas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2014

Despesa executada	2014			2013		
	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	256.659.350	197.596.556	682.374.986	244.546.500	203.644.697	651.835.894
Despesas correntes	189.164.447	186.014.487	581.141.209	227.110.244	183.691.963	594.494.170
Pessoal e encargos sociais	33.414.028	38.595.078	105.906.552	31.394.699	36.552.690	104.500.079
Juros e encargos da dívida	23.310.432	10.749.710	73.751.830	52.365.033	19.388.101	91.141.235
Outras despesas correntes	132.439.987	136.669.699	401.482.827	143.350.513	127.751.172	398.852.857
Transferência a estados, DF e municípios	42.017.774	46.385.825	129.318.492	38.099.182	44.071.292	126.241.766
Benefícios previdenciários	58.633.858	59.264.499	183.314.690	67.850.606	53.847.191	175.544.988
Demais despesas correntes	31.788.356	31.019.374	88.849.646	37.400.724	29.832.689	97.066.102
Despesas de capital	67.494.902	11.582.069	101.233.776	17.436.256	19.952.733	57.341.722
Investimentos	1.769.386	2.614.759	4.919.313	3.338.461	2.593.413	8.525.287
Inversões financeiras	11.593.641	8.853.140	30.118.698	7.937.744	8.388.170	24.714.084
Amortização da dívida	54.131.876	114.170	66.195.766	6.160.050	8.971.150	24.102.350
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	6.066.195	7.126.761	17.873.753	4.376.634	4.459.971	13.296.576
Despesas correntes	6.064.425	5.915.674	16.648.729	4.364.724	4.372.853	13.110.430
Pessoal e encargos sociais	2.722.873	2.743.354	8.109.681	2.525.987	2.660.227	7.846.441
Outras despesas correntes	3.341.552	3.172.320	8.539.048	1.838.738	1.712.626	5.263.990
Demais despesas correntes	3.341.552	3.172.320	8.539.048	1.838.738	1.712.626	5.263.990
Despesas de capital	2	1.211.088	1.223.257	11.096	87.117	98.300
Investimentos	2	1.915	14.070	814	12.795	26.404
Inversões financeiras	12	1.209.173	1.209.199	11.096	74.322	159.740
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	262.725.545	204.723.317	700.248.739	248.923.134	208.104.667	665.132.468
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	155.411.543	2.231.414	332.479.044	87.644.999	100.424.964	288.494.927
Amortização da dívida interna	155.227.066	1.466.207	330.104.731	87.329.719	93.235.910	273.801.539
Dívida mobiliária	154.938.194	1.284.465	329.301.293	87.329.719	93.235.910	273.801.539
Outras dívidas	288,87	181.742	514.854	-	-	0
Amortização da dívida externa	184	765.208	2.190.021	315.279	7.189.054	14.693.387
Dívida mobiliária	0	116.929	1.474.388	234.978	1.619.466	3.473.910
Outras dívidas	184	648.279	715.633	80.302	5.569.588	11.219.478
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	418.137.087	206.954.731	1.032.727.781	336.568.133	308.529.631	953.627.395
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	418.137.087	206.954.731	1.032.727.781	336.568.133	308.529.631	953.627.395

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 24
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan-jun. 2013/2014

Receita realizada	2014				2013			
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.654.858.142	5.654.858.142	5.540.430.708	16.850.146.991	5.174.508.854	3.797.569.191	5.317.902.942	14.289.980.987
Receitas correntes	5.595.707.899	5.595.707.899	5.358.793.771	16.550.209.569	4.455.814.075	4.399.694.138	4.822.647.599	13.678.155.812
Receita tributária	3.383.070.206	3.383.070.206	3.392.623.690	10.158.764.102	2.874.009.806	2.603.491.505	3.037.314.167	8.514.815.478
Impostos	3.267.220.793	3.267.220.793	3.256.186.363	9.790.627.949	2.864.414.977	2.418.534.970	2.906.662.705	8.189.612.652
Taxas	115.849.413	115.849.413	136.437.326	368.136.152	9.594.829	184.956.535	130.651.462	325.202.826
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	304.039.625	304.039.625	278.684.425	886.763.675	253.272.183	317.716.726	296.255.884	867.244.793
Contribuições Sociais	304.039.625	304.039.625	278.684.425	886.763.675	253.272.183	317.716.726	296.255.884	867.244.793
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	72.786.509	72.786.509	78.469.756	224.042.775	8.514.155	79.758.842	49.804.384	138.077.381
Receitas Imobiliárias	4.018.318	4.018.318	5.029.219	13.065.854	1.399.307	4.095.667	6.059.636	11.554.610
Receitas de Valores Mobiliários	35.487.843	35.487.843	57.090.043	128.065.729	1.399.307	49.135.482	30.941.133	81.475.922
Receitas de Concessões e Permissões	1.774.433	1.774.433	2.672.109	6.220.976	-	4.597.032	295.654	4.892.686
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Cessão de Direitos	6.561.773	6.561.773	7.322.031	20.445.578	2.508.843	7.433.387	5.215.555	15.157.785
Outras Receitas Patrimoniais	24.944.142	24.944.142	6.356.354	56.244.639	3.206.699	14.497.274	7.292.406	24.996.379
Receita agropecuária	277	277	77.805	78.359	-	1.682.062	114.805	1.796.867
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	277	277	77.000	77.554	-	-	101.357	101.357
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	805	805	-	1.682.062	13.448	1.695.510
Receita industrial	-	-	-	-	-	-	4.380	4.380
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	4.380	4.380
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	18.796.190	18.796.190	14.556.878	52.149.259	5.495.800	20.374.933	-	25.870.733
Transferências correntes	2.474.119.673	2.474.119.673	2.163.497.687	7.111.737.032	1.928.990.100	1.835.971.706	13.551.701	3.778.513.507
Transferências Intergovernamentais	2.442.520.450	2.442.520.450	2.101.460.408	6.986.501.309	1.915.983.742	1.777.118.248	1.998.234.537	5.691.336.527
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	31.599.222	31.599.222	62.037.279	125.235.723	13.006.357	58.853.457	50.596.920	122.456.734
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	97.579.084	97.579.084	126.951.526	322.109.695	59.959.109	64.436.407	81.873.848	206.269.364
Multas e Juros de Mora	38.243.032	38.243.032	35.456.318	111.942.381	14.842.786	17.045.072	27.541.395	59.429.253
Indenizações e Restituições	35.119.119	35.119.119	42.224.118	112.462.356	2.682.122	3.582.013	2.846.610	9.110.745
Receita da Dívida Ativa	10.582.968	10.582.968	14.205.382	35.371.318	970.583	960.141	887.165	2.817.889
Receitas Diversas	13.633.965	13.633.965	35.065.709	62.333.639	41.463.618	42.849.181	50.598.679	134.911.478
Conta retificadora da receita orçamentária	(754.683.666)	(754.683.666)	(696.067.996)	(2.205.435.328)	(674.427.077)	(523.738.042)	(654.506.107)	(1.852.671.226)
Receitas de capital	59.150.243	59.150.243	181.636.937	299.937.422	718.694.779	-602.124.947	495.255.343	611.825.175
Operações de crédito	1.093.243	1.093.243	97.945.863	100.132.349	713.475.000	-676.345.135	448.115.442	485.245.307
Operações de crédito internas	1.093.243	1.093.243	97.945.863	100.132.349	-	8.000.000	437.407.938	445.407.938
Operações de crédito externas	-	-	-	-	713.475.000	-684.345.135	10.707.505	39.837.370
Alienação de bens	633.145	633.145	6.080.761	7.347.050	-	-	1.366.390	1.366.390
Alienação de bens móveis	215.444	215.444	830.833	1.261.722	-	-	1.366.390	1.366.390

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan-jun. 2013/2014

Receita realizada	2014				2013			
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.
Alienação de bens imóveis	417.700	417.700	5.249.928	6.085.328	-	-	-	-
Amortização de empréstimos	-	-	12.347.277	12.347.277	-	-	-	-
Amortização de empréstimos	-	-	12.347.277	12.347.277	-	-	-	-
Transferências de capital	57.423.855	57.423.855	65.263.036	180.110.746	5.219.779	74.220.188	45.773.511	125.213.478
Transferências intergovernamentais	365.000	365.000	100.000	830.000	5.219.779	2.781.400	3.843.250	11.844.429
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	57.058.855	57.058.855	65.163.036	179.280.746	-	71.438.788	41.930.261	113.369.049
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Div. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	365.204.106	365.204.106	400.793.823	1.131.202.034	316.475.209	324.261.769	336.370.258	977.107.236
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	6.020.062.247	6.020.062.247	5.941.224.531	17.981.349.026	5.490.984.064	4.121.830.959	5.654.273.200	15.267.088.223
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-	0
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-	-	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-	0
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-	-	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-	0
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	6.020.062.247	6.020.062.247	5.941.224.531	17.981.349.026	5.490.984.064	4.121.830.959	5.654.273.200	15.267.088.223
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	6.020.062.247	6.020.062.247	5.941.224.531	17.981.349.026	5.490.984.064	4.121.830.959	5.654.273.200	15.267.088.223
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-

Receita intraorçamentária	2014				2013			
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.
Receitas correntes	365.204.106	365.204.106	400.793.823	1.131.202.034	316.475.209	324.261.769	336.370.258	977.107.236
Receita de contribuições	360.598.875	360.598.875	396.435.586	1.117.633.336	316.475.209	318.051.645	334.091.710	968.618.564
Contribuições sociais	360.598.875	360.598.875	396.435.586	1.117.633.336	316.475.209	318.051.645	334.091.710	968.618.564
Receita de serviços	4.605.230	4.605.230	4.357.354	13.567.814	-	6.210.124	2.278.549	8.488.672
Total	365.204.106	365.204.106	400.793.823	1.131.202.034	316.475.209	324.261.769	336.370.258	977.107.236

Fonte: Sefaz-BA, 2014.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 25

Balanco orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2014

Despesa executada	2014			2013		
	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.026.457.731	5.036.171.932	8.802.258.441	6.519.465.510	3.083.298.081	7.123.688.809
Despesas correntes	4.554.424.762	2.390.138.045	8.141.621.072	5.642.735.238	671.836.460	6.060.619.982
Pessoal e encargos sociais	2.181.888.944	1.052.160.200	4.475.463.073	2.952.604.398	15.141.464	3.245.500.781
Juros e encargos da dívida	72.469.046	-	134.423.864	74.581.829	-	143.594.085
Outras despesas correntes	2.300.066.772	1.337.977.845	3.531.734.135	2.615.549.011	656.694.996	2.671.525.116
Transferências a municípios	725.401.890	1.898.501	1.520.537.697	1.294.212.176	937.023	1.294.212.176
Demais despesas correntes	1.574.664.881	1.336.079.344	2.011.196.438	1.321.336.835	655.757.973	1.377.312.940
Despesas de capital	472.032.969	2.646.033.887	660.637.369	876.730.271	2.411.461.621	1.063.068.826
Investimentos	315.606.824	2.383.153.887	337.404.392	123.678.174	1.730.492.721	124.021.891
Inversões financeiras	60.051.636	187.880.000	62.059.224	1.639.332	76.828.900	1.639.332
Amortização da dívida	96.374.509	75.000.000	261.173.753	751.412.765	604.140.000	937.407.603
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	282.004.779	(7.797.665)	570.973.277	390.457.579	31.127.178	457.776.841
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	5.308.462.510	5.028.374.267	9.373.231.718	6.909.923.088	3.114.425.259	7.581.465.650
Amortização da dívida / refinanciamento(IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	5.308.462.510	5.028.374.267	9.373.231.718	6.909.923.088	3.114.425.259	7.581.465.650
Superávit (VI)						
Total (VII) = (V + VI)	5.308.462.510	5.028.374.267	9.373.231.718	6.909.923.088	3.114.425.259	7.581.465.650

Despesa intraorçamentária	2014			2013		
	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.
Despesas correntes	282.004.779	(7.797.665)	274.207.114	390.457.579	31.127.178	421.584.757
Pessoal e encargos sociais	237.006.567	(18.562.000)	218.444.567	330.065.646	(815.886)	329.249.760
Outras despesas correntes	44.998.211	10.764.335	55.762.546	60.391.933	31.943.064	92.334.997
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	282.004.779	(7.797.665)	274.207.114	390.457.579	31.127.178	421.584.757

Fonte: Sefaz-BA, 2014.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan.-dez. 2014

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Janeiro	1.505.775.889	1.484.400.642	56.025.700	163.748.636	1.561.801.589	1.648.149.278
Fevereiro	1.239.789.328	1.453.994.092	72.418.888	280.926.836	1.312.208.217	1.734.920.928
Março	1.247.896.776	1.328.941.904	183.792.389	132.960.039	1.431.689.165	1.461.901.943
Abril	992.624.244	1.348.908.999	179.178.095	275.959.884	1.171.802.339	1.624.868.883
Maiο	1.317.776.644	1.373.463.025	25.352.117	308.023.225	1.343.128.761	1.681.486.249
Junho	1.276.094.741	1.475.655.314	67.034.020	235.482.127	1.343.128.761	1.711.137.440
Julho	1.213.454.517	-	129.674.244	-	1.343.128.761	-
Agosto	1.267.210.202	-	75.918.559	-	1.343.128.761	-
Setembro	1.285.573.432	-	57.555.329	-	1.343.128.761	-
Outubro	1.343.128.761	-	133.531.331	-	1.476.660.093	-
Novembro	1.796.519.146	-	821.084.780	-	2.617.603.926	-
Dezembro	1.196.214.076	-	261.885.119	-	1.458.099.195	-
Total	15.682.057.758	8.465.363.975	2.063.450.572	1.397.100.747	17.745.508.331	9.862.464.722

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.
Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 27 Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-jun. 2013/2014							
Unidade da Federação	2014						
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Acumulado Jan.-jun.
Norte	1679846 (t)	1.856.474	1.772.666	5308986 (t)	1.617.935	1.629.659 (t)	10.617.972
Acre	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	663.711	720.430	701.301	2.085.443	667.543	631.993	5.470.421
Pará	733.435	676.427	636.046	2.045.908	681.023	720.018 (t)	4.772.839
Rondônia	0	191.264	193.316	384.579	0	0	769.159
Amapá	77.089	72.255	59.683	209.028	69.030	69.527	556.612
Roraima	49.272	47.990	45.305	142.567	51.409	53.440	389.983
Tocantins	156.338	148.108	137.015	441.461	148.931	154.681	1.186.534
Nordeste	5.031.743	4.593.179	2.990.068	12.614.990	4.499.420	4.916.991	34.646.391
Maranhão	408.968	368.327	370.487	1.147.782	379.816	368.955	3.044.335
Piauí	240.707	248.030	204.551	693.288	235.031	242.000	1.863.607
Ceará	775.352	762.942	724.674	2.262.968	723.088	752.458	6.001.482
Rio Grande do Norte	346.846	352.314	350.106	1.049.265	347.248	361.082	2.806.861
Paraíba	373.911	331.353	339.589	1.044.853	383.408	364.374	2.837.488
Pernambuco	1.119.921	1.008.829	1.000.662	3.129.412	989.635	1.053.642	8.302.101
Alagoas	0	0	0	0	238.751 (t)	0	0
Sergipe	252.588	228.821	211.512	218.489	0	226.008	1.137.418
Bahia	1.513.449	1.521.383	0	3.034.832	1.441.194	1.548.472	9.059.330
Sudeste	16.801.664	16.667.741	16.073.423	49.542.827	16.344.114 (t)	16.389.749	115.475.404
Minas Gerais	3.202.912	3.181.795	2.919.350	9.304.057	3.034.947 (t)	3.211.897	21.820.011
Espírito Santo	744.747	738.741	863.876	2.347.363	755.761	758.656	6.209.144
Rio de Janeiro	2.855.822	2.841.005	2.611.484	8.308.311	2.514.530	2.430.417	21.561.569
São Paulo	9.998.183	9.906.200	9.678.713	29.583.097	10.038.876	9.988.778	79.193.847
Sul	5.379.842	4.920.438	3.656.930	13.957.210	2.970.558	2.907.058	33.792.036
Paraná	1.835.815	1.617.494	1.681.523	5.134.832	1.719.730	1.724.115	13.713.509
Santa Catarina	1.337.294	1.257.695	1.278.663	2.594.989	1.250.828	1.182.943	8.902.412
Rio Grande do Sul	2.206.733	2.045.248	1.975.407	6.227.388	2.046.364	2.085.662	16.586.802
Centro-Oeste	2.809.838	2.616.663	2.562.936	7.989.437	2.890.626	2.912.779	21.782.279
Mato Grosso	667.989	576.409	558.839	1.803.237	638.639	685.357	4.930.470
Mato Grosso do Sul	593.876	576.872	571.806	1.742.554	605.920	605.920	4.696.948
Goiás	978.814	958.688	928.682	2.866.185	1.078.473	1.090.618	7.901.460
Distrito Federal	569.159	504.694	503.608	1.577.461	567.594	530.884	4.253.400
Brasil	31702933 (t)	30.654.494	27.056.022	89413449 (t)	28.322.654 (t)	28.756.235 (t)	57.710.516

(Conclusão)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-jun. 2013/2014

Unidade da Federação	2013						Acumulado Jan.-jun.
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	
Norte	1.733.519	1.611.733	1.483.054	1.702.758	1.766.248	1.743.816 (i)	18.173.054
Acre	58.929	59.255	65.069	82.820	63.007	62.289 (i)	591.334
Amazonas	530.239	542.463	497.779	596.734	610.581	592.926	7.485.738
Pará	662.123	585.842	543.129	577.811	616.791	612.478	8.025.256
Rondônia	237.898	208.410	175.043	211.901	231.249	227.789	2.528.203
Amapá	64.125	57.203	51.636	59.087	64.680	56.945	703.660
Roraima	46.143	39.300	37.336	45.362	45.710	43.092 (i)	435.548
Tocantins	134.063	119.259	113.062	129.042	134.229	148.296	1.679.016
Nordeste	5.073.047	4.517.777	3.923.838 (i)	4.495.502	4.650.107	4.584.155	53.495.022
Maranhão	383.895	359.358	320.394	332.909	344.472	332.679	4.390.311
Piauí	220.570	223.336	178.804	209.625	222.866	216.670	2.676.757
Ceará	709.657	688.624	608.278	674.011	677.930	681.406	8.705.388
Rio Grande do Norte	325.940	311.542	289.142	327.991	323.677	329.564	4.033.477
Paraíba	344.652	305.780	265.502	303.060	302.501	317.798	3.787.497
Pernambuco	1.045.210	922.346	829.169	911.322	950.822	942.417	11.711.614
Alagoas	261.371	222.776	195.662 (i)	218.071	225.718	206.826	2.535.520
Sergipe	237.830	209.460	183.461	197.519	216.620	202.785	2.551.096
Bahia	1.543.922	1.274.557	1.053.426	1.320.994	1.385.501	1.354.009	16.831.543
Sudeste	15.487.942	14.672.331	14.775.898	16.064.849	16.494.348	18.904.335	171.272.595
Minas Gerais	2.976.566	2.739.520	2.548.104	2.848.972	2.891.484	2.871.348	35.952.964
Espírito Santo	867.189	677.058	623.504	702.760	712.530	727.223	8.787.045
Rio de Janeiro	2.728.450	2.462.825	2.457.668	2.562.133	2.455.352	2.739.775	31.645.901
São Paulo	8.915.737	8.792.928	9.146.623	9.950.984	10.434.983	12.565.990	101.022.108
Sul	4.961.163	4.345.740	4.195.396	4.712.084	4.770.866	4.756.524	58.829.641
Paraná	1.732.905	1.459.533	1.441.427	1.605.377	1.612.209	1.674.708	20.758.240
Santa Catarina	1.215.620	1.052.708	1.034.555	1.115.272	1.159.762	1.130.936	14.010.836
Rio Grande do Sul	2.012.638	1.833.498	1.719.414	1.991.434	1.998.896	1.950.880	24.060.564
Centro-Oeste	2.662.413	2.419.231	2.502.800	2.628.049	2.635.368 (i)	2.675.657	30.018.864
Mato Grosso	594.863	560.274	597.995	650.804	608.924 (i)	610.133	6.845.772
Mato Grosso do Sul	542.848	514.059	534.189	534.227	533.263	557.367	6.792.785
Goiás	990.518	915.667	862.775	944.809	991.344	1.003.955	12.137.750
Distrito Federal	534.185	429.230	507.841	498.210	501.836	504.203	6.268.999
Brasil	29.918.085	27.566.812	26.880.986 (i)	29.603.242	30.316.937 (i)	32.664.488 (i)	205.840.404

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotepo-ICMS.

Elaboração: SEI/Confaz.

(..) Dado indisponível.

(i) Dado sujeito a retificação.

Município

Tabela 28
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2014

Receita realizada	2014			2013		
	Mar.-abr.	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	733.589.785	790.676.059	1.612.258.287	600.736.980	622.350.529	2.093.861.428
Receitas correntes	730.209.785	787.227.220	1.605.513.968	600.598.716	622.350.529	2.093.723.164
Receita tributária	312.104.302	298.377.458	742.204.039	234.837.950	228.303.882	829.993.881
Impostos	264.513.863	255.880.465	633.731.204	202.452.213	208.074.652	690.030.586
Taxas	47.590.439	42.496.993	108.472.835	32.153.637	20.088.990	139.266.093
Outras receitas tributárias	-	-	-	232.100	-	556.962
Receita de contribuições	29.758.127	28.676.693	59.683.206	29.732.004	26.887.122	89.720.447
Contribuições sociais	18.104.335	18.472.857	36.920.153	16.522.486	15.617.235	52.507.954
Contribuições econômicas	11.653.792	10.203.837	22.763.054	13.209.518	11.269.887	37.212.493
Receita patrimonial	20.751.431	27.335.985	39.813.987	11.159.888	11.186.342	154.451.938
Receitas imobiliárias	537.964	435.453	784.989	213.665	220.173	535.352
Receitas de valores mobiliários	16.641.828	22.917.640	31.154.397	7.472.501	8.863.867	20.366.655
Receitas de concessões e permissões	3.571.639	3.982.892	7.874.601	3.473.722	2.101.121	7.526.505
Outras receitas patrimoniais	-	-	-	-	1.180	126.023.424
Receita industrial	-	-	-	52.483	56.973	171.937
Receita da indústria de construção	-	-	-	52.483	56.973	171.937
Receita de serviços	615.663	412.089	890.251	235.465	226.512	748.987
Transferências correntes	342.464.949	371.314.972	714.650.368	303.676.375	335.130.874	959.129.493
Transferências intergovernamentais	337.580.816	353.723.709	698.776.374	301.167.236	332.105.028	948.002.158
Transferências de instituições privadas	2.400.200	15.784.096	9.363.773	60.400	1.403.200	4.600.327
Transferências do exterior	1.360	-	1.360	-	-	0
Transferências de pessoas	-	900	-	4.372	1.550	11.424
Transferências de convênios	2.482.573	1.806.266	6.499.378	2.444.368	1.621.096	6.515.585
Outras receitas correntes	24.515.313	61.110.024	48.272.116	20.904.552	20.558.824	59.506.480
Multas e juros de mora	13.370.927	18.361.861	27.124.560	8.772.988	9.251.669	25.602.771
Indenizações e restituições	697.814	1.320.734	1.564.044	758.348	940.230	1.999.635
Receita da dívida ativa	8.202.734	39.792.247	15.228.662	9.140.275	8.791.036	25.557.352
Receitas diversas	2.243.839	1.635.181	4.354.851	2.232.940	1.575.889	6.346.721
Receitas de capital	3.380.000	3.448.839	6.744.319	138.264	-	138.264
Operações de crédito	-	-	-	-	-	0
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	0
Alienação de bens	-	-	-	72.414	-	72.414
Alienação de bens móveis	-	-	-	72.414	-	72.414
Transferências de capital	3.380.000	3.448.839	6.518.497	65.850	-	65.850
Transferências intergovernamentais	3.380.000	3.380.000	4.360.790	-	-	0
Transferências de convênios	-	68.839	-	65.850	-	65.850
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	0
Dedução da receita corrente	-	-	-	-	-	0
Receitas (intraorçamentárias) (II)	22.964.899	40.803.228	53.890.129	29.172.460	28.242.231	86.890.666
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	756.554.684	831.479.287	1.666.148.415	629.909.441	650.592.760	2.180.752.095
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	756.554.684	831.479.287	1.666.148.415	629.909.441	650.592.760	2.180.752.095

Receita intraorçamentária	2014			2013		
	Mar.-abr.	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.
Receitas correntes	22.964.899	40.803.228	53.890.129	29.276.465	28.242.231	93.221.053
Receita de contribuições	22.964.899	40.803.228	53.890.129	29.276.465	28.242.231	90.977.285
Contribuições sociais	22.964.899	40.803.228	53.890.129	-	28.242.231	30.485.999
Receita de serviços	-	-	-	-	-	-
Receita de capital	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	-
Total	22.964.899	40.803.228	53.890.129	10.217.364	28.242.231	22.272.083

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 29
Balço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-jun. 2013/2014

Despesa executada	2014			2013		
	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-abr.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	640.795.329	689.516.499	1.841.390.189	416.466.668	535.081.199	1.368.014.534
Despesas correntes	593.134.272	636.316.984	1.714.045.321	395.574.057	511.703.558	1.302.851.672
Pessoal e encargos sociais	298.967.532	292.590.891	879.061.525	282.383.574	279.533.870	844.301.017
Juros e encargos da dívida	11.692.439	11.348.540	34.350.880	11.363.698	11.571.716	34.299.111
Outras despesas correntes	282.474.301	332.377.552	800.632.916	101.826.786	220.597.972	424.251.544
Despesas de capital	47.661.057	53.199.515	127.344.867	20.892.611	23.377.641	65.162.862
Investimentos	29.739.758	42.524.170	79.160.897	554.689	5.449.568	6.558.945
Inversões financeiras	-	-	0	1.280.000	-	2.560.000
Amortização da dívida	17.921.299	10.675.344	48.183.970	19.057.922	17.928.073	56.043.917
Reserva de contingência	-	-	0	0	-	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	32.221.789	721.891.236	786.069.970	28.151.823	28.749.257	84.773.667
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	673.017.119	721.891.236	1.937.943.660	587.375.197	563.830.455	1.595.544.907
Superávit (IV)			0			0
Total (V) = (III + IV)	673.017.119	721.891.236	1.937.943.660	587.375.197	563.830.455	1.595.544.907

Despesa intraorçamentária	2014			2013		
	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-abr.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Acumulado jan.-jun.
Despesas correntes	32.221.789	32.374.738	96.553.472	28.151.823	28.749.257	84.773.667
Pessoal e encargos sociais	32.221.789	32.374.738	96.553.472	28.151.823	28.749.257	84.773.667
Outras despesas correntes	-	-	0	-	-	-
Despesas de capital	-	-	0	-	-	-
Investimentos	-	-	0	-	-	-
Total	32.221.789	32.374.738	64.178.734	28.151.823	28.749.257	84.773.667

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosangela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria do Planejamento

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista **Conjuntura & Planejamento**, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da **Conjuntura & Planejamento** podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



Governo do Estado da Bahia

Secretaria do Planejamento

ISSN 1413-1536

